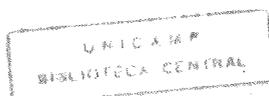


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ARTES

**VÍDEO POPULAR:  
A CONCEPÇÃO E A PRÁTICA COMUNICACIONAL DE  
GRUPOS VINCULADOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E  
POPULARES EM NATAL**

JOSILDA MARIA SILVA DE CARVALHO

CAMPINAS, 1995



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ARTES

Mestrado em Multimeios

**VÍDEO POPULAR:  
A CONCEPÇÃO E A PRÁTICA COMUNICACIONAL DE  
GRUPOS VINCULADOS AOS MOVIMENTOS SOCIAIS E  
POPULARES EM NATAL**

JOSILDA MARIA SILVA DE CARVALHO

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Josilda Maria  
Silva de Carvalho  
e aprovada pela Comissão Julgadora em

03/02/95  
Luiz Fernando Santoro  
Prof. Dr. Luiz Fernando Santoro

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Multimeios do Instituto de  
Artes da UNICAMP como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Multimeios sob orientação do  
Prof. Dr. Luiz Fernando Santoro.

CAMPINAS, 1995

**Comissão Julgadora:**

Wilson Louro  
Cláudio Moreira  
Alcides

Este trabalho é dedicado a meus pais:  
Jobard, Janira e Jacira (Totonha).

### *Agradecimentos*

- Aos grupos que cederam seu tempo precioso para serem impiedosamente analisados, nesta pesquisa;
- À orientação precisa do Prof. Dr. Luiz Fernando Santoro;
- Ao apoio da CAPES - uma das raras exceções de estímulo institucional ao trabalho acadêmico do pesquisador não docente;
- A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com este trabalho.

## RESUMO

Desde que surgiu no mercado, o vídeo tem provocado grande interesse em função das possibilidades de uso, fácil operacionalidade e relativo baixo custo. Para além do uso doméstico, sua utilização sistemática alcançou rápida evolução. De mero suporte para outros meios como o cinema e a TV, ele passa a explorar possibilidades de conteúdos e públicos específicos, criando modos de produção e exibição próprios em torno de projetos educacionais, culturais e políticos.

Dentre a diversidade de experiências que viabilizou, esta pesquisa tratará daquela que objetivou, nos anos 80, vincular o instrumento videográfico aos movimentos populares e sociais - e que se convencionou chamar "vídeo popular" - por ter sido concebida como a possibilidade de expressão das camadas populares, face o contexto crescente de monopolização dos meios de comunicação, no Brasil.

Apesar da força com que se disseminou - em 92 eram mais de 200 grupos de norte a sul do País - poucos estudos têm sido realizados sobre o vídeo popular. Ao mesmo tempo, a identificação de contradições face os objetivos da proposta, leva à necessidade de investigações na direção de alguns aspectos de sua base conceitual. Neste sentido, a questão da participação será destacada, por ter sido colocada com a responsável maior pelo que há de mais inovador, na proposta, assegurando o equilíbrio nas relações entre emissor e receptor e, conseqüentemente, a coerência aos objetivos traçados.

Com intenção de aprofundar a reflexão neste sentido, esta pesquisa objetiva analisar a relação entre concepção e prática de grupos de vídeo popular, em Natal, onde se verifica um quadro típico do monopólio dos meios de comunicação de massa pelos grupos economicamente dominantes, a nível local.

Visando alcançar este objetivo, partiu-se para a análise de três grupos de vídeo que constituem um primeiro exercício de alternativa

sistematizada a este monopólio, no plano eletrônico.

A partir de entrevistas, documentos escritos e análise do material produzido, pôde-se compor um quadro global do uso do vídeo vinculado aos movimentos sociais e populares, em Natal.

## RESUME

Dès qu'il est apparu au marché, la vidéo a provoqué grand intérêt à cause de ses possibilités d'emploi et manipulation facile à un coût relativement bas. Au delà de l'usage domestique, son utilisation systématisé a vite évolué. Utilisé au debut comme véhicule pour des moyens de communications comme le cinéma et la télé, elle passe à explorer des possibilités de contenus et publiques spécifiques, en créant ses propres façons de production et exhibition autour des projets éducationnels, culturelles et politiques.

Parmi la diversité d'expériences que la vidéo a viabilisé, cette recherche travaillera sur celle qui a objectivé, dans les années 80, associer l'outil videographique aux mouvements sociaux et populaires - et qu'on a appelé "vidéo populaire" - car elle a été conçue comme la possibilité d'expression des couches populaires, devant le contexte de monopolisation des moyens de communications, au Brésil.

Malgré la force avec laquelle la vidéo populaire a été diffusée - en 1992 il y avait plus de 200 groupes du nord au sud du Pays - on en a très peu étudié. Au même temps, on identifie des contradictions face aux objectives de sa proposition, ce qui montre la nécessité d'investigation vers quelques aspects de sa structure conceptuelle. Comme ça, on va mettre en valeur la question de la participation, qui est considéré la responsable pour ce qu'il y a de plus innovateur dans ce projet, en assurant l'équilibre des relations entre ces qui émettent et ces qui reçoivent le message et, en consequence, la coherence face aux objectives tracés.

Dans la perspective d'approfondir cette question, on va analiser la relation entre conception et pratique de groupes de vidéo populaire, à Natal, où la monopolisation des moyens de communication massives s'impose par les groupes dominants économiquement.

Pour atteindre cet objectif, on a analysé 3 groupes de vidéo qui ont constitué le premier exercice d'alternative systématisé à ce monopole, dans le domaine électronique. À partir de interviews, documents écrits et l'analyse des vidéos éditées, on a pu faire une composition générale sur l'emploi de la vidéo dans les mouvements sociaux et populaires, à Natal.

## SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	12
-------------------------	----

### *PARTE I*

#### **"ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS SOBRE O VÍDEO POPULAR"**

##### *CAPÍTULO 1 - ACERCA DO SURGIMENTO DO VÍDEO POPULAR NO BRASIL*

1.1 - O contexto da apropriação do vídeo pelos movimentos populares e sociais.....	27
1.2 - O contexto comunicacional e a formulação de uma referência de análise: a questão da participação .....	36
1.3 - Os primeiros grupos e a organização da ABVP.....	43

##### *CAPÍTULO 2 - O POPULAR DO VÍDEO:*

###### *A IDÉIA DE PARTICIPAÇÃO ADVINDA DA PRÁTICA*

2.1 - Anos 80: o vídeo é a "anti-TV" .....	49
2.2 - Anos 90: o vídeo "é" a TV .....	73

### *PARTE II*

#### **"A EXPERIÊNCIA DO VÍDEO POPULAR EM NATAL"**

##### *CAPÍTULO 1 - OS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES*

1.1 - O contexto do ressurgimento na década de 80 .....	83
1.2 - O movimento de bairro.....	85
1.3 - O movimento sindical.....	87
1.4 - O papel da igreja e dos partidos políticos .....	89
1.5 - O contexto dos meios de comunicação de massa .....	90

*CAPÍTULO 2 - GRUPOS DE VÍDEO: ASPECTOS DA PRÁTICA E DA CONCEPÇÃO  
COMUNICACIONAL*

2.1 - TV MEMÓRIA POPULAR.....	93
2.1.1 - No princípio eram várias idéias na cabeça e uma câmara na mão... ..	93
2.1.2 - Redefinindo novas formas de atuação .....	107
2.1.3 - A formação da equipe .....	121
2.1.4 - Os valores da produção .....	124
2.1.5 - Aspectos relativos à utilização do material gravado: a organização da videoteca .....	126
2.2 - TV GARI .....	128
2.2.1 - Os primeiros tempos: o contexto do surgimento do trabalho com o vídeo.....	128
2.2.2 - Concepção e realização: o vídeo como registro da memória do movimento sindical.....	130
2.2.3 - A utilização do material gravado .....	133
2.3 - TV GARRANCHO .....	135
2.3.1 - O contexto do surgimento .....	135
2.3.2 - Aspectos da concepção e da realização .....	136
2.3.3 - O projeto de utilização do material gravado .....	138

*PARTE III*

**"PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ACERVO DE MEMÓRIA:  
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ACERTOS E CONTRADIÇÕES  
DOS GRUPOS DE VÍDEO POPULAR"**

<i>CAPÍTULO 1 - TV MEMÓRIA.....</i>	142
<i>CAPÍTULO 2 - TV GARI.....</i>	162
<i>CAPÍTULO 3 - TV GARRANCHO.....</i>	169

*CONCLUSÕES:*

*"OU PARA ALÉM DA DICOTOMIA ENTRE PROCESSO E PRODUTO" ..... 172*

*APÊNDICE 1: QUADRO DE VÍDEOS PRODUZIDOS PELA TV MEMÓRIA ..... 190*

*APÊNDICE 2: QUADRO DE TOTALIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES*

*DA TV MEMÓRIA ..... 193*

*ANEXOS ..... 194*

*BIBLIOGRAFIA ..... 195*

## INTRODUÇÃO

Costuma-se dizer que qualquer reflexão a respeito do século XX precisa considerá-lo como a época da sociedade da informação. São muitas as transformações introduzidas nesta área, principalmente com o processamento e transmissão eletrônica de dados que passam a merecer estudos até pelo fato de, nem sempre, ou na proporção que se anuncia, os meios estarem cumprindo com os objetivos para os quais foram supostamente projetados. Esta é, por exemplo, a tese de Motta<sup>1</sup>, quando analisa o fato do aumento da oferta de mensagens pelos grandes meios, alcançando cada vez mais um número maior de pessoas representar, paradoxalmente, menos informações para as camadas de renda mais baixa da população, no Brasil. A excessiva concentração econômica e o controle político dos meios de comunicação de massa, no país, impossibilitaram esses meios de servirem de canais de expressão e da participação popular, o que é considerado, agora por Festa, "o pior entrave ideológico que a comunicação impõe à sociedade, definindo e estabelecendo a temática e as áreas do discurso social"<sup>2</sup>.

Essa problemática nos interessa devido ao fato de, agora há cerca de 10 anos, virmos desenvolvendo no Dept. de Arquitetura da UFRN, trabalhos na área de estudos urbanos direcionados à questão social (habitação popular/movimentos sociais, rurais e urbanos) onde a comunicação têm estado constante e crescentemente presente. Nesses trabalhos, os meios de comunicação têm sido incorporados como viabilizadores de processos de informação para garantir ao cidadão, o direito à cidade, na forma de acesso aos serviços básicos de infraestrutura e à participação no processo de produção e gestão urbanas.

---

<sup>1</sup> "Brasil: alternativa popular, comunicação e movimentos sociais". In *A comunicação alternativa na América Latina* (org. Máximo Simpson GRINBERG). Petrópolis: Vozes, 1987, p. 45.

<sup>2</sup> "Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa". In *Comunicação popular e alternativa no Brasil* (orgs. Regina FESTA e Carlos Eduardo Lins da SILVA). São Paulo: Ed. Paulinas, 1986, p.11.

De início, a fotografia foi utilizada em função de seu caráter documental. Com intuito de registrar a configuração espacial de estruturas urbanas no Brasil, a pesquisa "Perfil Fotográfico da Estrutura Urbana de Natal"<sup>3</sup>, objetivava o registro da degradação urbana patrocinada pelos poderes público e privado, com fins de especulação imobiliária. Além do registro da memória da cidade, a fotografia seria instrumento da população, na luta pela conquista de seu direito à cidade.

O vídeo, logo depois, seria incorporado ao trabalho em arquitetura como instrumento de aglutinação e debate de temáticas sobre o urbano em processos participativos junto aos diversos agentes da produção e gestão da cidade.<sup>4</sup>

Com estas características, o trabalho no Dept de Arquitetura da UFRN encontrou elementos em comum com a experiência do vídeo popular que se apresentou como uma proposta comunicacional com bases educativas, voltada para a viabilização da expressão das camadas populares e, como tal, diferenciando-se sobremaneira dos processos manipulatórios verificados nos meios de comunicação de massa.

Assim, motivada pela necessidade de pensar criticamente o uso do vídeo no trabalho social, esta pesquisa terá por objeto de estudo, o uso do vídeo e a concepção comunicacional de grupos vinculados a movimentos populares e sociais em Natal, na tentativa de apreender como esses grupos têm se apropriado do potencial do recurso videográfico.

Desde que surgiu no mercado, o vídeo tem provocado grande interesse em função de sua diversidade de uso, fácil operacionalidade e relativo baixo custo. O que se considerou uma verdadeira revolução a nível da produção e

---

<sup>3</sup> Pesquisa realizada em parceria com a professora Amadja Henrique Borges, do Dept. de Arquitetura, em 1987.

<sup>4</sup> *Estruturas urbanas no Brasil - Natal: o uso do vídeo no ensino, pesquisa e extensão em planejamento urbano regional*. Pesquisa realizada com professores do Dept. de Arquitetura, em 1988.

transmissão de imagens e som, levou a uma popularização tal que a nomenclatura vídeo acabou por aglutinar em torno de si uma série de atividades e objetos. Hoje chama-se vídeo não só as fitas (ou programas e filmes) que se aluga na locadora, como o videocassete que reproduz essas mesmas fitas pré-gravadas ou ainda o processo de produção de som e imagem baseado na tecnologia de gravação eletrônica. Essa, aliás, será a nomenclatura básica adotada nesta pesquisa onde denominar-se-á vídeo igualmente, às fitas e programas citados e/ou analisados, o equipamento utilizado como suporte à exibição, bem como o processo de produção videográfica. Quando necessária, a diferenciação se fará pela descrição do uso igual ao que comumente se faz quando se refere ao "ótimo vídeo que se acabou de assistir", ao preço exorbitante do conserto do vídeo ou ainda, quando a produção "daquele vídeo" se encontra atrasada.

Para além do uso doméstico, a utilização sistemática do vídeo em função de projetos comunicacionais pré-definidos, alcançou uma rápida evolução. De seus primórdios, quando se reduzia a suporte para outros meios como o cinema e a TV, o vídeo passa, gradativamente, a explorar possibilidades de conteúdos e públicos específicos, criando modos de produção e exibição próprios.

De todas as experiências, a que nos parece mais significativa e, portanto, mais interessante aprofundar, é a experiência que objetivou vincular o instrumento videográfico aos movimentos populares e sociais - e que se convencionou chamar vídeo popular - por ter sido esboçado como a possibilidade de viabilização da expressão dos interesses das camadas populares, visando contribuir com sua capacidade de luta, frente à crescente concentração econômica e política da classe dominante.

Apesar do tamanho de tal objetivo político, e da força com que se implantou com estas características na América Latina e no Brasil - em 92, eram

mais de 200 grupos espalhados de norte a sul do país<sup>5</sup> - as experiências do vídeo popular segundo Brasil, iriam apresentar limitações, desde a origem da incorporação da proposta, pelos movimentos.

*"Os movimentos organizados, os sindicatos, os órgãos públicos e muitos militantes isolados compravam câmaras de vídeo e passavam a registrar infundáveis horas de assembleias, reuniões, congressos, palestras, inaugurações e eventos sociais e culturais, sem qualquer critério ou reflexão mais profunda..."<sup>6</sup>.*

O estudo destas limitações se faz ainda mais necessário quando a prática se revela (também) redutora das potencialidades do vídeo, trazendo implicações de sentido ideológico ou seja, quando ocorrem contradições entre concepção e prática, conforme coloca Barbero:

*"Assim eu penso que a relação política não está sofrendo nenhuma mudança pela incorporação dos meios, dado que se parte de uma concepção meramente instrumental: eu já sei o que tenho a dizer, eu sei o que as massas necessitam. (...) a esquerda foi, desgraçadamente, tão massificadora como os meios de comunicação de massa (...). Com concepções mais vanguardistas, ou mais populistas, acontece o mesmo; a massa é fecundada, de alguma maneira, pela verdade que se lhe dá (...)"<sup>7</sup>.*

---

<sup>5</sup> "Impacto del video: ocupar el nuevo espacio audiovisual". In *Vidéazimut*: Revista publicada pela coalición internacional audiovisual para el desarrollo y la democracia. Canadá, Quebec, Montreal: maio de 92, nº 0 (zero) p. 3.

<sup>6</sup> BRAZIL, Daniel. "Vídeo: uso e função". In *Boletim da ABVP*, São Paulo, nº 15, p.6.

<sup>7</sup> Revista Proposta nº 28, p.45.

Ao longo dos anos, a necessidade de análise do vídeo popular ia sendo colocada para além de sua representatividade baseada principalmente na vinculação aos movimentos sociais. Ainda quando ensaiava seus primeiros passos, Fadul questionava o conceito de "popular" do vídeo quando colocado unicamente em termos de sua vinculação aos movimentos populares e defendia a necessidade de "recolocá-lo" em termos da ação política<sup>8</sup>.

Mais recentemente, participantes do seminário de vídeo popular provenientes de todas as regiões do país<sup>9</sup>, concluíram pela inexistência da "luta ideológica" no interior do movimento o que significa uma contradição básica em um movimento político que objetiva exatamente o confronto ideológico, ao possibilitar a expressão de camadas sociais excluídas da participação nos meios de comunicação de massa.

Apesar de observações como estas, estudos na direção destes questionamentos continuaram a inexistir. Pouco aprofundadas teoricamente, as experiências de vídeo popular, ao longo da década inicial em que acompanharam o ressurgimento dos movimentos populares e sociais, suscitariam duas tendências principais de abordagem: por parte de seus adeptos, a supervalorização da experiência, iria suplantar qualquer tentativa de questionamento mais aprofundado, em torno da metodologia de trabalho e do conteúdo das produções, como se a mera vinculação aos movimentos garantisse, por si só, a representatividade da proposta de trabalho do movimento de vídeo popular. Em sua vinculação aos movimentos, a participação dos atores sociais no processo comunicacional se consolidaria como a palavra de ordem sobre a qual se fundamentaria a proposta de comunicação popular, base para o projeto de vídeo popular, atingindo o ápice na forma do vídeo-processo.

---

<sup>8</sup> *ibidem*

<sup>9</sup> Entre outras: Fase nacional, Ceta/IBASE, CECIP (RJ), TVT e TV Anhembi (SP), Associação de Docentes de Minas (MG), Sindicato Rodoviário de Brasília (DF), SOS Corpo e TV Viva (PE), Mandacaru (PI)... *Síntese do I Seminário Nacional de Vídeo Popular*. São Paulo, ABVP, 1991. Mimeo, p.1.

Por outro lado, quando apontada por teóricos externos à temática da comunicação popular, a experiência do vídeo popular vai ser, na maior parte das vezes, ignorada, pelo aspecto primário dos produtos em termos técnico-narrativos onde, em geral, "poucos conseguem avançar além do simples registro dos movimentos populares"<sup>10</sup>.

Entre os extremos da redução e da supervalorização, essa pesquisa fará a opção por um terceiro caminho que possa vir a contribuir para o aprofundamento da discussão em torno da experiência de vídeo popular. Pois se é necessário reconhecer a importância deste movimento para o registro da memória dos movimentos populares e sociais, a presença de tais contradições leva, forçosamente, ao questionamento do papel da participação como o motor propulsor das inovações comunicacionais, no campo do vídeo popular. Quem são os atores efetivos, na produção de um vídeo popular? Em que momento a participação se dá? Da forma como acontece, essa participação corresponde, efetivamente, a um momento chave na caracterização do processo produtivo como democratizante? Participação é igual a expressão popular? Ou ainda: até que ponto a democratização do processo produtivo, caso aconteça, tem contribuído efetivamente para o processo de conscientização popular ou, ao menos, para a ampliação e diversidade do nível de informação das camadas populares?

A verificação dessas inquietações junto a um conjunto considerável de produtos de vídeo popular constituiu a motivação principal para a proposição desta pesquisa que objetiva analisar a relação entre a concepção comunicacional e a prática de grupos de vídeo vinculados a movimentos sociais e populares, em Natal.

Como capital de porte médio de um país capitalista

---

<sup>10</sup> Em seu trabalho mais recente sobre a experiência do vídeo no Brasil, Machado dedica um único parágrafo à produção de vídeos populares o que, por sua vez, se limita à citação de dois grupos. *Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas*. São Paulo: EDUSP, 1993, p.271.

subdesenvolvido, Natal apresenta um quadro típico da relação entre concentração econômica e informacional, onde os meios de comunicação de massa são monopolizados pelos grupos econômicos dominantes a nível local. Em tal contexto, faz-se importante o debruçar sobre a experiência dos grupos de vídeo popular, que constituem num primeiro exercício de alternativa a este monopólio, concebido de forma sistematizada, ainda mais no contexto atual de luta da sociedade brasileira pela democratização dos meios de comunicação.

Assim, a vinculação aos movimentos populares e sociais consistirá no ponto de partida que orientará a seleção e análise dos 3 grupos de vídeo determinados como universo desta pesquisa: TV Memória Popular (que tomará a denominação de TV Memória), TV Gari e TV Garrancho.

Para localizar os grupos de vídeo popular em Natal, partiu-se para uma pesquisa de campo que se deu de duas formas, mais ou menos simultâneas. Enquanto o contato com a ABVP - Associação Brasileira de Vídeo Popular, em São Paulo, visava levantar a relação de entidades ou pessoas associadas pelo Rio Grande do Norte, iniciava-se, ao mesmo tempo, em Natal, alguns contatos pessoais a nível informal, visando localizar produtores de vídeo vinculados aos movimentos populares e sociais.

A relação fornecida pela ABVP não ajudou muito pois referia-se a participantes de um evento promovido pela Associação, que nenhuma relação tinham com o vídeo. Assim, os contatos pessoais acabaram por apontar os 3 grupos.

A TV Memória Popular, o grupo mais antigo, criado formalmente em 1986 e ligado ao Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, acabou por se constituir no principal referencial para indicação de produtores e produções populares, que se confirmavam ou negavam, a cada visita, baseados nos critérios de seleção para constituição do universo de pesquisa. Foram selecionados apenas os grupos que mantivessem, à época da coleta de dados, uma atuação contínua em torno do vídeo, possibilitando o acompanhamento mais sistematizado, na

avaliação da prática. Desta forma, os vídeos que foram objeto de uma experiência pontual, ainda que vinculados a movimentos populares e sociais, também foram descartados devido à provável impossibilidade de se configurarem com uma proposta definida, viabilizando a análise da concepção adotada pelo grupo. Pelo volume de trabalhos encontrados finalmente, assim como para melhor aprofundar o conhecimento das experiências através da análise do modo de atuação dos grupos, é que se considerou apenas aqueles que trabalhavam com o vídeo a nível da produção da mensagem.

Com base nestes critérios foram escolhidos os dois outros grupos: A TV Gari, vinculada ao Sindicato de Empregados em Empresas de Limpeza Pública, desde 1989, e a TV Garrancho, recém formada em 1993, que atua com mais independência formal, embora seus componentes sejam integrantes de partidos políticos de esquerda.

Também se optou pela desconsideração do único grupo localizado no interior do Estado. Apesar de ter desenvolvido algumas produções de forma sistemática, a TV Movimento, com atuação na cidade de Caicó, se encontrava desarticulada, com dificuldade de localização de seus membros e da sua produção.

O universo de análise manteve-se, portanto, nos três grupos localizados em Natal. Apesar da relativa disparidade entre si - enquanto a TV Memória Popular entra, no momento atual, numa segunda fase, a TV Gari apenas cristaliza sua primeira etapa de atuação e a TV Garrancho mal esboça seus primeiros passos - espera-se que a análise de três momentos diferenciados seja um elemento a acrescentar à reflexão, além de possibilitar verificar em que medida a cooperação e a complementariedade, caso existentes, se dão.

Visando analisar a concepção e a prática dos grupos de vídeo popular de Natal, seguiu-se a orientação de Santoro para quem a conceituação se encontra relacionada com "o reconhecimento do conjunto das produções e dos

modos de atuações dos grupos de vídeo, junto aos movimentos populares"<sup>11</sup>

Para conhecer o modo de atuação dos grupos de vídeo popular, as entrevistas constituíram o ponto de partida, orientando as observações diretas, e sendo seguidas pela análise dos conjuntos das produções.

A partir de um integrante do grupo, as entrevistas iam se estendendo, gradativamente, a toda equipe, procurando não apenas compor um quadro global, como explorar a participação e o entendimento de cada um com relação ao trabalho empreendido. Neste sentido, o confronto de depoimentos sobre a mesma temática - por vezes propiciando debates informais - mostrou-se bastante apropriado para dirimir dúvidas e esclarecer ambiguidades a partir do referencial individual.

As entrevistas, realizadas nas sedes dos respectivos grupos, transcorriam em meio a uma completa informalidade propiciando, com isso, vantagens e desvantagens. Por um lado, muitas vezes, passava-se horas e até dias para se obter uma informação relevante para o objeto de estudo pesquisado. É que, de início, optou-se por um mínimo de intervenção para não induzir ou sugerir respostas, através das perguntas. Dessa forma, pedia-se ao entrevistado que falasse sobre a experiência do grupo, deixando à sua escolha a seleção sobre o que seria importante relatar.

À medida que o trabalho seguia, as intervenções iam se fazendo necessárias. Embora a conversa se mantivesse no nível informal, as perguntas agora obedeciam a um roteiro contemplando aspectos da origem e evolução do modo de atuação dos grupos, através dos trabalhos realizados, destacando tanto o processo de produção e a participação da população, bem como o uso destinado ao produto final. Neste momento, seguindo a orientação de inserção inicial, a gravação dos depoimentos foi desprezada já que, apesar da maior objetividade do

---

<sup>11</sup> SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989, p.59.

direcionamento das perguntas, o fluxo das conversações continuava na dependência de interrupções normais ao local de trabalho, além das divagações eventuais por parte dos entrevistados. Assim, optou-se pelas anotações ao longo das entrevistas.

Neste momento, o vídeo chegou a ser pensado como um instrumento a mais na análise dos grupos, possibilitando a aglutinação e discussão em torno dos programas. Apesar de possibilitar o resgate de fatos distanciados no tempo, o recurso não encontrou as condições para viabilização de seu desenvolvimento, tendo sido utilizado de forma apenas pontual.

Com a TV Gari e a TV Garrancho, o resgate possibilitado através do vídeo, chegava destituído de qualquer nível de discussão mais aprofundado, mantendo-se na localização de fatos, eventos e pessoas.

Na TV Memória, por sua vez, o espaço físico não possibilitava as condições de aglutinação e concentração necessárias à atividade de exibição. O videocassete, instalado em meio a sala onde funciona a recepção, secretaria e videoteca não favorecia o desenvolvimento de atividades reflexivas. A instalação de um "fórum" específico para exibição coletiva, com hora e local determinados chegou a ser pensada mas foi descartada pela dificuldade de aglutinação conjunta dos integrantes.

A realização das entrevistas acabou por se constituir em pretexto para o acompanhamento sistemático do cotidiano dos grupos. A intenção era sentir o processo da produção "in loco" e no momento de sua realização. Infelizmente os três meses dedicados à pesquisa de campo (de abril a junho de 1993), não foram felizes, contemplando um momento em que as três equipes pouco tiveram a oferecer a nível da produção videográfica propriamente dita.

Por este mesmo motivo, ficou impossibilitada a análise da recepção, este momento que, de mero objeto submetido às reações face o emissor, tem se transformado em sujeito onde se é capaz de elaborar novos modos de leitura,

decodificação, novos modos, enfim, de viver os processos de comunicação e, como tal, com possibilidade de contribuir com informações esclarecedoras sobre os objetivos pressupostos na produção. A falta de um projeto de utilização posterior definido praticamente inviabilizou o acompanhamento das exposições também escassas.

Assim, procedeu-se o nível de inserção possível que se voltou para o resgate das experiências passadas mantendo-se distante dos processos de produção e exibição em torno do vídeo que, à época, inexístiam, o que, por si só, muito evidencia sobre o modo de atuação dos grupos e reflete o momento de desarticulação por que passam os movimentos sociais e populares, em Natal. Neste sentido, o máximo que se conseguiu realizar para além do depoimento dos produtores, foi localizar representantes dos movimentos que tivessem participado ou, de alguma forma, envolvido com a produção - caso específico de algumas produções da TV Memória.

A exceção à regra da falta de produção se deu com o acompanhamento da criação da TV Comunitária da Cidade da Esperança, ocasião em que se pôde presenciar, retornando a campo em meados de novembro de 93, a retomada do processo de produção da TV Memória, em torno da realização de vídeos junto a uma comunidade da periferia de Natal<sup>12</sup>. Mesmo aqui, porém, não se pôde proceder a avaliação da recepção posto que, no momento inicial de sua implantação, marcado por exposições esporádicas e em períodos indefinidos, o trabalho em torno da TV Comunitária mostrava-se bastante incipiente para possibilitar as condições necessárias ao desenvolvimento de uma metodologia de análise.

Ainda seguindo a orientação de Santoro, a análise do conjunto da produção dos grupos constituiu-se em outra fonte de informações importante para a pesquisa: o número de títulos, a tendência do gênero documentário e do

---

<sup>12</sup> Vide parte II, cap. 2.

registro, as temáticas predominantes, entre tantas outras, forneceram elementos importantes na constituição do perfil da atuação dos respectivos grupos.

É importante aqui ressaltar que a análise do conjunto das produções, longe do objetivo das interpretações semiológicas com fins no próprio conteúdo, está inserida no contexto mais amplo do que possibilita para o conhecimento do trabalho dos grupos de vídeo popular, ou seja, a análise do conjunto das produções será sempre relacionada com o uso que possibilita (ou não), servindo ainda como pretexto para evidenciar o nível das relações entre grupos de vídeo e movimentos populares e sociais.

A quase total inexistência de material editado nas TV's Gari e Garrancho direcionou a análise do conjunto das produções desses grupos para os aspectos mais gerais da não exploração dos recursos básicos do instrumento videográfico (material bruto) e o que, editados ou não, os programas representam e possibilitam enquanto instrumento de grupo - fosse essa possibilidade explorada ou não.

Na TV Memória, a seleção dos programas necessitou de uma melhor sistematização pelo volume maior das produções editadas que formaram a base para análise, razão pela qual partiu-se para a elaboração de planilhas que possibilitassem a visualização de aspectos do conjunto da produção.<sup>13</sup>

De início, a tarefa de seleção dos vídeos foi auxiliada pela existência de um catálogo com produções realizadas entre 1987 e 1989. Incompleto, porém, o catálogo dificultou, por outro lado, a análise baseada numa quantificação mais precisa já que a falta de dados atualizados refletia também a falta de controle sobre o total das produções. Será a partir dele, portanto, que irá se proceder a todo um garimpo no sentido de detectar e corrigir incorreções, o que inclui produções citadas que não chegaram, na verdade, a serem editadas, enquanto grande parte das existentes não contavam com cópias nos arquivos

---

<sup>13</sup> Vide apêndice 1 e 2.

("fita não localizada"). Este último aspecto, aliás, em muito dificultou a tarefa de levantamento inicial pela necessidade de proceder à copiagem de cada programa que seria analisado. A deficiência acarretou numa perda de tempo considerável devido à dificuldade inicial de acesso ao material produzido, o que acabou sendo modificado de forma favorável, posteriormente.

A escolha da análise dos primeiros programas produzidos visou possibilitar o resgate dos momentos iniciais do grupo, ao lado das entrevistas e documentos escritos. Em momentos de produção mais escassa - no início (de 1987 a 1989) e no período mais recente (1991 a 1993) - isso representou a quase totalidade dos programas. Da produção de 1990 foi assistida cerca de um terço do montante de 56 vídeos<sup>14</sup>.

Outras escolhas seguiram o caminho apontado pelas informações constantes dos depoimentos onde eram analisados os programas colocados como referência de determinado momento do grupo, ou da luta específica ao movimento em que estava inserido.

A partir do conhecimento dos modos de atuação e do conjunto das produções, a prática dos grupos de vídeo pôde ser avaliada à luz da documentação escrita como estatutos, projetos de trabalho e relatórios de avaliação, além de jornais e catálogo das produções, quando existentes. Nesta parte da coleta de dados, a TV Memória passou longe à frente dos demais grupos, com material valioso para a configuração do quadro global da entidade. Nas TV's Gari e Garrancho, a única fonte de informações se manteve nos depoimentos de seus componentes. Apesar do desnível das fontes, conforme já se colocou anteriormente, a decisão pela manutenção dos 3 grupos de vídeo popular existentes em Natal foi considerada válida, por possibilitar a observação de diferentes aspectos em função da diferenciação dos momentos vivenciados pelos grupos.

---

<sup>14</sup> Vide apêndice nº 1.

A necessidade de entender conceitualmente a atuação dos grupos de vídeo popular levou à uma revisão bibliográfica onde as fontes para constituição de um marco teórico específico, mostraram-se bastante escassas. Ao lado de Festa e Santoro, para acompanhar o desenvolvimento do vídeo popular no Brasil, os Boletins bimestrais da ABVP foram a referência mais sistemática, dando a conhecer as reflexões e experiências dos produtores populares. Ainda através da ABVP foi possível o acesso a estudos sobre o uso do vídeo em outros países da América Latina, bem como artigos de interesse da temática, publicados por grupos de assessorias a movimentos sociais e populares. Também contribuiu na ampliação do leque de informações, a participação em Seminários e Encontros a nível nacional e continental. Para finalmente, localizar as visões de Milliard, Willener e Couron, específicas ao vídeo, buscou-se respaldo nos fundamentos da comunicação popular e alternativa - com Motta e Fontcuberta<sup>15</sup>.

Com base nos procedimentos realizados, a revisão bibliográfica efetuada na parte I será destinada a localizar o surgimento da proposta do vídeo popular no contexto comunicacional em que se desenvolveu no Brasil, ou seja, o contexto do ressurgimento dos movimentos populares e sociais, a partir da década de 80, destacando do arcabouço conceitual em que se encontra inserida, a questão da participação popular. Na parte II, realiza-se o resgate cronológico das experiências dos grupos de vídeo popular em Natal, após semelhante contextualização do surgimento desses grupos na cidade. A parte III estará voltada para a análise de cada grupo, buscando-se compreender a concepção participativa no que concerne os atores sociais envolvidos e os resultados atingidos pelas metodologias de produção e uso adotadas. Ao confrontar as diversas experiências entre si, nas conclusões, ter-se-á um quadro mais nítido da relação entre a concepção e a prática dos grupos de vídeo popular, em Natal.

---

<sup>15</sup> Vide bibliografia.

*PARTE I*

**ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS  
SOBRE O VÍDEO POPULAR**

## *CAPÍTULO 1*

### **ACERCA DO SURGIMENTO DO VÍDEO POPULAR NO BRASIL**

#### **1.1 - O contexto da apropriação do vídeo pelos movimentos populares e sociais**

Quando nasceu, em meados da década de 60, nos estúdios de emissoras de televisão, nos Estados Unidos, e nos laboratórios experimentais de TV, em universidades européias e americanas o vídeo, com suas primeiras e pesadas câmaras de estúdios, iria apenas introduzir modificações a nível da produção de TV, fazendo-a mais cômoda. Para o usuário, não haveria diferença: ele iria permanecer mudo, destinado a alimentar de forma passiva a cadeia de comunicação que opõe emissor e receptor.

O início da exceção à esta regra se deu com os artistas plásticos que já trabalhavam com a textura granulada da imagem eletrônica, modificando os receptores tradicionais da TV: eles se apropriariam expressivamente do novo instrumento, antes mesmo das primeiras gravadoras portáteis serem lançadas no mercado, em 1965. Segundo Machado<sup>1</sup> essas eram, no entanto, experiências que necessitavam de material sofisticado e know-how altamente especializado para intervir na gênese do complexo imagem/som, razões pelas quais os modelos originais sequer chegaram a ser fielmente reproduzidos no Brasil.

O surgimento, no mercado, das câmaras de vídeo doméstico e, mais particularmente, das primeiras câmaras de vídeo acopladas a gravadores portáteis, foi, portanto, o marco da apropriação do equipamento por indivíduos e grupos ativos cultural e politicamente, possibilitando a produção de seus próprios programas em circuito fechado.

---

<sup>1</sup> MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 9.

Este surgimento, segundo Gôngora, iria fazer gerar, na América Latina, durante a década seguinte, um complexo fenômeno que ilustra aspectos significativos da realidade atual da comunicação social no continente, expressando tanto um mecanismo de difusão, cujas características estão determinadas pela indústria cultural, como modalidades de expressão marginais a esta e que se colocam sob uma orientação diferente.

*"No primeiro caso, a nova tecnologia se expande e se insere crescentemente na vida cotidiana, de acordo com a lógica das multinacionais que a fabricam. Como modalidade de expressão, práticas emergem levadas a cabo por instituições e grupos que utilizam o vídeo para desenvolver experiências de educação popular, de expressões culturais nacionais, e de defesa de informações periodísticas e documentais, com características e lógicas distintas às das mensagens audiovisuais predominantes"<sup>2</sup>.*

No Brasil, a utilização do vídeo por grupos, instituições e pessoas ativas cultural e politicamente, vai configurar momentos bastante diferenciados, conforme observa Machado<sup>3</sup>.

Reconstituindo o momento inicial do surgimento do vídeo no Brasil, Machado conta que as primeiras pessoas que produziram trabalhos em vídeo, fora do âmbito das emissoras comerciais de TV, na década de 70 eram, na sua maioria, artistas plásticos, buscando materiais mais dinâmicos para dar forma às suas idéias. Inseridas no processo criativo do artista, porém, por vezes era

---

<sup>2</sup> GÔNGORA, Augusto. *Video alternativo y comunicación democrática*. Documento de trabajo. Chile: ILET, 1989, p. 9.

<sup>3</sup> MACHADO, Arlindo. "Notas sobre uma televisão secreta". In: *Televisão e vídeo*, (Fernando Barbosa LIMA et alii). Rio de Janeiro: Zalar, 1985, p. 58 a 75.

difícil entender as produções fora do conjunto da obra. A adesão inflexível da videoarte ao anti-espetáculo acabaria por produzir, como efeito inevitável, a falta de interlocutores.

Num segundo momento o Brasil, na década de 80, iria se transformar em cenário para uma geração de realizadores que viria a se posicionar contra aquela produção "subterrânea" e "invisível" dos anos 70. Igualmente marginalizados com relação à geração anterior, sem mercado para escoar seus produtos, e sem sustentação financeira de qualquer espécie, os chamados produtores independentes conciliam o trabalho de renovação cultural, com a adesão às regras do mercado, geralmente através da publicidade. Com eles surgem os festivais de vídeo e as primeiras salas de exibição, e começam a se esboçar as primeiras estratégias para "perfurar o feudo"<sup>4</sup>.

Para Machado, a nova geração de produtores vai se diferenciar da anterior pela tendência ao documentário e pela busca em quebrar a relação de autoridade entre documentarista e objeto de pesquisa. Neste sentido, evitava-se a sobreposição da narração às imagens e criava-se dispositivos para que o objeto de pesquisa pudesse responder ele próprio, com autonomia, às indagações formuladas. Tais inovações, no entanto, segundo ainda Machado, se limitariam à forma e ao conteúdo dos vídeos já que, na metodologia, a produção se manteria, basicamente, no nível privado e tradicional, ou seja: o emissor se colocava como o agente ativo enquanto o receptor era entendido como elemento passivo na produção da mensagem.

É com a apropriação do vídeo pelos grupos vinculados aos movimentos populares e sociais que ressurgem a partir do início da década de 80, no Brasil, que a primeira mudança significativa vai se operar, para o usuário, a partir do aproveitamento de características como facilidade de manuseio, condições de reprodutibilidade e baixo custo. Instrumento à feed-back, passível de emissões

---

<sup>4</sup> MACHADO, Arlindo. In: *Televisão e Vídeo*. (Fernando Barbosa LIMA et alii), p.66.

múltiplas, e de fácil operacionalidade, a apropriação do vídeo por esses grupos implicará numa verdadeira revolução nos moldes anteriores de fazer comunicação se inserindo nos processos de comunicação alternativa e popular que se instalavam junto aos movimentos sociais e populares<sup>5</sup>, conforme destaca Cirotti:

*"Não tenho que ficar mudo prá sempre: posso falar, posso fazer com que a televisão apresente só histórias alheias, mas também a minha própria história. O televisor deixa de ser a voz dos deuses, se transforma em um instrumento. Óbvio que esta potencialidade é, para uma pessoa, pouco mais do que a oportunidade de gravar em vídeo as férias do bebê mas para os grupos é uma ferramenta formidável para fazer agregação, informação e capacitação"<sup>6</sup>.*

Assim, a essa apropriação do vídeo pelos movimentos populares e sociais, que virá revestida de toda uma simbologia associada a uma prática considerada "revolucionária", modificando os moldes tradicionais de fazer comunicação, é que se dará o nome de "vídeo popular".

Antes de aprofundar o conhecimento sobre o vídeo popular, faz-se necessário tecer alguns comentários acerca de alguns aspectos envolvendo essa conceituação.

O primeiro destes aspectos diz respeito à distinção conceitual entre movimentos populares e movimentos sociais que, na literatura específica ocupa páginas e páginas do roteiro de preocupações teóricas, onde a especificidade

---

<sup>5</sup> CIROTTI, Giuseppe. "El lenguaje alternativo: el video como proceso y el video como producto". Apresentação no *Encontro Latino Americano de Vídeo Popular*, realizado em Montevideu: 1990, Mimeo, p. 1.

<sup>6</sup> V. item 1.2, neste capítulo.

inserida nas definições faz aglutinar em si sutilezas de caráter os mais diversos.

De um modo geral, o movimento popular se diferencia do movimento social pela sua referência mais explícita às camadas da base social do sistema estratificado da sociedade de classes, em contraposição ao caráter mais abrangente do movimento social.

Apesar da discussão que esta e outras especificidades suscitam, não deter-se-á aqui no seu aprofundamento teórico, posto que interessará destacar, no contexto dos objetivos deste trabalho, os aspectos dos movimentos que se referem ao vídeo popular, ou seja, interessa, portanto, não o aprofundamento da discussão do conceito em si, mas compreender como essa conceituação é apreendida pelos que fazem e pensam, de um modo geral, a comunicação popular e, no nível mais específico, o vídeo popular.

No contexto dos produtores de vídeo popular, a vinculação aos movimentos se fará de forma indiferenciada - ou seja, tanto aos denominados "populares" como aos "sociais" conforme se pode verificar na bibliografia específica.

Festa, por exemplo, relaciona o surgimento dos movimentos de vídeo popular, no Brasil, ao contexto do ressurgimento dos **movimentos sociais**, que tem origem, por sua vez, "nas contradições sociais que levam parcelas ou toda uma população a buscar formas de conquistar ou reconquistar espaços democráticos negados pela classe no poder"<sup>7</sup>. Também aos **movimentos sociais** se refere Barbero quando vincula o surgimento do vídeo popular, na América Latina, não apenas a um fenômeno de "contracultura" e, muito menos, a um fenômeno de "marginalidade", mas também aos "**movimentos sociais**, aos processos de dominação e de réplica à dominação e, portanto, atravessado por um

---

<sup>7</sup> FESTA, Regina. "Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa". In Regina FESTA e Carlos E. L. da SILVA, orgs. op. cit., p. 11.

projeto ou pelo menos, por um movimento de luta política"<sup>8</sup>. Remetendo-se à fala dos próprios trabalhadores, Santoro e Motta utilizam a expressão **movimento popular** para definir "todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares, direta ou indiretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade como no campo"<sup>9</sup>, às quais os grupos de vídeo popular se vinculam.

Assim, além das bases sociais integrantes do movimento popular, a expressão movimento social também tem sido referência para os que pensam e fazem a comunicação popular, pelo seu caráter de "contraposição à classe dominante" ou "parte desta"<sup>10</sup>, ou ainda pela sua definição enquanto ação no sentido de "questionar, de maneira fragmentada ou absoluta, as formas de dominação prevaletentes", sendo sua "vontade implícita" a de "transformar parcial ou totalmente, as condições de crescimento social". Neste último caso, os segmentos da população organizada poderão incluir frações de diversos poderes aquisitivos "que não detém, porém, os meios de produção", fazendo parte, portanto, "de uma única classe, a classe trabalhadora, em antagonismo à classe dominante"<sup>11</sup> :

Portanto, por terem se vinculado de forma indiferenciada aos movimentos "populares" e "sociais", é que se aglutinará essas duas conceituações numa denominação genérica à qual se remeterá, sempre que se referir, nesta pesquisa, aos movimentos aos quais se incorporam os produtores de vídeo popular.

Sociais ou populares, a discussão sobre os movimentos remete a um

---

<sup>8</sup> "Comunicación popular y los modelos transnacionales". Entrevista com Barbero. Revista Chasqui, s/d, p.5.

<sup>9</sup> Respectivamente: *A imagem nas mãos*, p.59 e "Brasil: alternativa popular, comunicações e movimentos sociais", in: *A comunicação alternativa na América Latina* (org. M. S. GRINBERG): Petrópolis: vozes, 1987, p.45.

<sup>10</sup> Scherer, Warren; apud DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. *Camadas médias, movimentos sociais e a "abertura": a emergência dos movimentos sociais em Natal*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFRN, Natal, 1987, p. 36.

<sup>11</sup> CAMACHO, Daniel. Apud DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Op. cit. p. 37.

outro conceito que irá permear os caminhos da prática do vídeo popular: o conceito de classes sociais. Longe de querer aprofundar o leque dos desdobramentos teóricos que envolve o conceito (até porque, segundo Fernandes<sup>12</sup>, ele tem sido empregado em diferentes sentidos), faz-se necessário destacar alguns elementos que permitam localizá-lo junto à proposta da comunicação alternativa e popular e, conseqüentemente, junto à proposta do vídeo popular.

Para alguns autores, o conceito de classes sociais tem sido aplicado para designar o arranjo societário inerente ao sistema de produção capitalista. Na teoria marxista, segundo Poulantzas, as classes sociais são "grupos de agentes sociais, homens, definidos principalmente (mas não exclusivamente), por sua posição no processo de produção, ou seja, na esfera econômica"<sup>13</sup>.

A distribuição desses agentes em classes sociais definem relações de produção que são determinadas pelo antagonismo entre os que detém os meios e conseqüentemente, o controle da produção - proprietários, classe dominante - e os trabalhadores (ou classe dominada, explorada...) que, sem a propriedade dos meios, vendem sua força de trabalho.

O esquema apresentado permite visualizar que, fundamentado pelo conceito de propriedade, a sociedade de classe possui, conforme colocou Fernandes, "uma estratificação típica, na qual a situação econômica regula o privilegiamento positivo ou negativo dos diferentes estratos sociais, condicionando, assim, direta ou indiretamente, tanto os processos de concentração social da riqueza, do prestígio social e do poder (inclusive o do poder político institucionalizado (...)), quanto os mecanismos societários de

---

<sup>12</sup> FERNANDES, Florestan. "Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina". In: *As classes sociais na América Latina* (coord. Raul Benitez ZENTENO). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 173.

<sup>13</sup> POULANTZAS, Nicos. "As classes sociais". In: *As classes sociais na América Latina* (coord. Raul Benítez ZENTENO), p. 91.

mobilidade, estabilidade e mudança sociais"<sup>14</sup>.

Segundo Fernandes, há aproximadamente vinte anos, vem acontecendo um intenso debate sobre as conseqüências e implicações das evoluções do capitalismo, evidenciando a crise ideológica do mundo em que vivemos. Por parte da classe dominante, este debate tem objetivado pôr em cheque a utilidade do conceito de classe social, e a própria validade da noção de propriedade de classes.

Neste sentido, para Moraes<sup>15</sup>, a classe dominante tem construído um conceito de classe "popular" que toma por parâmetro, não a propriedade, mas a renda e o consumo, postura que traz, entre outras implicações, um deslocamento de ordem estrutural: ao ignorar a propriedade, desloca-se a discussão do sistema capitalista, que passa a não ser combatido e se mantém como realidade irrefutável. Desta forma, a discussão ideológica permanece na superfície das variações conjunturais, sem adentrar pelas causas que estão na base da constituição da sociedade de classes.

É neste contexto construído pela ideologia da classe dominante que os movimentos sociais e populares vão se colocar, e talvez isso explique muito das contradições que lhes permeiam, inerentes ao amplo leque de possibilidades com as quais se afina assumindo, segundo Bobbio, desde a forma de meras mobilizações reivindicatórias a ações mais políticas de enfrentamento da classe dominante. Neste caso, segundo ainda Bobbio, o movimento se caracterizará como essencialmente político, por se referir à ação visando "inferir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e de mudanças nas relações de força", ou de classe - quando pretende "subverter a verdadeira ordem social advinda com a transformação do modo e das relações de produção"<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> FERNANDES, Florestan. Op. cit. p. 173.

<sup>15</sup> MORAIS, Lincoln. "Prefeitura popular, duplo poder e poder local". In: *Análise política das experiências populares municipais*. Curso promovido pelos Dept. de Arquitetura e Ciências Sociais, da UFRN, de 26 a 30 de setembro de 1994. Módulo 1.

<sup>16</sup> BOBBIO, Roberto. Apud DOMINGOS SOBRINHO, Moisés, op. cit, p. 41.

Deixando de lado as implicações mais teóricas, os movimentos sociais e populares se apresentam, para os seus integrantes, segundo o principal eixo temático de atuação: são os movimentos de bairro ou comunitário o que, na concepção dos trabalhadores reunidos em São Bernardo, inclui os clubes de mães, as associações de favelados, entre "outras formas de luta e organização popular"<sup>17</sup>; os movimentos sindicais, "por sua própria natureza de classe", ainda segundo os trabalhadores, também farão parte do movimento popular.

Os movimentos sociais urbanos, por sua vez, serão empregados para definir as "ações coletivas da população, independentemente de classe, para evitar a deterioração das condições de vida na cidade, e/ou interferir especificamente na ação do Estado, no urbano"<sup>18</sup>. Também mais independente da questão de classe embora não totalmente desvinculado, os movimentos negro e da mulher atuam em questões específicas de gênero e raça, sendo suprido por uma infinidade de outros que a sociedade moderna vai engendrando na defesa de interesses de segmentos específicos da população: são exemplos o movimento pela vida e contra a pena de morte, ou pelo combate eficaz à AIDS.

De um modo geral, esses movimentos podem ter um caráter organizacional de reivindicação ou conscientização, em espaços onde o Estado tem dificuldade de intervir, ou está completamente ausente. Em seu conjunto, se apresentam de forma fragmentada e efêmera, podendo se esgotar na conquista (ou no fim) dos objetivos que o geraram, como o movimento pelas eleições diretas, no Brasil, em 1989. Por outro lado, podem também direcionar-se para a busca de uma maior participação política das classes populares, em todos os setores da sociedade.

Segundo Festa<sup>19</sup> o Brasil, no final da década de 70, foi pontilhado

---

<sup>17</sup> *Documento de São Bernardo*, assinado por líderes sindicais e de movimentos de bairros, em 1980. Apud SANTORO, Fernando, op. cit., p.59 e MOTTA, Gonzaga, op. cit., p.45.

<sup>18</sup> FERREIRA, Ângela et alii. *Estado e movimentos sociais urbanos: o caso de Natal*. Relatório de pesquisa. UFRN, 1990. p.82.

<sup>19</sup> FESTA, Regina, op. cit. p.4.

por uma gama de movimentos sociais bastante diversificados: homossexuais, grupos de defesa da ecologia, comunidades eclesiais de base, motoristas de ônibus, garis, vigilantes de bancos, enfim, uma variedade de categorias sociais entre as quais, algumas com pouca ou nenhuma tradição de luta. Eram diferentes atores e formas de manifestação que, a exemplo do que vinha acontecendo no resto da América Latina, passavam a dar uma nova conotação às contradições inerentes à sociedade capitalista. Como traços particulares, traziam o rompimento com as formas tradicionais de se fazer política, quais sejam: o clientelismo, o paternalismo e a manipulação popular. Ao mesmo tempo, procuravam impor sua autonomia com relação ao Estado e aos partidos políticos - fossem oficiais (principalmente), fossem de esquerda, ainda que não excluíssem o apoio que estes pudessem oferecer.

Neste período, segundo Motta<sup>20</sup>, o processo de acumulação capitalista, no Brasil, fazia aumentar de forma exorbitante a exploração da força de trabalho e a extração de mais-valia. Nas periferias da cidade, onde se reproduz a força de trabalho, os recursos iam sendo canalizados para a criação de infraestrutura industrial e de mercado, em detrimento de obras sociais básicas que beneficiariam a população mais carente.

## **1.2 - O contexto comunicacional e a formulação de uma referência de análise: a questão da participação**

É no contexto do empobrecimento da população brasileira que os meios de comunicação de massa passam a se organizar como grandes empresas, saindo da estrutura empresarial familiar para se transformarem em modernos conglomerados que operam comercialmente diferentes meios e praticamente

---

<sup>20</sup> MOTTA, Luiz Gonzaga, in GRINBERG, M. S., org. Op. cit., p. 41.

passam a monopolizar o mercado de comunicação no país.

O Estado, por sua vez, apóia o amplo processo de concentração econômica com uma ampla participação no controle da informação onde um grande número de leis e decretos repressivos como a Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, Lei Falcão, Lei de Censura a Espetáculos, entre outras, inibiu e cerceou ainda mais as já poucas possibilidades de expressão de pontos de vista alternativos, pelos meios de comunicação. Faz-se necessário lembrar que a repressão do Estado não se limita aos meios de comunicação, mas estende-se a todos os canais de manifestação e reivindicação popular.

*"as greves são proibidas, os sindicatos transformados em entidades assistencialistas, os municípios perderam sua autonomia, o poder legislativo é subjugado pela força. (...), todas as formas organizadas de manifestação do inconformismo popular são bloqueadas sistematicamente, inclusive a mais elementar delas, o direito de se votar livremente"<sup>21</sup>.*

A excessiva concentração econômica, portanto, aliada ao controle político estatal dos meios de comunicação formais - impossibilitando esses meios de cumprirem seu papel de canais de expressão dos movimentos populares, irá contribuir para o desenvolvimento, no Brasil, de um fenômeno de comunicação no nível da capacidade de organização dos movimentos sociais e populares - e que irá inspirar, posteriormente, a prática e o discurso do vídeo popular.

A década de 80, segundo Festa<sup>22</sup>, chegará marcada por indefinições e contradições que nortearão o fim de um sistema de poder, e o período de articulação de outro por iniciar-se. A nível do governo, discute-se o fim do

---

<sup>21</sup> MOTTA, Gonzaga. In: GRINBERG, op. cit., p.40.

<sup>22</sup> FESTA, Regina, op. cit, p.28.

militarismo, a democracia, a transição e a reorganização do poder político e econômico do país. Por outro lado a inflação e o desemprego atingem fortemente a classe trabalhadora e os setores populares, acirrando os conflitos sociais que derrocavam em atos de violência favorecedores do reordenamento das forças conservadoras em diversas instâncias da sociedade.

É neste contexto que se criaram as condições para o desenvolvimento no Brasil, de experiências de comunicação que se denominaram "alternativa" e "popular". De um modo geral a comunicação alternativa, segundo Festa, se opõe ao monopólio da comunicação pelos grupos político e economicamente dominantes expressando não só os interesses dos trabalhadores como também os da pequena e média burguesia: ela se constituiria, nos anos 80, como o espaço cultural e político no qual *"grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político"*<sup>23</sup>.

Com um caráter mais abrangente, portanto, a comunicação alternativa vai se diferenciar da comunicação popular, definida por Motta por um "nítido caráter de classe", que expressa os interesses de "um determinado grupo social (o popular) em seu conflito pela sobrevivência, no seu enfrentamento à dominação política, cultural e econômica"<sup>24</sup>.

Para além das especificidades da conceituação, o importante de destacar é que essas formas de comunicação constituíram a alternativa possível ao sistema comunicacional massificado vigente, tendo em comum os objetivos de mudanças sociais e de confrontação aos modelos políticos, econômicos e culturais impostos pelo capitalismo.

Apesar dos interesses comuns, porém, as propostas comunicacionais alternativa e popular, irão suscitar algumas contradições que são importantes de destacar como referência ao estudo posterior da experiência do

---

<sup>23</sup> FESTA, Regina, op. cit., p. 29.

<sup>24</sup> In GRINBERG, M.S., org., op. cit., p. 42.

vídeo popular.

Do lado do que caracterizou a comunicação alternativa, Fontcuberta questionou o fato do meio comunicacional se configurar como opção frente aos grupos econômico e politicamente dominantes que detém a propriedade ou o controle dos meios de informação, como o que possibilita ao meio ser considerado alternativo. Ele observa que, além da propriedade e do controle do meio, a concepção comunicacional adotada se expressa de várias formas como, por exemplo, na eleição de temas e na elaboração das mensagens<sup>25</sup>.

Reforçando o colocado anteriormente, Grinberg afirma que órgãos informativos, comunicacionais, político-gremiais, oficialistas, oficiosos ou opositores, em toda a ampla gama de leque ideológico, podem ser igualmente veículos da mensagem autoritária, trabalhando apenas com o sinal invertido.

*"mensagem que do pólo emissor, se dirige a um receptor supostamente dócil, permeável ao conteúdo persuasivo, explícito e implícito do discurso que se lhe oferece"*<sup>26</sup>.

Por outro lado, segundo Motta, sequer o caráter de classe da comunicação popular constitui garantia contra conteúdos ambíguos, já que eles são elaborados num contexto de dominação onde o pensamento das classes populares - mesmo quando num grau de consciência considerável - estão impregnados de valores dominantes. E isso mesmo quando eles são "coletivamente definidos, levam à mobilização ou (...) expressam reivindicações claras" ...<sup>27</sup>.

Essa convergência do projeto alternativo de comunicação na

---

<sup>25</sup> FONTCUBERTA, Mar, *Alternativas en comunicaci3n*. Barcelona: Ed. Mitre, s/d, p. 102.

<sup>26</sup> "Comunica33o alternativa: dimens3es, limites e possibilidades". In GRINBERG, M.S., org, op. cit., p. 21.

<sup>27</sup> GRINBERG, M.S., org, op. cit., p. 44.

direção da reprodução da ideologia dominante, é observada por um militante do movimento negro, durante um seminário específico para discutir a comunicação e os movimentos populares.

*"(...) venho me preocupando com a forma pela qual esta questão (da negritude) vem sendo trabalhada nos meios alternativos e nos veículos que são produzidos e que circulam no movimento popular e sindical. É preciso perceber como esses veículos, na maioria das vezes, reproduzem o machismo, o racismo, sem um mínimo de análise crítica"<sup>28</sup>.*

Observando a incoerência entre a proposta política de base transformadora expressa por partidos políticos que se constituíram na oposição ao regime militar e a prática por vezes alienante no âmbito específico do trabalho de comunicação junto aos movimentos populares, Prestes Paula destaca o fato da articulação das massas ficar diretamente vinculada ao fortalecimento da instituição e não da conscientização dos envolvidos no processo político.

*"Nesta concepção, a educação popular está a serviço da imediata organização e da mobilização das massas até o ponto de se chegar ao uso da fórmula: educação => mobilização. É óbvio que o "educador popular" age na sua tarefa como militante de seu partido"<sup>29</sup>.*

Esta concepção de comunicação reflete o modo como se tem

---

<sup>28</sup> "Movimento popular e os meios de comunicação de massa". In *Relatório do Seminário* ocorrido entre 30 de novembro e 1º de dezembro de 1991. Recife: Etapas/SOS corpo, s/d, p. 31.

<sup>29</sup> DE PAULA, Antonio Prestes. "Educação popular: dominação e dependência". In: *Revista Brasil revolucionário*, Ano IV, n.12, p. 39.

trabalhado a conscientização no processo de educação popular: uma concepção baseada num conceito de política entendido "strito sensu", isto é, a nível da participação nos partidos políticos, nos sindicatos e/ou associações de carácter reivindicativo. Visto nesta perspectiva, o processo político que envolve o trabalho com a comunicação popular é definido em termos unicamente positivos, numa relação mecânica destituída de qualquer dialeticidade que incorpore a cotidianidade dos processos e problemas das culturas populares, e os conflitos que se articulam nessas culturas, conforme colocará Barbero, mais adiante<sup>30</sup>.

Além da importante questão da ambiguidade, é importante para a análise posterior do vídeo popular, destacar um outro aspecto relativo à participação no contexto da comunicação popular, qual seja: o carácter de oposição ao regime dominante, e mesmo o carácter de classe (popular) não exclui as camadas da pequena e média burguesia enquanto agentes desta prática comunicacional.

Segundo Motta<sup>31</sup>, aos grupos populares associam-se, efetivamente, instituições de apoio com o objetivo de ampliar a capacidade de percepção localista dos movimentos, para visões mais "universalistas", apoiando sua organização e proporcionando-lhes maior organicidade. Seu carácter é nitidamente "político-pedagógico". Seus membros são profissionais dos setores intermediários da sociedade; atores, portanto, diferentes dos grupos populares, e "com eles não se confundem".

A comunicação popular visa a autodefesa física ou intelectual contra a dominação política, cultural, econômica, se caracterizando pelo imediatismo e efemeridade, surgindo e se desenvolvendo de acordo com a necessidade de cada momento, em função de enfrentamentos provisórios ou até que, passado o momento, uma nova situação venha exigir o uso de outros meios.

---

<sup>30</sup> V. "O produto do vídeo", neste capítulo.

<sup>31</sup> In GRINBERG, org. Op. cit., p. 42.

A comunicação realizada pelos grupos de apoio político-pedagógico objetiva "orientar, apoiar e ampliar os movimentos populares. Em determinadas ocasiões os dois grupos podem até se confundir já que, sendo objetivo dos agentes político-pedagógicos potencializar as formas de expressão popular, as duas formas de comunicação trabalham igualmente na busca de canais e mensagens alternativas aos meios de comunicação de massa.

O caráter instrumental da comunicação popular, para responder às necessidades mais imediatas dos grupos populares aos quais se vinculam, pode também assumir um papel mais político de enfrentamento e de resistência junto à informação massiva, ou de afirmação de identidade popular, implicando numa organização e mobilização crescente em torno das reivindicações de classe.

No nível instrumental imediato, seja nos grupos populares ou de apoio político-pedagógico, o produto da comunicação popular se apresenta, segundo Motta<sup>32</sup>, com duas funções básicas.

A função de apoio visa o auxílio à mobilização e a organização e é suprida por meios quase sempre artesanais ou primários: são as conversas, reuniões, assembléias, cartas, panfletos, alto-falantes, etc., que servem para fazer com que um maior número de pessoas tome conhecimento de um determinado problema, sejam sensibilizadas e motivadas para a ação, se mobilizando e organizando para uma ação consciente e adequada.

Para que os movimentos tenham maior repercussão, alcançando públicos externos de outras comunidades, autoridades e a sociedade em geral, os meios primários são de pouca utilidade pelo impacto e alcance restritos. Assim, no sentido de uma divulgação mais ampla que Motta chamou "função de potencialização", faz-se necessária a interferência de tecnologias mais sofisticadas, que possam ampliar o alcance de mensagem.

---

<sup>32</sup> In GRINBERG, org. Op. cit., p. 46.

Enquanto a comunicação popular assume um papel a nível mais imediato dedicando-se, preferencialmente, aos aspectos da organização e mobilização, ainda segundo Motta, do lado dos grupos de apoio-político-pedagógico, o trabalho é voltado para a reflexão e a conscientização. É a partir desses grupos que são produzidas a maior parte de textos orientadores do conteúdo das reivindicações populares. Alguns são dirigidos especificamente à questão da organização e participação popular, mostrando a importância da união e do trabalho conjunto. Outros, ainda, procuram motivar a educação política dos grupos através de textos que estimulam a discussão sobre o funcionamento da sociedade, as classes sociais, a sociedade de consumo, as relações de produção, entre outras temáticas<sup>33</sup>.

É neste contexto, tentando "sintonizar" com as propostas de comunicação alternativa e popular, e acrescentando sua especificidade de audiovisual, que o vídeo popular pedirá passagem, somando acertos e contradições junto aos movimentos sociais e populares onde irá se inserir.

### **1.3 - Os primeiros grupos e a organização da ABVP**

É no contexto em que a prática da comunicação popular e alternativa começou a responder às necessidades de expressão individuais e coletivas (por sua vez, canalizadas pelos movimentos populares e sociais), que o vídeo se insurge, como instrumento da "contrainformação", particularmente em contextos onde a repressão policial fechou os meios de comunicação de massa à oposição democrática e aos movimentos de base"<sup>34</sup>.

Segundo Festa, enquanto os meios de comunicação de massa

---

<sup>33</sup> In GRINBERG, org. Op. cit., p. 4.

<sup>34</sup> RONCAGLILO, Rafael, org. "Panorama del video en America Latina". Apud Luiz F. SANTORO. op. cit. p. 60.

impunham três temáticas na conformação da opinião pública ("crise econômica, violência e sucessão presidencial"), a comunicação "alternativa e popular" vivia o mesmo clima de indefinições do período, sem estratégias, propostas ou avanços significativos, se caracterizando por uma "atomização" que reflete a incapacidade das forças de oposição para articularem uma alternativa política à crise então vivenciada. No começo da década

*"nada parecia indicar que a força social em refluxo retomaria seu papel de protagonista no cenário político brasileiro, exigindo eleições diretas, democracia e desenvolvimento"*<sup>35</sup>.

Entretanto, neste mesmo momento, conforme continua Festa, um novo sistema começava a se fazer evidenciar, através da adoção de novas tecnologias, como resultado de uma outra etapa de desenvolvimento localizado e seletivo que chegaria mais tarde: "o Brasil começava a entrar, em caráter irreversível, na era eletrônica"<sup>36</sup>, uma nova etapa de aliança com o capital internacional, apesar da lei de informática e de reserva no mercado.

A nova conjuntura, portanto, a inexistência de uma televisão com um projeto de participação democrática, além do alto custo do material cinematográfico, abrem a possibilidade de uso alternativo dessas novas tecnologias, onde se inclui o vídeo para os movimentos sociais. Instituições como o IBASE<sup>37</sup>, do Rio de Janeiro, que utiliza a informática na assessoria aos movimentos sociais, são criadas. Na área sindical o computador, o telex e o vídeo-cassete são adotados para dinamizar e racionalizar o trabalho de formação, informação e organização dos trabalhadores e do movimento popular. Em centros

---

<sup>35</sup> FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Orgs. Op. cit. p.29.

<sup>36</sup> Ibid, p. 29.

<sup>37</sup> Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Estatística.

e institutos de documentação, educação e comunicação popular, o uso do vídeo-cassete e as discussões sobre a viabilidade do computador e das redes alternativas de informática e telex a serviço das organizações populares, se iniciam. O Brasil começa a fabricar computadores, vídeo e os componentes diversos dessa indústria que começava a surgir<sup>38</sup>.

Para Santoro<sup>39</sup>, o primeiro curso de capacitação em vídeo para grupos atuantes junto aos movimentos populares, acontecido em 1983, na região do ABC paulista, marca o momento inicial do vídeo popular, que é paralelo à criação da Central Única dos Trabalhadores, a CUT. O curso teve por tema central "O Vídeo como instrumento de animação cultural e intervenção social" e objetivava atender comunidades populares que trabalhavam ou pretendiam trabalhar com o vídeo, em suas atividades. Os eventos que se seguiram, no ano de 1984, como a I Mostra Brasileira de Vídeo Militante e o Encontro Nacional de Grupos Produtores de Vídeo no Movimento Popular, em São Bernardo do Campo, foram os primeiros passos dados no sentido da articulação e organização entre os grupos, em função de um movimento que iria se concretizar na Associação Brasileira do Vídeo no Movimento Popular, anos mais tarde abreviada para Associação Brasileira de Vídeo Popular - ABVP.

A ABVP nasce com o objetivo de aglutinar produtores e refletir a prática da produção videográfica junto com os movimentos populares, atuando em três linhas básicas: distribuição, capacitação e informação. Neste sentido, seguiria apoiando os diversos Encontros Nacionais que se realizariam, bem como mostras e concursos de vídeo. A nível político-operacional, a ABVP vai passar a integrar o movimento latino-americano de vídeo e, a nível nacional, a partir de 1992, a empreender uma maior descentralização administrativa, partindo para a criação de diretorias regionais<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da, org., op. cit, p. 29.

<sup>39</sup> SANTORO, Luiz Fernando, op. cit. p. 64.

<sup>40</sup> Associação Brasileira de Vídeo Popular. ABVP. *Boletim da ABVP*: São Paulo, nº 21, p. 6.

O início da década de 80 marcará também o surgimento dos primeiros grupos que irão constituir o movimento de vídeo popular. De apresentação multifacetada, cada grupo trazia consigo a preocupação comum de registro e documentação da história de um lugar ou movimento, e as especificidades do meio e do contexto em que se inseriam.

A TV Olho apontava sua objetiva para o cotidiano do bairro de Nova Iguaçu, com matérias que abordavam aspectos do cotidiano local como inauguração de grupos escolares ou os problemas, como as vielas esburacadas da região. Os programas eram exibidos na forma de telejornais diários, transmitidos através de monitores e caixas de som em uma das mais movimentadas praças do município de Duque de Caxias. A TV Viva, criada em 1984, se encarregava da produção mensal de programas com temática marcadamente local e regionalista, contando com a participação freqüente de artistas nordestinos. A produção, que se mantém até hoje, é exibida ao ar livre, em diversos bairros da região metropolitana de Recife. A TV Bixiga, em São Paulo, direcionava sua atuação no sentido do trabalho pela preservação do patrimônio artístico e cultural do bairro homônimo, exibindo sua programação em monitores instalados em veículos que circulavam pela região. Tipos folclóricos, procissões tradicionais ou casas noturnas constituíam o acervo organizado por produtores moradores do local. A TVT - TV dos Trabalhadores, finalmente, nascida na região do ABC paulista e vinculada ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, dedicava-se à produção de programas onde as condições de trabalho e as questões salariais eram os temas principais. Com uma postura orgânica de trabalho, na qual os técnicos são recrutados entre os membros do próprio sindicato onde é formada, a TVT promove exposições em sua sede, registrando e discutindo as questões políticas diretamente vinculadas ao trabalho, bem como as de caráter mais geral<sup>41</sup>.

Dada a largada inicial, muitas experiências vão se seguir, ao longo

---

<sup>41</sup> SANTORO, Luiz Fernando, op. cit., p. 73.

dos anos; algumas mais estruturadas alcançam ampla repercussão seja a nível local, nos bairros onde se instalam as TV's de ruas e as experiências comunitárias, seja a nível internacional, angariando prêmios em festivais onde os programas são exibidos. Outras, mais pontuais, adequam-se ao fluxo e refluxo contínuo dos movimentos, desaparecendo da mesma forma que surgiram, à medida do aparecimento de um problema ou de uma reivindicação específica. Entre os dois universos, segundo Mejía<sup>42</sup>, foram se sistematizando formas de uso a partir de dois níveis básicos do trabalho em educação popular com o vídeo, junto aos movimentos: o da organização e da formação.

No aspecto organizacional, o vídeo tem sido utilizado para informar e mobilizar com o objetivo de ser um potencial de irradiação, atingindo seu público alvo para, em seguida, criar ou desenvolver mecanismos de interação entre destinatários, visando a participação. Isto significa eliminar a relação de poder entre emissor e receptor para formar um coletivo orgânico e participativo.

No aspecto formativo o vídeo, como um instrumento de comunicação, se constitui em importante subsídio metodológico, seja no que concerne à expressão, seja no campo da teoria política. Sua função, portanto, é de contribuir na formação de uma consciência crítica da realidade, informando e contribuindo para o desenvolvimento de processos de reflexão, o que significa dizer que o trabalho de educação popular em comunicação não se esgota na elaboração dos materiais mas na sua aplicação.

Todas essas considerações até aqui levantadas são importantes de destacar pois possibilitam o conhecimento do contexto político e comunicacional em que surgiram as primeiras experiências de vídeo popular, no Brasil e, com elas, as diretrizes de uso que definiriam uma concepção própria de fazer comunicação.

A seguir, se aprofundará o estudo do vídeo e de como suas

---

<sup>42</sup> MEJÍA, Alberto Gómez. *O vídeo e a educação popular*, Rio de Janeiro: Fase, s/d, apostila, p. 9.

características se prestam à participação - este que é o motor propulsor da proposta comunicacional, e que orientará, posteriormente, a análise dos três grupos de vídeo popular, em Natal.

## *CAPÍTULO 2*

### **O POPULAR DO VÍDEO:**

#### **A IDÉIA DE PARTICIPAÇÃO ADVINDA DA PRÁTICA**

##### **2.1 - Anos 80: o vídeo é a "anti-TV"**

A vinculação aos movimentos populares e sociais criando a denominação "vídeo popular" significará a incorporação do vídeo a processos de comunicação com caráter efetivamente democráticos. Ou seja, entende-se por comunicação democrática a participação de setores populares não apenas como fontes de informação mas no desempenho do papel de protagonistas da ação comunicacional<sup>1</sup>.

Sob esta ótica, a conceituação do vídeo popular acha-se, por um lado, vinculada a quem faz. Segundo Santoro, são produtores de vídeo popular, os grupos ou instituições diretamente vinculadas aos movimentos populares; grupos independentes que produzem a partir da ótica, dos interesses e das necessidades desses movimentos; grupos, ainda, que incorporam a participação direta de grupos populares em sua concepção, elaboração e distribuição, inclusive "aproximando-se dos equipamentos"<sup>2</sup>.

Santoro inclui, ainda, em sua conceituação, o processo de exibição de programas de interesse dos movimentos populares produzidos em vídeo, ou utilizando-o como suporte, a nível grupal, para informação, animação, conscientização e mobilização.

Com base nesta abrangência conceitual, Cirotti definirá o vídeo popular em função do "para que", "para quem" e "como" se produz e usa o vídeo,

---

<sup>1</sup> CIROTTI, Giuseppe, op. cit., p. 3.

<sup>2</sup> SANTORO, Luiz Fernando, op. cit., p. 02.

de acordo com a relação com os movimentos:

*"A relação que existe com o movimento popular determinará se o vídeo é feito com o movimento (produzido em um processo imerso na educação popular), pelo movimento (quando a participação popular é protagonicamente ativa) ou para o movimento (sendo utilizável para a educação popular mas não feito em um processo imerso na educação popular"<sup>3</sup>.*

Apesar do caráter abrangente da conceituação, a prática se mostrou bem mais limitada, ou mais definidora de limites. O fato do material ser registrado e elaborado dentro ou fora do movimento ou seja, a maior ou menor participação popular, na produção da mensagem será o fator principal que irá determinar a qualidade do retorno do material, na medida que este retorno se incorpora ao próprio processo em andamento, constituindo-se num instrumento dinâmico de reflexão.

Para esta nova formulação, a versatilidade do instrumento videográfico irá contribuir permitindo não só a realização de produtos acabados, onde a referência é dada pelo cinema e TV, mas também processos onde a capacidade de reelaborações constantes aponta para um caráter educativo que é inovador no veículo, na medida em que remete mais ao terreno do autoconhecimento do que à expressão<sup>4</sup>.

Com base nesta concepção processual, o caráter de endogenia do vídeo será destacado como um dos principais elementos viabilizadores dos processos educativos. Isso porque, segundo Cirotti, o vídeo "nasce de dentro,

---

<sup>3</sup> CIROTTI, Giuseppe, op. cit, p. 02.

<sup>4</sup> MEJÍA, Alberto. "Um novo conceito em comunicação: o destinatário é o sujeito". In *Proposta: experiências em educação popular*. Rio: Fase, nº 43, p. 60.

participa dos eventos e se refere a grupos relacionados que, muitas vezes são os mesmos atores"<sup>5</sup>.

#### . O vídeo como processo

A concepção processual com que os movimentos sociais e populares encararam o vídeo vem se inserir no interior de uma crise que, em meados dos anos 70, exigia a elaboração de um novo modo de pensar os processos de comunicação na América Latina, provocando deslocamentos teóricos que permitiram descobrir a comunicação popular. Neste contexto, surge a necessidade de repensar não só o uso dos meios, mas a estrutura mesma da comunicação. Negando a noção de neutralidade da tecnologia que considera o instrumento videográfico capaz de, por si só, determinar novas relações sociais e transformar as já existentes, a exploração das características do vídeo pelos grupos vinculados a movimentos populares e sociais será incorporada a projetos de comunicação, conforme coloca Cirotti:

*"O vídeo na educação popular é só um instrumento ou ferramenta entre diversas coisas complementares, e que deve tomar parte de uma estratégia comunicacional e educativa inscrita, por sua vez, num processo organizado para a transformação social"*<sup>6</sup>.

A "estratégia comunicacional" em questão, irá se pautar por uma filosofia que tem na participação e na conscientização dos atores sociais imersos no processo, sua sustentação. Assim, o vídeo popular será definido como instrumento da educação popular quando o espectador passa a ser também sujeito

---

<sup>5</sup> CIROTTI, Giuseppe, op. cit, p. 03.

<sup>6</sup> Op. cit, p. 02.

da ação, sendo função do vídeo se constituir instrumento para reflexão da própria ação e sua realização se constituindo, por si só, um processo educativo em si mesmo.

A importância da participação é resumida por Gómez:

*"A participação dos sujeitos protagonistas na elaboração de uma mensagem audiovisual é um aspecto muito importante, particularmente em processos de desenvolvimento, educação ou transformação em que se parte de uma realidade local e da valorização do saber, da visão de mundo e das soluções apropriadas para os problemas locais"*<sup>7</sup>.

A capacidade do vídeo se revelar como um processo em constante reelaboração, fazendo desvendar uma nova forma de fazer comunicação, irá promover a inversão dos papéis entre emissor e receptor:

*"Rejeitamos o modelo clássico do emissor-meio-receptor que, para nós, é o modelo do dominante ao dominado, do que possui ao despossuído, do que manda ao que obedece"*<sup>8</sup>.

Nessa perspectiva o "vídeo-processo" irá se notabilizar pela faculdade de realizar o registro dos agentes envolvidos no processo de educação popular, se tornando um instrumento de auto-avaliação permanente dos próprios movimentos.

Os resultados desse modelo teórico acabaram levando à

---

<sup>7</sup> GOMÉZ, Ricardo. "O vídeo como prática: para além do vídeo-processo e do vídeo-produto". In *Proposta*: n° 58, p. 27.

<sup>8</sup> CALVELO, Manuel. "Pensando a videosfera no 3° mundo". In *Proposta* n° 43, p. 49.

supervalorização da concepção processual, em oposição ao produto, como se fossem categorias excludentes entre si.

*"Postulamos o modelo interlocutor-meio-interlocutor e sustentamos que há comunicação se, e somente se, as mensagens intercambiadas entre os interlocutores são produtos de um trabalho comum"<sup>9</sup>.*

A concepção processual entre outras implicações, acabou por determinar uma dicotomia do vídeo com relação à TV, considerada o exemplo maior da relação tradicional entre emissor e receptor, com características tendendo à centralização e à unilateralidade. Com uma programação transmitida a partir de uma emissora para milhões de receptores individuais, a televisão será considerada o inimigo nº 1 da transformação social pretendida pelos adeptos da comunicação popular, criando as condições mais favoráveis à "homogeneização política" e à "pasteurização cultural", conforme coloca Arlindo Machado:

*"A estrutura da transmissão eletromagnética que parte de um pólo irradiador aos milhões de receptores individuais - cria as condições mais favoráveis para a homogeneização política e a pasteurização cultural. Dezenas de milhões de aparelhos receptores distribuídos por toda uma nação, recebem diariamente a mesma informação ou quando muito, um leque de opções limitadas, autorizadas, todavia, pela mesma instituição governamental monolítica"<sup>10</sup>.*

---

<sup>9</sup> CALVELO, Manuel. Op. cit., p. 49.

<sup>10</sup> MACHADO, Arlindo, *A arte do vídeo*, p. 17.

2 pessoas, parte para participar de um curso de capacitação em Teixeira de Freitas, na Bahia, o que iria representar um marco significativo para a atuação futura da entidade. Em quinze dias, junto a grupos e instituições similares de todo o Brasil, os participantes discutiram questões de técnica e de política, preocupados com a utilização alternativa dos meios de comunicação no bojo de um movimento de transformação social, além de participarem de oficinas específicas sobre rádio, teatro, publicações diversas, slides e, naturalmente vídeo. A este se seguiriam, ainda, os Encontros Nacionais promovidos pela ABVP, e algumas outras experiências em capacitação técnica como as oficinas básicas de vídeo, em 1987 e 1988. Apesar do início de uma sistematização na formação, porém, neste período não havia um trabalho especializado: todos faziam de tudo: dos preparativos da pré-produção à gravação e edição; a produção geral, enfim.

### **. O vídeo como registro da violência cotidiana**

A necessidade de registrar a memória em um momento onde a violação dos direitos humanos era vivenciada quase que cotidianamente pelo Centro de Documentação, levou a TV Memória a gravar, ainda em 1987, o depoimento de duas vítimas de tortura praticada por policiais. Nas fitas conservadas em material bruto<sup>7</sup>, os depoentes descrevem o episódio e mostram os sinais da violência que sofreram.

Conforme documento de síntese da atuação elaborado em 1992, pelo Centro de Direitos Humanos e Memória Popular<sup>8</sup>, a partir de 1988 casos de violação dos direitos humanos tornavam-se mais constantes e escabrosos. Os atos de violência cometidos indicavam a polícia como o agente causador mais

---

<sup>7</sup> Apesar da intenção em destacar apenas os vídeos editados, a exceção à regra deve-se à importância destes materiais, face à propriedade da iniciativa rara do registro factual. Além do mais, o formato com pouca duração e o dinamismo do depoimento possibilitaria a utilização dos dois programas como qualquer produto acabado.

<sup>8</sup> Denominação que passou a receber o antigo Centro de Documentação e Memória Popular, após reformulação do Estatuto em 1992.

frequente dessas agressões, onde as prisões ilegais, sessões de tortura e invasões domiciliares eram os casos de abuso de autoridade mais frequentes.

A gravidade da violência praticada pela omissão ou ação do Estado, levou a entidade de direitos humanos a ocupar um lugar dentro da sociedade civil. A necessidade de respostas urgentes, eficazes e de impacto levou à consolidação de uma linha de trabalho onde, ao lado do vídeo e do rádio no trabalho inicial com educação popular, somava-se a assessoria jurídica para defesa dos direitos violados do cidadão.

*"... passamos a denunciar tais agressões e a acompanhar os casos mais exemplares, ou seja, aqueles que causassem mais impacto nos meios de comunicação social, como também na opinião pública, ou ainda, trouxessem uma dimensão coletiva"<sup>9</sup>.*

A nível da produção realizada em 1988, os vídeos seguiriam a mesma linha do ano anterior, direcionada basicamente ao registro de eventos e manifestações políticas<sup>10</sup> além de um total de 6 programas que compuseram as chamadas Brigadas de Vídeo, sistema de exibição montado em função de campanhas eleitorais<sup>11</sup>.

### **. Vídeo e denúncia jurídica**

Da produção do ano de 1988, o vídeo "**Despedida Nativa**" deve ser destacado pela forma com que realiza a denúncia, em 30 minutos de material editado, da tentativa de coação de uma funcionária por parte da empresa para a

<sup>9</sup> Projeto de trabalho do CDHMP: mimeo. s/d.

<sup>10</sup> 1. "Encontro Regional Nordeste de Direitos Humanos", 2. "A luta continua", 3. "Dia Internacional da Mulher", 4. "II Concut", 5. "Como derrubar um pelego", 6. "Oposição Têxtil" e 7. "Emaús debate".

<sup>11</sup> Conforme serão detalhadas mais adiante, neste capítulo.

qual trabalhava. Num verdadeiro esquema de flagrante, articulado a partir do sindicato têxtil, o grupo de vídeo realiza o registro da "visita" feita à operária Nativa, uma semana após o nascimento de seu filho, por representantes de seus empregadores, que tentam constrangê-la a assinar um documento de demissão em que abria mão de todos os direitos.

O simples registro do fato irá servir, posteriormente, a numerosos debates que proliferaram a partir da solicitação de diversas entidades que se dispunham a discutir a questão em seus mais variados ângulos: sindicatos diversos, encontro de mulheres, entre outros. Para além de um produto a ser visto, porém, a experiência sintetiza por si só o papel do vídeo como instrumento de defesa na luta pelos direitos do cidadão. Neste caso, o registro extrapolou os limites da denúncia e da formação política a nível interno dos movimentos, sendo arrolado e aceito como prova na ação movida contra a empresa, no processo jurídico que deu ganho de causa à funcionária. Conforme consta nos autos do processo:

*"A 'visita' da suplicante foi violenta e desumana, ilegal e moralmente condenável; seus métodos coativos e sua intenção capciosa, existindo flagrante fotográfico e em vídeo, já amplamente exibido em portas de fábricas, a cargo do Centro de Documentação e Memória Popular da Arquidiocese de Natal"<sup>12</sup>.*

### **. Vídeo-panfleto e a utilização sistemática pelos partidos políticos: a aglutinação em torno das Brigadas de Vídeo**

Colocando-se ao lado da classe dominada, a linha política do trabalho desenvolvido pela TV Memória coaduna-se com a dos chamados

---

<sup>12</sup> Autos da ação de consignação em pagamento nº E - 22/88, p.02. V. anexo.

partidos de esquerda. Assim, na campanha eleitoral local de 1988, o vídeo foi eleito veículo da mensagem desses partidos integrantes da Frente Popular de Natal, para levar sua mensagem aos bairros periféricos, em virtude do pouco tempo disponível na TV. A proposta objetivava ampliar e "massificar" as produções da TV Memória de uma maneira orgânica, ou seja, utilizando grupos de debate para a reflexão sobre cada tema apresentado. Ao projeto se deu o nome de "*Brigadas de Vídeo*".

O trabalho das Brigadas consistia na exibição de filmes e vídeos, em geral, no meio da rua, com as propostas dos candidatos a vereador e da chapa majoritária. Aproveitava-se a ocasião para a criação de um espaço cultural, fazendo-se uma abertura com filmes de Mazaropi e Charles Chaplin. Era o momento da aglutinação.

#### **. O vídeo como instrumento de debate e documento**

O bloco da apresentação das Brigadas de Vídeo é composto, basicamente, por uma abertura de 26 minutos, com a apresentação da proposta da Frente Popular, localizando o papel das oligarquias no contexto político estadual. Em seguida, cada programa destaca um candidato, que será o "ator principal", o apresentador que conduzirá a abordagem, seja de forma direta, sobre sua proposta política e do partido, ou indiretamente, quando a abordagem é sobre algum problema específico a uma comunidade.

O vídeo "**Fazendo o Amanhã**", realiza a apresentação do candidato a vereador Fernando Mineiro, através de depoimentos que visam explicitar a justificativa da escolha sugerida ao eleitor. Em meio às pessoas representativas dos movimentos populares em Natal, encontra-se o ator Antonio Fagundes, através de montagem com base em registro para a campanha a nível nacional. Outros elementos como música e poemas são também editados a partir da gravação do programa nacional.

Na avaliação do papel do vídeo neste momento, é o próprio Mineiro quem afirma:

*"O vídeo foi escolhido para divulgar as propostas da Frente porque é uma forma produtiva de veicular propostas, idéias; é um instrumento que sugere forte atrativo e grande intimidade, facilitando a comunicação com a população e rompendo o cerco e isolamento da imprensa"<sup>13</sup>.*

Quando um bairro é escolhido para a apresentação dos vídeos, a TV Memória faz um documentário sobre os problemas vivenciados pela comunidade local. É o lugar da discussão específica através do qual os candidatos da Frente, discutem com os eleitores as questões sintetizadas pelo programa, apresentando suas propostas de solução.

Nessa linha de abordagem, o vídeo **"E se de repente um pedaço de Natal voasse pelos ares... ?"** aborda a problemática de um bairro fundado sobre canalizações de gás que, em estado precário, colocam em risco a vida não só da população local como parte considerável da cidade. No caso, segundo coloca Darci Girassol, moradora e militante ecológica participante do movimento, o vídeo vem contemplar um movimento já existente, se inserindo mais como um instrumento de interlocução e memória, uma espécie de dossiê com perspectiva de consulta futura, no enriquecimento da luta, do que exatamente um instrumento de conscientização.

---

<sup>13</sup> Fernando Mineiro, candidato a vereador pela Frente Popular de Natal, em entrevista concedida em julho de 1993.

*"quando o vídeo surgiu, sua função foi mais de registro e memória, considerando que ele nasceu de um movimento em ação onde, de um modo geral, já havia um processo de conscientização por parte dos moradores de Santos Reis sobre o problema... A população estava alerta e preocupada desde o acidente ocorrido na Vila Socó..."<sup>14</sup>.*

Como uma coisa não necessariamente impossibilita a outra, porém, *o vídeo iria também se prestar à conscientização, ao denunciar falhas no sistema de segurança e o perigo face ao estado de precariedade de algumas instalações, o que resultou em algumas atitudes concretas, ainda que paliativas, a partir da mobilização da população. O que se conseguiu foi a promessa de adoção de algumas medidas mínimas de segurança: um tráfego mais racional dos caminhões de gás foi viabilizado, impedindo sua circulação pelo interior do bairro, uma maior segurança no sistema de estoque foi implementada, bem como a transferência negociada dos moradores do Maruim, uma das favelas instaladas no local, de forma que não fossem prejudicados. Considerando que se reivindicava a relocação dos tanques e, apesar de, por lei, ter havido ganho de causa para o movimento, o caso foi momentaneamente encerrado, na prática, com a permanência da Petrobrás, que publica nota nos jornais argumentando sobre os direitos de primeiros ocupantes da área.*

Para além das conquistas (limitadas), um ganho bastante significativo, para o movimento, foi ter possibilitado uma ampla discussão em torno do problema, envolvendo os bairros vizinhos das Rocas, Maruim e Brasília Teimosa, além de mais ou menos 50 entidades entre as quais, além do Centro de Documentação, se faziam presentes a OAB e a Igreja.

Enquanto as ações se estabeleciam, no momento posterior à eleição

---

<sup>14</sup> Darci se refere à explosão que ocorreu no interior de São Paulo em 1984. Entrevista concedida em junho de 1993.

de 88, no âmbito dos trâmites legais na justiça, o vídeo vai sendo exibido com certa sistemática, seja nas reuniões convocadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para investigação da questão, seja nas escolas e junto aos grupos que, a partir da mobilização, passaram a se dar conta do problema.

Além do momento da discussão específica, os vídeos realizados para as comunidades representam o momento do compromisso assumido pelo candidato e pelos partidos envolvidos no movimento, através do documento gravado. No vídeo "**E se de repente...**", o candidato da chapa majoritária pela Frente explicita o que considera ser o papel da prefeitura na retirada dos tanques de gás, assumindo uma postura neste sentido, perante a população, postura que não virá a ser cobrada já que a Frente não chegou a ganhar a eleição.

Outro vídeo desenvolvido segundo a linha de promover a discussão e participação nas comunidades de bairros, o programa "**SOS Zona Norte**" faz o diagnóstico dos problemas de infra-estrutura desta parte da cidade, zona precária em termos de oferta de equipamentos e serviços, destacando os problemas de transporte, água, habitação e violência. Igualmente à produção do vídeo "**E se de repente...**", "**SOS...**", surgiu e se desenvolveu a partir de um grupo de pessoas que já trabalhava com a exibição sistemática de vídeos, utilizando o acervo da TV Memória<sup>15</sup>. Da mesma forma, também, ao final de cada tema abordado, os candidatos se comprometem, diante das câmeras, com o encaminhamento das soluções necessárias.

As Brigadas de Vídeo continuaram existindo por ocasião de outras campanhas eleitorais, ainda que em ritmo mais lento. O eixo central da idéia permanecia: no início, o vídeo cumpria a função de elemento aglutinador, servindo de suporte à exibição de programas mais leves, ou na linha do humor, onde o material da TV Viva - grupo de vídeo de Olinda/PE, era bastante utilizado. Formada a aglomeração, seguia-se com o programa principal com a

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Aldemir Lemos, em 28 de julho de 1993.

proposta da chapa e dos candidatos.

Nas eleições presidenciais de 1989 dois programas foram produzidos. Em "**O nome é Lula**", realizado para a Frente Brasil Popular, foi feito uma colagem utilizando trechos do programa nacional exibido no horário gratuito de TV e trechos gravados em Natal. O produto final tem cinco partes bem definidas: na primeira, a Igreja faz a defesa de Lula contra a "acusação" do comunismo; em segundo, populares natalenses declaram seus votos (quase todos "Lula lá"); logo após, Lula fala da "guerra ideológica" contra o PT, enquanto a quarta parte documenta a prática de obtenção de voto em troca de favor. Finalmente, o programa é encerrado com a explicação do sistema de arrecadação de fundos para a campanha, a nível local. "**Lula em Natal**" realiza o registro da chegada do candidato da Frente Brasil Popular na cidade, acompanhando o trajeto do aeroporto até o local do comício onde falarão as principais lideranças locais, e o convidado ilustre.

A partir de 1989 começa a haver uma mudança no relacionamento do Centro de Documentação e, conseqüentemente, da TV Memória com a Igreja. Para o sociólogo Mário Dantas<sup>16</sup>, a igreja tende a um certo abandono da prática de conscientização das bases. A falta de autonomia leva à uma nova redefinição e à procura de novos espaços para atuação.

Assim, o Centro de Documentação se alia, junto a outras entidades, ao Comitê em Defesa da Vida, e passa a integrar, de forma permanente, um fórum de debates e de articulação para mobilizar os diversos segmentos da sociedade civil organizada, em torno da questão da violência e da injustiça social.

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 16/07/93.

### **. Vídeo-autoscopia**

Em 1990, nova campanha política, desta vez para governo do Estado. A TV Memória, com assessoria da TV dos Bancários (grupo de vídeo vinculado ao sindicato dos bancários de São Paulo) e de uma produtora do Rio Grande do Sul, oferece um curso de expressão oral em vídeo, visando a capacitação de lideranças e candidatos da Frente Popular de Natal para uma melhor utilização do horário eleitoral gratuito, na televisão. O curso foi apoiado, metodologicamente, no processo de autoscopia, consistindo na gravação de atuações individuais para auto-avaliação e pelo grupo, com relação a elementos de postura, comportamento e ação, e na realização de exercícios de desenvoltura dos participantes frente as câmaras, ou à situações de exposição pública.

### **. Vídeo de massa**

Ainda com relação à campanha de 1990, a TV Memória contribuiu com a confecção de 52 programas de 6 minutos, cada, que foram ao ar diariamente no horário eleitoral gratuito. É por ocasião deste trabalho para a "Frente" constituída por vários partidos, que a TV Memória incorporará aos seus recursos, a ilha de edição Super-VHS, melhorando as condições de pós-produção.

Quase completamente a produção tradicional dos programas anteriores, uma pequena modificação se fará presente na participação dos representantes dos partidos políticos, que são quem fornece as resoluções com relação às pessoas indicadas para falar e ao tempo da fala.

De modo geral os programas se pautam pela crítica ao adversário e pela apresentação das propostas da Frente e dos seus candidatos, tendo por base depoimentos e flashes de comícios e debates. A partir do programa nº 15, cada item do programa de governo vai sendo melhor detalhado. Como nas Brigadas de 1988, na campanha para prefeito, o candidato faz as vezes do narrador, apresentando suas propostas para os problemas apontados.

### 2.1.2 - Redefinindo novas formas de atuação

A procura incessante por novas formas de pensar a atuação na área de direitos humanos vai ser acompanhada, gradativamente, pela adoção de novas estratégias de comunicação que viabilizem ou contribuam para o alcance das metas traçadas na defesa da cidadania. Enquanto a defesa dos direitos humanos se dava no "pronto socorro" às vítimas da opressão, discriminação e injustiça social, começava a haver uma maior conscientização da necessidade de uma melhor articulação com os meios de comunicação, conforme assegura Monte:

*"a gente sentiu que não é só trabalhar com a questão dos direitos humanos, tem que trabalhar com a ressonância daquilo que você faz. Aí é que entra o lance do GT Comunicação, e do vídeo..."<sup>17</sup>.*

Em 1990, o Centro convida o GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares) de Olinda-PE, para realizar um trabalho de avaliação da entidade. Resultado das reuniões: a constatação do isolamento na articulação política direitos humanos versus comunicação, no que seriam seus três pólos de atuação principal: o núcleo jurídico, o rádio e a educação popular, esta última também incorporando o núcleo de vídeo, com a TV Memória. O GAJOP concluiu ainda pela existência de um superativismo pontual que, de certa forma, despotencializava as forças, dificultando uma atuação mais objetiva.

Como primeira providência, o Centro de Documentação passa a adotar o eixo de atuação sugerido pela entidade pernambucana, em torno da

---

<sup>17</sup> Entrevista de Roberto Monte, ao Jornal de Natal de 07/06/93.

temática da violência, cuja discussão seria canalizada, por sua vez, em função das questões de "cidadania, justiça e segurança pública". A estratégia básica, consistia em

*"extrapolar a denúncia, extraindo do fato a dimensão política necessária para motivar discussões acerca de uma política de segurança mais eficaz e democrática, capaz de respeitar a pessoa em sua integridade física, e ainda garantir o exercício de sua cidadania"<sup>18</sup>.*

Na construção da nova fase, o Centro passa por uma reestruturação interna adotando uma linha de atuação na forma de dois grupos de trabalho que irão atuar de forma interativa<sup>19</sup>.

O GT-1, "Violência e Cidadania", tem como atribuições, o desenvolvimento de atividades de educação, assessoria jurídica e política voltadas para a promoção, defesa e difusão dos direitos humanos junto a outras entidades da sociedade, e propõe-se a lutar pela implantação de uma política de segurança que respeite o direito à vida e o interesse de toda a sociedade. O GT-1 propõe-se ainda a atuar conjuntamente à classe trabalhadora visando sua organização e mobilização frente às violações dos direitos humanos.

O GT-2 "Comunicação", tem como finalidade a documentação, através da produção e publicação de catálogos, livros, cartilhas, folhetos, revistas, periódicos, audiovisuais e gravações em vídeo, sobre temas relacionados com os objetivos do Centro de Documentação, mantendo arquivos desses registros que constituem a memória popular. Consequência do que seus integrantes denominam

---

<sup>18</sup> Projeto de trabalho do Centro de Documentação. s/d, Mimeo.

<sup>19</sup> A proposta de reformulação da entidade está contida no projeto de trabalho do Centro de Documentação, s/d, Mimeo.

a um tempo, comunicação alternativa e popular, o GT-2 deve, ainda, articular e aglutinar atividades de produção, realização, exibição e distribuição de programas de vídeo com outros grupos e entidades ligadas ao movimento popular e sindical, no Estado do Rio Grande do Norte e no Brasil.

Assim, tendo evoluído de um estágio inicial onde a assessoria jurídica constituía a mola maior de atração, resolvendo os casos de violação dos direitos humanos, para a preocupação atual com o caráter educativo e preventivo quanto aos direitos à cidadania, o Centro de Documentação, que a partir de 92 será denominado Centro de Direitos Humanos e Memória Popular<sup>20</sup>, procura sair do limite das denúncias para o da formação, tendo no vídeo um forte instrumento de apoio, num projeto de comunicação que é garantido pela maior interrelação com o GT-1. Conforme destaca Mário:

*"troca-se o superativismo pelo ativismo planejado: se antes a demanda direcionava, hoje o planejamento aponta a direção"<sup>21</sup>.*

Fruto deste momento de ebulição e avaliação, a produção, que em 1990 havia sido canalizada de maneira atípica, em função da programação para o horário eleitoral na TV, se apresenta bem mais reduzida e inserida no contexto de uma nova filosofia de trabalho.

O vídeo sobre o grupo de teatro de rua de Natal, realizado em 1991 sob o título "**Vamos Fazer Teatro de Rua?**" marca esta nova fase de redimensionamento da TV Memória, com o retorno à relação direta com o movimento popular. Segundo Roberto Monte<sup>22</sup>, para a TV Memória, o projeto de documentação do teatro de rua teve um caráter de aproximação política com as

---

<sup>20</sup> Conforme publicado em Diário Oficial de 20/06/92. V. anexo.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Mário Dantas, em 16 de julho de 1993.

<sup>22</sup> Entrevista concedida em julho de 1993.

bases de um movimento cultural completamente engajado no meio artístico de Natal, garantindo uma maior penetração nesse meio e beneficiando, desta forma, a relação orgânica pretendida com os movimentos populares, pela entidade.

A afirmação é confirmada por Junio Santo, ator e presidente da Companhia Teatral Alegria Alegria:

*"A iniciativa da TV Memória é importante porque possibilita o documento da história e a transferência do saber da prática do teatro de rua"<sup>23</sup>.*

Com o objetivo de divulgar e incentivar a prática do teatro de rua em Natal, o vídeo foi exibido em numerosos encontros e reuniões, e para grupos de teatro interessados, no apoio à realização de oficinas de dramaturgia no interior do Rio Grande do Norte e, inclusive, fora do Estado<sup>24</sup>. Com uma metodologia de exibição seguida por debates sobre a prática de teatro, a Companhia Teatral Alegria, Alegria, com o auxílio do vídeo, já contribuiu para a criação de cerca de 25 grupos de teatro no interior do Estado, que surgiram depois de sua experiência e a partir das exibições sistematizadas.

A idéia inicial previa a realização de uma série de vídeos, documentando a prática de grupos de teatro de rua de Natal. Em "**Vamos Fazer Teatro de Rua?**", primeiro vídeo a ser realizado, o programa contempla aspectos de dramaturgia, encenação, interpretação e instrumentalização de figurinos e adereços, roteiro que deverá orientar as produções que se seguirem.

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Junio Santo em 29 de julho de 1993.

<sup>24</sup> Na falta de um controle que permita uma aproximação mais exata, tanto a TV Memória como os integrantes da Companhia Teatral Alegria Alegria, relembram alguns eventos em que o vídeo "**Vamos Fazer Teatro de Rua?**" foi exibido: Interior do Ceará - Encontro de Teatro de Icapuí, Natal e interior do RN (Currais Novos, Carnaúba, Janduí, Santa Cruz, Jaçanã, São Paulo do Potengi, entre outros), em Cuba, por ocasião do Festival de Cinema, Festival de Santo André (SP), São Luís (MA), Encontro de Teatro de Tocantins...

Desenvolvido pela TV Memória em parceria com o grupo de teatro, o argumento possibilitou destacar o aspecto da "técnica de camelô" considerada valiosa no contexto do teatro de rua, onde o embate pelos que trabalham esta forma de manifestação artística se dá no sentido de atrair a atenção do transeunte, competindo com adversidades de toda sorte que se apresentam no cenário e nas condições de desenvolvimento do teatro também chamado "livre".

Além do registro da memória e da transferência de conhecimento, Santo destaca ainda a importância do instrumento videográfico para o ator de teatro através do exercício de interpretação possibilitado - e limitado - pela câmara, e pelos elementos da produção videográfica, como o uso do microfone.

*"todas essas novas possibilidades, bem como a delimitação do espaço cenográfico pela câmara, permitem um nível de comparação do instrumento para com o teatro livre"<sup>25</sup>.*

Sendo parte do programa de auto-sustentação da TV Memória, o vídeo foi concebido para ser distribuído em todo o país, no que conta com o apoio da ABVP. Do montante arrecadado com a venda das cópias, 50% cabe à entidade de Direitos Humanos, enquanto 40% fica com a Companhia Teatral que não teve nenhuma despesa com a produção, nem mesmo a nível de material de consumo. Os 10% restantes foram destinados a pagamentos de terceiros.

Na construção da nova etapa, ainda em 1991, o Centro de Documentação parte para ampliar seus conhecimentos sobre a violência, através da temática sobre a questão da segurança pública, que desde 1989 vinha sendo objeto de estudo priorizado pelo movimento de direitos humanos de todo o país. Na ocasião, o relato da comissão contra a violência, elaborado pelo Movimento

---

<sup>25</sup> Junio Santo. Entrevista concedida em 29 de julho de 1993.

Regional de Direitos Humanos, reunido em Natal, declarava:

*"o quadro da violência no Nordeste é dramático, quer no campo, quer na cidade e é, certamente, um desafio para o movimento enfrentá-lo enquanto obstáculo à consolidação da cidadania nesta região historicamente desprezada pelo poder público. Os índices sociais nordestinos são gritantemente negativos, repercutindo intensamente no agravamento da violência institucionalizada contra os segmentos marginalizados da população"*<sup>26</sup>.

#### **. Pesquisando a comunidade**

Em 1992 o GT-1, "Violência e Cidadania", inicia uma pesquisa no bairro periférico de Cidade da Esperança, considerado de alta periculosidade pelos meios de comunicação locais. Ao longo de um ano, o grupo construiu um diagnóstico sobre a realidade sócio-político-econômica do bairro, destacando a questão da percepção da violência e criminalidade pelos seus moradores. O bairro, criado segundo plano de habitação popular, na década de 60, situa-se numa área periférica da cidade de Natal, tendo em seus limites verdadeiras favelas, entre as quais uma que se instalou em torno do depósito de lixo municipal<sup>27</sup>.

No trabalho, o GT-1 incorporou dois grupos atuantes na comunidade: o MOLEC - Movimento de Lazer, Esporte e Cultura, formado por militantes do movimento popular, artístico, desportivo e cultural; e o grupo de jovens local, "Força e Participação". A idéia da pesquisa é de ter critérios

---

<sup>26</sup> MRDH: 1992, p. 14.

<sup>27</sup> Os dados sobre a pesquisa foram levantados junto a Gonzaga Dantas e Mário Lima, em 16 de julho de 1993.

científicos para a compreensão do comportamento da opinião pública, face a omissão e/ou ação do Estado, visando uma intervenção futura no processo de planejamento e no controle democrático do sistema de justiça e segurança pública<sup>28</sup>.

Ao GT-2 coube a responsabilidade da devolução da pesquisa à comunidade. Após o levantamento do diagnóstico pelo GT-1, que apontou para a necessidade de desenvolvimento de um projeto de formação e de construção da cidadania, privilegiando a questão da segurança pública, o passo seguinte iria apontar para intervenções em acordo com as reivindicações do devido cumprimento do papel do Estado. A primeira dessas intervenções viria na forma da criação de uma "TV Comunitária".

No íterim da elaboração de TV Comunitária, a equipe de vídeo parte para registrar o Seminário Nacional de Direitos Humanos acontecido em Brasília, em 1992. O vídeo "**Década de Lutas**", através de uma síntese histórica realizada a partir de diversos depoimentos, documenta a avaliação feita pelo movimento de direitos humanos, a nível nacional, na comemoração de 10 anos de existência.

No novo contexto que vai se delineando, a comunicação vai sendo compreendida como um processo estratégico cada vez mais fundamental na sociedade, se colocando como um desafio para o movimento de Direitos Humanos que se reúne em Natal, com representantes de todo o País, para a discussão de uma política comunicacional aplicada à conquista de seus interesses. O seminário "Política de Comunicação e Direitos Humanos", realizado em novembro de 1992, representa o auge do momento de maturidade atingida pela TV Memória, onde as resoluções do Encontro, reunidas em relatório, vão passar a direcionar as atividades futuras da entidade, a partir do documento que ficou

---

<sup>28</sup> Além das entrevistas, as informações foram colhidas do relatório de pesquisa sobre a percepção dos comunitários da Cidade da Esperança, sobre a violência e criminalidade. Natal: CDHMP, 1992, p. 04.

conhecido como "Documento de Natal".

A evolução é compreendida e analisada no processo de autocrítica, conforme constata o Documento:

*"Até então todas as experiências têm sido em torno do trabalho com instrumentos de comunicação, e nunca com base numa visão política mais ampla, isto é, pensando numa política de comunicação; isto significa ainda a superação de uma resistência contra a discussão deste tema, dentro do próprio regional"<sup>29</sup>.*

Assim, no Seminário, o Movimento Nacional de Direitos Humanos diagnosticava as falhas da concepção comunicacional sentidas na prática. A nível filosófico, ou das linhas mais gerais que regem os princípios de atuação da entidade, verificou-se a existência de uma "concepção instrumentalista da informação e da comunicação", o que é marcado por um tecnologismo que enfatiza os meios da comunicação em si, "e não o processo". Seguindo nessa linha imediatista e pontualista, a concepção "limitada" de cultura popular é "confundida com folclore", reforçando uma outra limitação de carácter conceitual, qual seja, o entendimento de "político como fato" e não como processo<sup>30</sup>.

A nível da concepção comunicacional, o Documento de Natal destaca a vigência do modelo tradicional emissor/receptor, considerado "prática verticalista e autoritária" em detrimento de uma "relação entre sujeitos". A informação, neste contexto, é tratada "como mercadoria"; e a luta pelos direitos humanos, por outro lado, é considerada mercadoria "mal vendida", quando é confundida com a defesa de bandidos. Os participantes do Seminário destacaram,

---

<sup>29</sup> Documento de Natal. Natal: CDHMP, 1992, p. 8.

<sup>30</sup> Documento de Natal. Natal: MNDH, 1992, p. 4.

ainda, a reprodução, na linguagem, da idolatria do fato, sem consideração às causas e ao contexto em que se deu, ou a falta de uma relação entre teoria, análise, e fato.

Finalmente, a nível mais operacional, o Documento de Natal apontou o caráter imediatista da concepção comunicacional praticada pelo movimento de Direitos Humanos, na falta de um planejamento que organize a atuação, bem como na falta dessa atuação considerando o acúmulo das lutas e sua memória.

Com base no diagnóstico levantado, os participantes do Seminário sobre Política Comunicacional para a atuação em direitos humanos, adotaram algumas resoluções que vão passar a orientar as atividades nas duas áreas.

A nível conceitual, o Documento de Natal prevê o entendimento da comunicação como ato político, para além do seu aspecto instrumental, o que define, por sua vez, algumas diretrizes a nível mais operacional.

Entre outros:

- a nível da produção, criar alternativas participativas e democráticas à crescente monopolização e oligopolização dos meios de comunicação de massa;
- a nível da democratização desses meios, fortalecer o Fórum pela Democratização da Informação, bem como conquistar e ampliar espaços na mídia;
- Fortalecer as relações com diversas entidades e órgãos que trabalham com a questão de direitos humanos;
- apoiar o trabalho de agências nacionais e internacionais de notícias alternativas.

Começando a colocar em prática as diretrizes do Documento de Natal a TV Memória, ainda durante o Seminário, planeja a produção de um vídeo

em parceria com o Serviço Comunitário de Justiça e Paz, de Recife(PE). O vídeo irá ser realizado no final de 1993, naquela capital quando, à produção da TV Memória, soma-se a articulação da entidade de Recife, contatando e mobilizando familiares de vítimas da repressão, que serão os atores principais do programa.

A maturidade do novo momento pode ser evidenciada para além dos aspectos da produção, na própria estrutura narrativa onde, a pretexto do registro da inauguração do monumento aos presos, desaparecidos e mortos políticos, roteiro, realização e edição do vídeo "**Tortura nunca mais: o monumento**", tudo concorre para o repúdio ao assassino político: dos trechos de ficção, às tomadas reincidentes enfatizando a morte na figura do torturado, no pau-de-arara, na reincidência dos comentários de familiares e das autoridades presentes. Para além dos limites do movimento de direitos humanos, com o registro da luta dos familiares de presos torturados, exilados e mortos políticos, o vídeo proporciona o resgate da história política de um Brasil mais ou menos recente.

#### **. A experiência comunitária da "TV" de Rua**

Fruto dessa nova concepção, a TV Comunitária da Cidade da Esperança surgiu, em 1993, na perspectiva de ser uma alternativa aos meios de comunicação de massa, onde o vídeo será o instrumento básico dessa tentativa de desenvolver, junto às comunidades de bairro, atividades de formação visando a conscientização com relação à cidadania. Através de um processo dinâmico e participativo, pretende-se capacitar os moradores para uma melhor compreensão do fenômeno da violência, a fim de que possam melhor intervir nas relações de tratamento da questão, junto aos agentes do Estado<sup>31</sup>.

O projeto da TV Comunitária da Cidade da Esperança - que

---

<sup>31</sup> Projeto TV Comunitária. Natal: CDHMP, 1993, Mimeo.

pretende ser ampliado futuramente para outros bairros - tem sua programação definida em três blocos: cultural, memória e violência, este último contendo as informações sobre a pesquisa. Em fase de produção do segundo programa, tendo estreado com o primeiro, em agosto próximo passado, a meta da TV Memória é chegar à produção sistemática de um programa mensal, que será utilizado para gerar debates visando o equacionamento e soluções de problemas de violência no bairro.

Enquanto o CDHMP fica encarregado da produção técnica, sendo responsável pelo processo de concepção, gravação e edição do material produzido, à comunidade da Cidade da Esperança cabe a responsabilidade da exibição, com uma equipe do bairro sendo capacitada pelo Centro, no sentido da adoção de uma metodologia de uso cuja concepção extrapole a dimensão de utilização meramente tecnológica do equipamento.

De início programadas para acontecerem em locais públicos como a feira, a praça da igreja ou em estabelecimentos comerciais, as exibições dos programas, seguidas de debates, foram ampliadas, a partir do interesse da comunidade, para recintos fechados onde, segundo Penha, morador do bairro e apresentador de algumas reportagens, as condições são mais favoráveis ao debate. O retorno do "efeito-espelho", com a exibição simultânea à gravação do depoimento pela platéia presente à exibição, foi importante por possibilitar sentir a repercussão da proposta, não se consolidando, no entanto, como recurso adequado ao debate e à reflexão.

*"A praça da Igreja Católica não dá prá discussão..."<sup>32</sup>.*

---

<sup>32</sup> Wallace Penha, em entrevista concedida em 20 de setembro de 1993.

Ainda segundo Wallace Penha, houve, de início, o receio de que a comunidade não se interessasse pelo projeto, o que foi logo descartado por ocasião das primeiras exibições onde o apresentador da TV Alerta declara sentir não só a aceitação, como uma suposta mudança nas pessoas que se encontram, segundo ele, "mais conscientizadas":

*"Isto pode ser visto nos convites que temos recebido de diretores de escolas e do clube de mães, para discutir a questão da violência do bairro, a partir do vídeo, que estimula a discussão"...<sup>33</sup>.*

Os debates serão motivados por agentes da exibição que, segundo Gonzaga, não terão a função de proferir palestras, painéis ou qualquer atividade similar, mas de levantar questões acerca do diagnóstico da situação da violência no bairro e sobre as possíveis soluções para a problemática da criminalidade e falta de segurança pública.

*"Serão facilitadores do processo de discussão cujo referencial norteador será, mais uma vez, a pesquisa"<sup>34</sup>.*

Vencido o primeiro momento o que fica, segundo Wallace, é a certeza do êxito não só na aceitação, como no encampamento da proposta pelo bairro, que se mobiliza para a concretização de novas etapas. Para a fase de exibição em recinto fechado, com debate, a comunidade da Cidade da Esperança realizou um "bingo" onde arrecadou fundos para a compra do primeiro vídeo cassete, já que o sistema de empréstimo a particulares se mostrou limitador.

---

<sup>33</sup> Wallace Penha, em 20 de setembro de 1993.

<sup>34</sup> Entrevista com Gonzaga em 16 de julho de 1993.

### **. O banco de dados**

Partindo para a informatização da entidade, o GT-2 concilia com a pesquisa a tarefa de formação de um Banco de dados que tem por objetivo diagnosticar, a partir do levantamento da imprensa escrita, o perfil da violência institucional no Nordeste, seja no campo ou na cidade. Estruturada para acompanhar diariamente os dois jornais locais de maior circulação (Diário de Natal e Tribuna do Norte) que são, a uma vez, fonte de análise e objeto de estudo, a base coletora de dados, sediada em Natal, conecta-se via modem (linha telefônica) com o Regional Nordeste de Direitos Humanos, formando uma rede onde todos os dados são dirigidos para uma central, que recebe e processa as informações. Como o trabalho de contra informação em relação à versão oficial dos acontecimentos realizado pelo vídeo, o BD pretende ser um referencial confiável ao nível da informação sobre o tema da violência institucionalizada já que *"não existe, no Brasil, um sistema idôneo de estudos criminais, localizado no aparelho estatal, onde prevalece o improvisado e o caos"*<sup>35</sup>. Na sua tarefa de documentação diária o BD se constitui, ainda, em objeto de estudo para avaliação dos próprios meios de comunicação impressos, registrando a ação e omissão desses, no tratamento das questões concernentes aos direitos humanos.

### **. A transferência de conhecimento através da capacitação**

Um outro aspecto desse "novo momento" assumido pela TV Memória a partir da instituição dos dois grupos de trabalho, diz respeito à capacitação, onde a formação de novos grupos multiplicadores da utilização sistemática do vídeo junto aos movimentos populares e sociais é considerada elemento fundamental no seu projeto político. O alvo são as pessoas ativas nos movimentos populares. Neste caso, incluem-se a TV Gari, vinculada ao Sindicato de Empregados em Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana, e a TV

---

<sup>35</sup> Mário Dantas, em 16 de julho de 1993.

Garrancho, que atua numa linha mais independente<sup>36</sup>. Além da parceria em produções conjuntas, a TV Memória organizou, junto com a ABVP, duas oficinas básicas no ano de 1992: uma na linha técnica e outra sobre metodologia de uso do instrumento no sentido de repassar o saber adquirido, conforme coloca Mário Dantas,

*"hoje o papel do registro da memória dos movimentos é repassado aos 'filhotes'..."<sup>37</sup>.*

Por seu turno, o projeto de capacitação não é apenas pensado em termos de uma atividade específica nesse sentido, mas está implícito no modo de produção levado a cabo pela TV Memória, à cada oportunidade que se apresente. O contato direto com as comunidades de bairros e com os setores dos movimentos com os quais trabalham, de saída, possibilita a relação entre produtor/usuário ou, de uma forma mais específica, entre emissor e futuro receptor, o que acontece ainda no estágio inicial de coleta de informações, que muitas vezes se dá de forma organizada sistematicamente, ou seja, criando uma espécie de "estágio" onde se dá o aprofundamento das relações a partir da troca de conhecimentos e informações. Desta forma, o projeto de comunicação assume o caráter de educação popular colocado por Gonzaga:

*"uma educação de oposição ao sistema, que inclui um trabalho de politização: uma integração do acúmulo de conhecimentos com a realidade e a prática vivenciada pelos trabalhadores"..."<sup>38</sup>.*

---

<sup>36</sup> V. capítulo 3 e 4, respectivamente.

<sup>37</sup> Entrevista com Roberto Monte em agosto de 1993.

<sup>38</sup> Entrevista concedida em 16 de julho de 1993.

Na criação da TV Comunitária da Cidade da Esperança, por exemplo, a pesquisa que a antecipou foi precedida, por sua vez, por um seminário onde foram levantadas as questões que iriam direcioná-la, sendo também o primeiro momento de contato, pelos produtores, com a realidade do bairro. O processo de gravação, por sua vez, é sempre acompanhado pela equipe do bairro que além de efetuar o elo de ligação entre TV e comunidade, possibilitando inclusive o acesso com segurança em determinadas regiões, realiza a assessoria técnica. Para a elaboração do roteiro de edição, participaram duas pessoas da *Cidade da Esperança, uma das quais acompanhando o processo propriamente dito*, na ilha. Finalmente, para a exibição, toda a equipe foi preparada, o que incluiu uma apresentação "simulada" dias anteriores à estréia.

O vídeo iria mostrar, ainda, em outra ocasião, sua utilidade como instrumento de capacitação, superando, em alguns momentos, as previsões e expectativas iniciais. No vídeo *Vamos Fazer Teatro de Rua?*, produzido em 1991, a produção significou, para o ator Junio Santo, um verdadeiro exercício no trabalho com a câmara, e com relação a seus limites, no espaço, permitindo um interessante procedimento de comparação com o teatro "livre"<sup>39</sup>.

### **2.1.3 - A formação da equipe**

A nível da capacitação interna da equipe da TV Memória, a participação em cursos, oficinas, seminários e eventos diversos denota a preocupação com a formação de um grupo onde nenhum dos integrantes contava com uma formação acadêmica na área de comunicação. Em 1987, quando o projeto de vídeo ensaiava seus primeiros passos, a equipe do Núcleo de Comunicação - formada por duas pessoas - deslocava-se para Teixeira de Freitas,

---

<sup>39</sup> Ator e presidente da Cia. Teatral 'Alegria Alegria' - entrevista concedida em 29 de julho de 1993.

no interior da Bahia onde, por quinze dias, se dedicaria a um verdadeiro curso de comunicação tomando contato já, de início, com parte significativa do movimento que então surgia e que ia se firmar com o conceito de "vídeo popular". Junto à participantes de várias regiões do país, a equipe discutiu questões técnicas e políticas, e participou de oficinas que abrangiam um leque de instrumentos considerados importantes no interior de um processo de educação popular: além da oficina de vídeo, foram oferecidas oficinas de teatro, rádio, publicação de impressos e slides.

O curso, de certa forma, prenuncia o teor das experiências que iriam, em várias ocasiões futuras, inserir o grupo em processos de renovação e atualização mais ou menos constantes. Nem sempre com participação integral, a equipe se dividia por turnos de capacitação, em função do interesse específico e da disponibilidade de pessoal e dos recursos financeiros da entidade. Foram cursos e treinamentos diversos, contemplando aspectos da produção (roteiro, gravação, edição) e da metodologia de uso, além dos Encontros e Seminários, Nacionais e Regionais de vídeo popular, promovidos pela ABVP, os latino-americanos, além obviamente, dos promovidos pelo Movimento dos Direitos Humanos<sup>40</sup>. Atualmente, a preocupação em incorporar a informática como mais uma ferramenta de trabalho junto ao vídeo, se dá tanto ao nível da comunicação via **modem** com outras entidades (Projeto Arfit), quanto na exploração de seus recursos de linguagem, através da computação gráfica.

Tendo crescido no interior da entidade de Direitos Humanos, não se pode falar da constituição da TV Memória isolada da estrutura global com a qual se relaciona. A nível do GT-1 - Violência e Cidadania", trabalham um

---

<sup>40</sup> Entre outros: "oficina de capacitação em vídeo" (1987), e "como operar câmara" (1988)-SP, ambos promovidos pela ABVP; curso de produção geral na Escuela Internacional de Cine y Video, em Cuba (3 meses). Em 1992 foram realizados em Natal duas oficinas básicas - uma relativa à produção, outra à metodologia de uso, também promovidos pela ABVP. Dois integrantes da equipe fizeram treinamento em informática, para utilização do micro Amiga 500. Um funcionário da secretaria fez curso de arquivo. A comunicação foi alvo, por sua vez, de preocupação específica no interior do movimento de Direitos Humanos que promoveu o Seminário de Comunicação e Direitos Humanos, realizado em Natal, em 1992.

sociólogo, um administrador e um advogado. O GT-2, de comunicação, conta com um integrante formado em Serviço Social, que é responsável pela gravação e edição dos programas, um pela copiagem e outro pela parte de computação gráfica. Na Secretaria, uma funcionária se ocupa de questões administrativas e do empréstimo do material do acervo, com apoio de um "boy". Fechando a equipe, o CDHMP conta com um presidente que é responsável pelas articulações gerais a nível da relação com os movimentos. Ex-integrantes, por fim, atuam como freelancers ou como colaboradores em função de trabalhos específicos como a elaboração de um roteiro determinado, a direção ou narração de um ou outro programa.

Apesar das especialidades das tarefas, os dois grupos de trabalho se encontram em momentos determinados do desenvolvimento das atividades. Para Gonzaga, porém, conquanto esteja presente a preocupação com uma renovação constante, *"ainda persiste o vício de se trabalhar atropelado pelos acontecimentos"*, sem um tempo para formação conjunta:

*"não há, por exemplo, o desenvolvimento de uma prática de leitura sistematizada sobre questões conceituais, onde o objeto de discussão seja a articulação do vídeo no interior de uma política que o integre à questão dos direitos humanos; não há fundamentação"...*<sup>41</sup>.

As vezes, também, o problema se encontra do outro lado, quando uma maior articulação em torno de uma reflexão mais aprofundada e orgânica sofre do caráter, por vezes pontual, das lutas dos movimentos. O sindicato, por exemplo, coloca ainda Gonzaga, não discute certas questões dos direitos

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida em 16 de julho de 1993.

humanos, se limitando mais à atuação no âmbito de seus interesses específicos.

A dificuldade de adesão dos sindicatos no projeto cultural idealizado pela TV Memória, em conjunto com as companhias de teatro de rua, no âmbito da campanha contra a pena de morte, é um fato que ilustra bem a situação. Nesta campanha, o CDHMP tem sentido a dificuldade em articular o financiamento da apresentação do grupo "Alegria, Alegria" com os sindicatos, que não têm respondido, de um modo geral, à expectativa. Muitos não se interessam em bancar um movimento que passe mais ao largo de suas questões trabalhistas mais específicas e imediatas.

#### **2.1.4 - Os valores da produção**

A participação efetiva em termos de projetos com um caráter mais amplo, vai encontrar dificuldades a nível financeiro, já que a TV Memória trabalha com a idéia de auto-sustentação desvinculada, em princípio de qualquer entidade financiadora, visando manter a autonomia e independência com relação ao modo e às relações de produção - ainda que não descarte totalmente a possibilidade de financiamento de terceiros, para o futuro.

Apesar de nascer dentro de uma entidade de Direitos Humanos, o projeto de vídeo da TV Memória, desde o início, vai ser marcado pela iniciativa pessoal. Os primeiros equipamentos são aquisições individuais caracterizando mais um grupo de militantes do que uma atividade institucional em torno do vídeo, situação que começará a ser mudada a partir de 90, com a compra da primeira (e atual) ilha de edição.

Em 1991, pautando-se pelo trabalho auto-sustentado, a TV Memória, elaborou um sistema de custos para serviços de áudio e vídeo, no sentido de firmar a entidade como prestadora de serviços audiovisuais, com inserção orgânica no movimento popular e sindical, no Estado do Rio Grande do

Norte. O sistema de custos prevê critérios de pagamento supondo um escalonamento que varia de zero a 50% de adicional nos custos das produções, dependendo da relação da entidade com o CDHMP<sup>42</sup>. Assim, numa ordem crescente, em primeiro lugar aparecem os movimentos populares cadastrados, tendo realizado trabalhos conjuntos, e cujas propostas tenham relação com a proposta da entidade de direitos humanos. Em seguida, os movimentos populares não cadastrados e que apesar de terem relação com a proposta da TV Memória, não chegaram a desenvolver um trabalho conjunto, somam 15% ao valor de custo, sendo seguido por diversas entidades que, sem uma participação mais orgânica nos movimentos sociais, expresse de alguma forma, aspectos da cultura popular, ou se constituam por algum motivo, aliados em potencial face o trabalho com perspectivas de transformação social (estas com acréscimo de 30%). Por fim, a TV Memória prevê ainda a produção como fonte de captação de recursos, onde a efetivação do trabalho se dê prioritariamente em função da questão econômica, desde que exclua "pessoas e entidades que tenham como antítese os objetivos do CDHMP" (adicional de 50%)<sup>43</sup>.

À margem do sistema de pagamento, a TV Memória admite produções a custo zero, contribuindo para a participação de organizações engajadas politicamente junto aos movimentos populares, segundo suas possibilidades. Nesse sentido, "Despedida Nativa", "Vamos Fazer Teatro de Rua?" e o primeiro programa da TV Comunitária da Cidade da Esperança, foram completamente financiados pela TV Memória, com apoio inclusive para o material de consumo. No caso do vídeo que documenta o trabalho dos que fazem teatro de rua em Natal, o sistema de co-produção ainda previu a venda de cópias com o embolso de 40% por parte dos integrantes da Companhia Teatral.

---

<sup>42</sup> Segundo o sistema de custos para áudio e vídeo da entidade (3ª versão), o conceito de movimento popular diz respeito à: "*estar no campo dos empobrecidos, inserido na Frente Popular de Natal e no sindicalismo combativo aliado à CUT, e servir como instrumento de transformação da sociedade (arte a serviço da transformação)*".

<sup>43</sup> V. Natal: CDHMP (Relatório) 1991, p.1.

### **2.1.5 - Aspectos relativos à utilização do material gravado: a organização da videoteca**

O meio de ação abrangente que engloba a questão dos direitos humanos faz com que o acervo da TV Memória seja bastante diversificado, reunindo uma temática que vai da cultura popular, educação, à questão da mulher e sindicalismo. No âmbito dessa diversidade temática, porém, o critério de seleção dos programas de vídeo, cinema e TV obedece a uma delimitação de abordagem, no sentido de apontar para situações vivenciadas pelos que fazem os movimentos populares, privilegiando os momentos de maior embate político. Tal se dá, principalmente, a nível da produção local onde, em cerca de 30 programas editados, se encontram registros de eventos como greves, passeatas, reuniões e negociações diversas em torno de reivindicações dos diversos segmentos trabalhistas<sup>44</sup>. A idéia de formação de um conselho editorial formado pelos próprios usuários, prevê a indicação de títulos por entidades e associações, no sentido de garantir a especificidade do perfil da videoteca, de acordo com os interesses dos movimentos. A nível do material bruto, a TV Memória conta com um Banco de Imagens com mais de 100 horas de registros, arquivando a memória dos movimentos acontecidos em Natal, a partir de 1986.

O acervo das produções externas conta com trabalhos de grupos de vídeo a nível nacional - com algumas raras produções a nível local, extra TV Memória - latino-americanas, produções de cinema, bem como a gravação de programas da televisão. Aqui, o critério de seleção dos programas mantém a temática vinculada a assuntos de interesse dos movimentos populares sendo ampliado, porém, o nível de algumas abordagens que sai do restrito campo do registro prioritário da luta política para o olhar do cotidiano ou de questões mais gerais onde se inserem estes movimentos. Da programação da TV são gravados,

---

<sup>44</sup> V. catálogo em anexo.

sistematicamente, as eventuais participações ou manifestações de trabalhadores em entrevistas ou reportagens, e os debates, à época de campanhas eleitorais, visando a realização do processo de autoscopia e análise política.

O acesso aos programas de vídeo e aos filmes, pela TV Memória, se dá através da compra, troca, concessão e, eventualmente, pelo hábito de pirataria.

O sistema de locação da videoteca da TV Memória, prevê algumas peculiaridades em relação às locadoras com caráter essencialmente comercial. A associação é feita, basicamente, por entidades ou pessoa física com efeito multiplicador - um professor, por exemplo - que garanta o caráter da utilização coletiva. São cerca de 60 entidades aptas a utilizar, sob cadastramento, o sistema de locação, onde figuram sindicatos, partidos políticos, entidades estudantis, associações de moradores... Com as associações do movimento popular, especificamente, a postura de parceria viabilizou a criação de um sistema de fornecimento de tickets na forma de troca ou aquisição e, neste caso, com uma redução de 50% sobre o valor usual. Apesar dessas limitações com relação à possibilidade de lucro, a videoteca constitui base importante para o programa de auto-sustentação da TV memória, levantando cerca de 1/2 dólar à cada fita alugada.

Com o acervo de fitas em fase de organização, a utilização dos programas tem se limitado, na sua maior parte, à locação da produção externa já que a quase totalidade do material produzido pela TV Memória encontra-se na forma "master", impossibilitando a sistematização da locação<sup>45</sup>. As fitas se encontram divididas entre a secretaria (produção externa/material editado) e a ilha de edição (material bruto). Para analisar usos e efeitos da utilização do vídeo pelos grupos, a videoteca idealizou fichas de avaliação para distribuir entre os associados, o que não chegou a se dar efetivamente. A falta de um controle

---

<sup>45</sup> O que dificultou em muito o trabalho de campo já que, para serem liberadas, as produções precisavam ser copiadas.

administrativo sistemático, neste aspecto, impossibilitou o levantamento de dados relativos à quantificação e às especificidades dos tipos de solicitação.

Com seus erros e acertos, a verdade é que a riqueza da atuação da TV Memória, aponta para questões que são importantes destacar, quando se quer pensar efetivamente o trabalho em comunicação como instrumento a serviço da transformação social. Antes, porém, a análise de dois outros grupos de experiência bem mais reduzida, ajudará a compreender o quadro de atuação da TV Memória, e do contexto social do movimento de vídeo popular em Natal, dado pelo conjunto da atuação dos grupos em sua vinculação aos movimentos populares.

## **2.2 - TV GARI**

### **2.2.1 - Os primeiros tempos:**

#### **o contexto do surgimento do trabalho com o vídeo**

A TV Gari foi criada em 1989 para registrar os eventos promovidos pelo Sindicato de Empregados em Empresas de Asseio, Conservação e Limpeza Urbana do Rio Grande do Norte, numa época de grande importância na definição de uma postura política de maior confronto com as entidades patronais quando, depois da promulgação da nova carta constitucional, em 1988, se firmava como uma organização trabalhista autônoma.

Segundo Nascimento<sup>46</sup>, o Sindicato dos Garis, como é popularmente conhecido, foi reconhecido como tal em fins de 1988, após um período de embate que atingiu um caráter mais coletivo, pela primeira vez, em

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por João Cesar Nascimento, diretor de formação sindical, em 16 de novembro de 1993.

setembro de 1987, quando a categoria conseguiu sua primeira mobilização mais significativa, parando por 5 horas, suas atividades. Até este ano, a diretoria que compunha os quadros da então Associação, era formada por chefes e gerentes da empresa, o que impossibilitava o encaminhamento das negociações no sentido dos interesses dos trabalhadores que enfrentavam o achatamento salarial, a precariedade das condições de trabalho e falta de segurança, e o autoritarismo que impunha jornadas extras sem o pagamento equivalente. As eleições, nesse contexto, eram recursos forjados onde a formação de uma chapa única, impedia a participação de elementos mais representativos da categoria dos trabalhadores como um todo.

Com o movimento grevista de 1987, e o pedido de renúncia da quase totalidade da diretoria da entidade, abriu-se um espaço imediatamente ocupado pelo grupo à frente das mobilizações, e que viria a cumprir o primeiro mandato, com a transformação da associação em sindicato, no ano seguinte.

No processo de amadurecimento da luta política formou-se a consciência da necessidade do registro, da documentação e da preservação da memória do movimento, o que já vinha sendo feito, à época, de maneira mais ou menos sistemática, em material fotográfico.

A participação de integrantes do Sindicato nas Brigadas de Vídeo promovidas pela TV Memória Popular durante as campanhas presidenciais de 1988 e 1989, possibilitou o contato com a linguagem videográfica, que surgiu como um potencial de instrumento a ser utilizado na luta sindical, conforme coloca Medeiros:

*"com a fotografia faltava o som e o movimento"<sup>47</sup>.*

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Carlos Antônio Silva Medeiros, em abril de 1993.

### 2.2.2 - Concepção e realização:

#### O Vídeo como registro da memória do movimento sindical

- Os eventos da organização e da mobilização.

Com a compra de uma câmara VHS à TV Memória, ainda em 1989, a TV Gari, composta por dois integrantes do Sindicato (um na gravação outro na edição), passou a registrar todos os eventos relativos à organização e mobilização da categoria, que se seguiriam. São eventos que vão desde as mobilizações políticas como greves, passeatas, assembléias e conflitos, ou outras formas de manifestações equivalentes, presentes no cotidiano do embate mais acirrado entre patrão e trabalhador.

Da escassa produção editada - sempre pela TV Memória - a TV Gari conta com três programas que compõem a série "**A Garra do Gari**", realizada a partir de 1988 (até o ano de 1990), à cada 16 de maio, em função das atividades comemorativas do dia do gari. Nos três programas, roteiro, falas e imagens se repetem. Em cada um deles chama atenção, pela redundância, a figura do presidente do sindicato, seja na forma de entrevistado, fazendo suas considerações em torno das lutas da categoria, seja como apresentador dos programas no que é, invariavelmente, seguido pelas tomadas gerais de grupos de garis, e pelos seus depoimentos reivindicatórios<sup>48</sup>, em forma de material.

Estruturada basicamente sobre o registro em forma de material bruto, o acervo da TV Gari arquiva, com uma frequência menor, aspectos do dia a dia da categoria, como o trabalho na Usina de Beneficiamento do Lixo, e no Lixão (aterro sanitário) ou a demissão de garis da referida Usina e da Urbana.

Para além do cotidiano do trabalho, são registradas também atividades promovidas pelo sindicato, como o mutirão para construção do

---

<sup>48</sup> O que se repete em boa parte do material bruto assistido informalmente, na sede do sindicato.

conjunto habitacional para os cerca de 3.500 associados do Sindicato dos Garis, dos quais 30%, aproximadamente, se alojam nas favelas da cidade<sup>49</sup>.

### **. Vídeo-documento**

A produção incipiente da TV Gari mostra algumas peculiaridades no acompanhamento à luta política empreendida pelo sindicato. É o caso das gravações de reuniões com autoridades patronais visando o atendimento às *reivindicações trabalhistas*. Neste contexto, o vídeo é concebido como um documento com valioso potencial de denúncia e pressão, como ilustra o material com o termo de compromisso feito pelo então candidato à prefeitura de Natal, em 1992, e que iria ser posteriormente eleito. No vídeo, o candidato mostra-se favorável às reivindicações do sindicato no sentido da priorização à recuperação da Urbana. Após eleito, muda completamente o discurso, em uma prática de incentivo ao processo de terceirização, etapa fundamental rumo à privatização da empresa municipal. Nesta mesma linha, foram gravadas as reuniões da CPI que apura as irregularidades da direção anterior.

### **. Registro e modo de registro**

Na produção dos vídeos, a TV Gari conta com uma equipe formada por dois integrantes do Sindicato, com atividades mais ou menos determinadas: enquanto um se encarrega da gravação, o outro se responsabiliza pela edição, quando existe, havendo, por vezes, um revezamento estratégico no sentido de troca de funções, face à disponibilidade de cada um.

A capacitação para a etapa de gravação foi viabilizada para um dos integrantes que participou do curso sobre técnica de vídeo, em 1992, promovido por uma produtora local, de caráter comercial.

---

<sup>49</sup> Fernando Lucena, presidente do Sindicato dos Garis, em entrevista concedida em abril de 1983.

Nos programas editados, o processo de roteirização adotado pela equipe de produção da TV Gari, consiste na organização posterior do material gravado, seja no sentido de "limpeza" desse material, efetuando o corte das imagens desnecessárias, erradas ou repetidas, seja no sentido do acréscimo de inserções de materiais de outros eventos.

Enquanto a edição se limita a ser uma limpeza de excessos, a narração off inexistente. O áudio é sempre composto pela fala dos "atores-garis" e do presidente do sindicato, na forma de depoimentos ou entrevistas. As músicas, por sua vez, quando aparecem, são de caráter narrativo redundando, mais uma vez, o que está sendo dito pelo texto e nas imagens.

#### **. Os recursos técnicos**

Apesar da importância computada à comunicação, que levou à iniciativa da criação da TV Gari, o trabalho de vídeo é apresentado por Medeiros de uma forma bastante despreziosa, com o recurso sendo assumidamente encarado como instrumento de registro. Neste sentido, a precariedade dos recursos técnicos tem dado a tônica das produções, explicando a falta de sistematização do uso do equipamento, e a constituição de um acervo, em sua quase totalidade, formado de material bruto.

Segundo Medeiros<sup>50</sup>, faltam os recursos técnicos mínimos necessários que possibilitem uma melhor estruturação em torno de uma produção autônoma, atingindo do processo de elaboração à edição dos programas. A TV Gari conta, atualmente, com dois vídeos, duas câmeras do sistema VHS, um iluminador e um tripé. Para exibição, usa como suporte um telão, que é como chamam o televisor de 29 polegadas, além do auditório, localizado na sede do sindicato, com capacidade para 300 pessoas. Nestas condições, conforme já foi

---

<sup>50</sup> Entrevista concedida em abril de 1993

colocado, o processo de finalização se limita aos 3 programas, da série "A Garra do Gari". Os dois primeiros foram editados pelo processo artesanal câmera a câmera, com auxílio da TV Memória que, para o terceiro, já contava com ilha de edição.

Embora a limitação financeira se consista em empecilho real para uma melhor sistematização do trabalho da TV Gari, para Nascimento há, na verdade, uma falta de interesse real, que se traduza na forma de ações concretas. Conforme argumenta o diretor de formação sindical, a destinação de uma verba específica que garanta à produção, um mínimo de recursos<sup>51</sup>, por exemplo, é tarefa perfeitamente viável "para um sindicato que mobiliza recursos de cerca de 3.500 associados".

### **2.2.3 - A utilização do material gravado**

No espaço do auditório com capacidade para 300 pessoas é exibido tanto o material editado como o material bruto, em geral logo após as gravações. Em algumas ocasiões, a rua ou o local de trabalho, como o pátio da saída dos caminhões de lixo, se transforma em espaço de exibição, com a instalação de uma televisão sobre a kombi. Tanto no espaço aberto, como em recinto fechado, não há debates, apenas o exercício de repetir, na tela, as situações vivenciadas no cotidiano da luta da categoria.

Da mesma forma, sem interlocução, o vídeo é ainda utilizado, pela TV Gari, como suporte para projeção e exibição de programas da TV, quando estão em foco representantes do Sindicato, ou ainda quando a matéria diz respeito, direta ou indiretamente, à categoria. O acervo inclui ainda alguns dos comerciais veiculados pela televisão como os da campanha contra a privatização

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida em novembro de 1993.

da empresa, e com os resultados da CPI da Urbana, que são arquivados para constituição da memória do movimento.

Quanto aos vídeos com teor de denúncia ou prova documental, como o registro do depoimento do candidato a prefeito, no momento desta entrevista, em junho de 93, quando ainda persistia a ameaça da privatização, o vídeo não estava sendo utilizado, de forma mais objetiva, no sentido de organização e mobilização da categoria, ou na tentativa de incrementar um processo de tomada de consciência pelos trabalhadores garis. Conforme colocaram os integrantes do Grupo, aguardava-se o momento oportuno para que fosse exibido.

O mesmo ocorre com o vídeo sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da Urbana, gravado para ser instrumento de cobrança, posteriormente, dos resultados da CPI. Arquivado como material bruto, permanece estante como o estado atual em que se encontram os trabalhos da Comissão.

Os vídeos da série "A Garra do Gari", são realizados de uma forma diferente da convencional, unindo os processos de gravação e exibição: durante a festa comemorativa ao dia do Gari, o programa é mais um elemento em meio a um evento que reúne diversas atrações num ginásio de esportes da cidade: entre música, dança e teatro, o vídeo segue mostrando trechos de momentos da luta da categoria. Posteriormente, as imagens da festa vão se acrescentar ao material original, formando um produto único.

A TV Gari protagonizou, ainda, o papel de correio eletrônico, promovendo o intercâmbio entre movimentos distanciados geograficamente, fornecendo imagens com a síntese dos 10 anos de atividades do Sindicato, para realização de vídeo pelo Sindicato de Asseio, Conservação e Limpeza Pública, do Piau, no interior da Bahia. O vídeo foi utilizado como elemento aglutinador para as discussões em torno da campanha salarial, empreendida pelo sindicato local.

Por um período de aproximadamente 4 meses, durante o ano de 92,

o sindicato dos garis promoveu a experiência da exibição de filmes oriundos das locadoras comerciais o que, segundo Medeiros, não encontrou as condições adequadas de desenvolvimento:

**"a falta de um retorno mais incisivo no sentido da formação da consciência política, fez naufragar a experiência"<sup>52</sup>.**

## **2.3 - TV GARRANCHO**

### **2.3.1 - O contexto do surgimento**

Garrancho é sinônimo de mato, o mato que escondia os participantes do levante comunista ocorrido no Brasil - com forte repercussão em Natal e no Rio de Janeiro, em 1935. Era também, no início da década de 30, nome do Sindicato dos Operários do Sal, no Rio Grande do Norte. Com esta homenagem aos primeiros trabalhadores que ensaiavam um movimento organizado no estado, os integrantes do mais novo grupo de vídeo vinculado aos movimentos populares, em Natal, sugerem a linha de trabalho em torno de uma militância política visando transformações sociais.

Depois de cerca de um ano de trabalhos esporádicos, a TV Garrancho começa a se constituir efetivamente, enquanto grupo de vídeo, a partir de 1993, com os primeiros passos sendo dados na direção de uma organização mínima. A partir da iniciativa de dois estudantes secundaristas militantes de partidos políticos e dos movimentos populares, são comprados os primeiros equipamentos de gravação (uma câmara, ainda em 1992), e alugada uma sala no centro da cidade, que passa a estruturar e concentrar as atividades em torno das produções. A partir de então as manifestações políticas mais significativas serão

---

<sup>52</sup> Entrevista concedida em abril de 1993.

sistematicamente registradas. Do início em parceria com movimentos específicos das associações de bairro e favela, movimento de sem-terra e camelôs, a atuação do grupo logo passa a se dar com o movimento popular em geral, com o movimento estudantil do qual os dois participam, e com o movimento sindical.

### **2.3.2 - Aspectos da concepção e da realização**

#### **. O registro da memória dos movimentos.**

A produção escassa da TV Garrancho, constituída basicamente por material bruto, está voltada para o registro de passeatas e manifestações políticas em torno de questões locais e nacionais, na cobertura do movimento dos sem-terra. Neste último caso, sua atuação extrapola os limites geográficos da capital, para documentar os casos de invasão ocorridas no interior do Rio Grande do Norte.

Em 1992, a câmara de vídeo da TV Garrancho acompanhou a passeata pelo "impeachment" do então presidente Collor, levada à frente pela sociedade civil e pelos cara-pintadas de Natal. Na esteira dos protestos, a nível da política local, registrou o enterro simbólico da prefeita, por setores da população insatisfeitos com sua administração. Entre outros eventos similares, registrou a passeata dos estudantes contra o aumento das passagens de ônibus.

#### **. Vídeo documento de denúncia**

Na documentação das manifestações políticas, uma função se destaca na forma de utilização do vídeo; trata-se da função de arma inibidora da repressão policial, sempre presente nos momentos de maior embate vivenciados pelos movimentos populares.

A função inibidora é duplamente verificada: de um lado, ao se

sentir alvo do registro, o autor da coação, desiste; de outro, o ato de violência, registrado, se transforma em objeto de denúncia e memória, com sua multiplicação em exposições diversas se constituindo em instrumento pedagógico por excelência.

Ao contrário da função inibidora, quando provoca um movimento de reação, a câmara possibilita um resultado prático e imediato, que é favorável à mobilização popular, forçando uma tomada de atitude pela mesma autoridade policial, no sentido da defesa do cidadão. Na passeata dos estudantes contra o aumento das passagens de ônibus, um carro avançou deliberadamente sobre um manifestante. A polícia, que até determinado momento assistia indiferente ao incidente, inicia a perseguição ao autor do atropelamento, ao se ver objeto da documentação.

#### **. Recursos técnicos**

À nível das condições de produção, o baixo custo do equipamento de vídeo não constitui, para a TV Garrancho, um fator estimulante, já que o grupo encontra bastante dificuldade para a aquisição do material mínimo necessário para trabalhar com autonomia, nas diversas etapas da produção.

Para a produção, atualmente, a TV Garrancho conta com uma câmara VHS, um vídeo-cassete, um tripé e dois iluminadores de 1.000w, cada. O segundo vídeo-cassete com o qual a equipe ensaiava uma ou outra edição artesanal, foi vendido, para possibilitar a compra de um monitor NTSC de 5 polegadas, o que faz com que o trabalho de edição, no momento, se dê por meio de terceiros e, na prática, se apresente de forma bastante limitada. Mesmo com os custos reduzidos da TV Memória, a TV Garrancho não tem conseguido bancar esta última etapa da produção. O programa de auto-sustentação que inclui a gravação de vídeos, ou a realização de álbum de fotos de eventos como casamentos, batizados e aniversários, ainda não obteve resultados suficientes para

modificar a situação.

Em função dessa limitação de recursos, a TV Garrancho atua, por vezes, em parceria, no fornecimento de imagens para os dois outros grupos de vídeo, e tomando emprestado os equipamentos à TV Memória.

### **. As relações de produção**

Formada por uma equipe com duas pessoas, o trabalho na TV Garrancho é levado num sistema de revezamento constante, onde a especialização mínima na execução das tarefas se dá pela preferência de cada um dos integrantes: enquanto um se dedica mais à concepção, idealizando aspectos e temáticas a abordar, ainda que num nível bem menos definido que o do roteiro, o outro se encarrega da realização da maior parte das gravações.

A falta de formação da equipe na área de comunicação, tem remetido à capacitação, ainda que de forma limitada. Até o momento atual (junho de 93), o investimento na formação representa a participação dos integrantes numa oficina básica sobre metodologia do uso do vídeo, promovida pela ABVP, em Natal.

### **2.3.3 - O projeto de utilização do material gravado**

#### **. O vídeo como instrumento de formação política.**

Em meio a todas as dificuldades que enfrenta no cotidiano da produção, a TV Garrancho tenta, já em seus momentos de formulação inicial, desenvolver a atividade de formação política, através do vídeo.

Compreendendo a exibição como tarefa sistemática (que vai do material bruto autoproduzido ao acervo da TV Memória), os integrantes da TV Garrancho frequentam com assiduidade mensal, os bairros periféricos de Bom

Pastor, Quintas e São Francisco. As exibições são seguidas por debates que são organizados pelos grupos de jovens locais. Nos debates, o objetivo é refletir sobre temas os mais diversos como o aborto, a violência contra a mulher, questões de saúde, da terra, entre outros...

A exibição é também levada, pela TV Garrancho, aos grupos específicos que foram objeto - ou finalidade - do registro.

No caso da passeata "Fora Collor" o registro foi exibido nas escolas de 2º Grau, onde era discutido pelos grêmios acadêmicos, visando a análise da conjuntura política. A perspectiva era de que a exibição para o conjunto maior dos estudantes, pudesse ser feita após a edição, objetivando assim a ampliação do universo da formação política. A etapa inicial, contudo, segundo Teotônio, já deu algum resultado.

*"da aglutinação natural em torno do vídeo, surgiram novas lideranças"<sup>53</sup>.*

Por ocasião de um seminário sobre a reforma agrária realizado, em setembro de 1992, visando avaliar os assentamentos ocorridos na região de Suape, em Pernambuco, a TV Garrancho realizou sua produção mais sistemática,<sup>54</sup> a partir da solicitação de lideranças do movimento dos sem-terra daquele estado. Para Teotônio Roque,

*"A idéia de reproduzir declarações diversas e depoimentos dos assentados, resultou num momento muito rico para o movimento "<sup>55</sup>.*

---

<sup>53</sup> Teotônio José Roque. Entrevista em abril de 1993.

<sup>54</sup> A TV Garrancho não possui cópia de seu material editado.

<sup>55</sup> Teotônio José Roque. Entrevista em junho de 1993.

Assim, três vídeos realizam o documento completo do Seminário, registrando os debates, grupos de trabalho e palestras.

O primeiro programa faz o registro do "Método Damares" de alfabetização, e da forma de trabalho a educação popular em assentamentos. Não se constitui no registro do método completo; feito para sua divulgação, o programa se limita a uma introdução seguida por 10 minutos de explicação geral sobre o sistema de alfabetização para pessoas "de 5 a 80 anos". O segundo vídeo, por sua vez, aborda a questão da viabilização econômica dos assentamentos, sugerindo possibilidades de financiamento e programas de auto-sustentação para os movimentos de sem-terra. Por fim, no terceiro vídeo, analisa-se a fase política da questão, a partir do tema reforma agrária.

Além de servir como instrumento da formação política do movimento a nível local, que conta com 800 famílias assentadas em Pernambuco, o vídeo circula em outros estados, viabilizando a discussão a partir da aglutinação de outros trabalhadores, em torno da questão dos sem terra.

*PARTE III*

**PRODUÇÃO DE VÍDEOS, ACERVO DA MEMÓRIA:  
CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS ACERTOS E  
CONTRADIÇÕES DOS GRUPOS DE VÍDEO POPULAR**

## *CAPÍTULO 1*

### **TV MEMÓRIA POPULAR**

A atuação do grupo de vídeo que hoje se constitui na denominada "TV Memória Popular" pode ser visualizada através de dois momentos bem definidos. O primeiro vai da compra do primeiro equipamento de vídeo, em 86, até o momento em que se inicia, em 90, um processo mais sistemático de autoavaliação, que culminaria numa ampla reformulação da entidade de Direitos Humanos e do papel da comunicação como instrumento da luta pela cidadania, em 91. A partir de então tem início uma fase de transição, onde uma nova filosofia de trabalho passa a orientar as produções, numa evolução que se verifica à cada experiência, até os dias atuais.

#### **. A primeira fase da TV Memória**

Sempre que se fazia referência à alguma experiência de vídeo popular, imaginava-se uma série de ações de militantes, em torno da exibição de vídeos, em estreita vinculação com setores específicos da população relacionados com os movimentos sociais e populares. Afinal, o objetivo explícito da proposta visa o autoconhecimento como forma de trabalhar a falta de informação imposta pelo monopólio dos meios de comunicação de massa, à sociedade - e, particularmente, às camadas populares, interferindo no seu processo de conscientização e politização para transformação das condições de vida.

No lugar desta participação entendida de forma mais ampla, a partir da constituição de grupos heterogêneos, saídos do meio da população, o resgate da experiência da TV Memória comprovou que o conceito de participação adotado se refere, mais precisamente, à participação de militantes do movimento de direitos humanos, na produção dos vídeos. Responsáveis pelo roteiro, realização e pós-produção dos programas, os integrantes da TV Memória são os

mesmos integrantes do CDMP; não estão, portanto, "vinculados" ao movimento de direitos humanos, eles **estão** no próprio movimento.

O modo de produção - tradicional - com a mensagem partindo do emissor para o receptor, vai trazer algumas implicações para a proposta do vídeo popular. Afinal, a concepção participativa restrita à produção, vai significar o domínio de um grupo seletivo sobre determinada técnica que, no caso, possibilita a comunicação, igualmente ao que se dá nos meios de comunicação de massa. A mera inversão do carácter ideológico de quem passa a controlar o vídeo vai suscitar algumas preocupações: até que ponto a mensagem produzida por esses produtores militantes, expressam os interesses do conjunto da categoria ou movimento? Caso expresse, até que ponto esta se dará de uma forma democratizante? Ou seja, sendo excluída do processo de produção, aonde entrará a participação desse conjunto maior?

São preocupações sobre as quais passaremos a trabalhar na análise da prática de uso e do conjunto das produções.

### **. A prática de uso posterior**

Para além da concepção e realização da fase de produção, quando os produtos de vídeo são rebatidos na prática de utilização, ficam evidentes alguns aspectos contraditórios de uma concepção comunicacional que, ao pretender a defesa dos direitos humanos, ignora o potencial do vídeo enquanto instrumento aglutinador e potencializador de reflexão e processos transformatórios. Ou seja, ignora o potencial da participação popular nestes processos que tem, na exibição, seu momento mais oportuno para transformar o vídeo em instrumento de grupo.

A falta de uma preocupação concreta com a sistematização do uso das produções em um projeto de uso posterior, está evidenciada num instrumento básico como a videoteca. Na TV Memória inexistem cópias para empréstimo ou

locação da quase totalidade dos materiais produzidos localmente (incluindo aí o conjunto completo das produções desta primeira fase), bem como uma catalogação atualizada que permita a consulta para o conhecimento do conjunto das produções. A videoteca, entendida desta maneira, é sinônimo de depósito de matrizes (não todas) e material não editado.

Tal postura face à sistematização do uso das produções leva à conclusão de que, para a TV Memória, a importância do vídeo se justifica em si mesmo, no ato do registro, no documento como "congelamento" da imagem representativa do fato entendida literalmente, ou seja, na pretensão de congelamento do tempo em que o fato ou, mais precisamente, o evento se deu. Sem uma previsão de uso que justifique a produção, a "memória" é aqui considerada arquivo morto, registro necessário de um momento passado que, estante, demonstra uma insuperável incompatibilidade com a construção de um presente/futuro.

A exceção à regra de subutilização do material produzido vai se encontrar no vídeo "Despedida Nativa" que cumpre, com eficácia, sua função de denúncia. Além de ser exibido exaustivamente, segundo seus produtores, em eventos diversos - e não apenas nos relativos à organização sindical mas nos grupos interessados sobre a questão da mulher, o vídeo foi arrolado (e aceito) como prova, no processo movido (e ganho) pela empregada, contra a empresa demissora, tornando-se instrumento documental no confronto com o poder dominante. Foi, sem dúvida, o momento em que o vídeo cumpriu todas as etapas que justificaram sua produção no contexto da luta e do movimento popular, atingindo um nível de utilização completamente coerente com a causa dos direitos humanos.

Enquanto proposta sistemática de utilização do vídeo para além do estágio da produção, as Brigadas constituíram a exceção à regra, com uma proposta que marca a inauguração da exibição e do debate de programas para grupos visando a circulação de informações e o debate político, em períodos de

campanhas eleitorais.

Do lado dos pequenos partidos, conforme coloca um dos candidatos beneficiados com a proposta, a iniciativa contribuiu para a democratização dos meios de comunicação já que, a nível da comunicação de massa, há o controle hegemônico dos grandes grupos econômicos no que não se difere Natal, onde cada grande emissora de TV e jornal se acha vinculada aos grupos política e economicamente dominantes. Possibilitar a fala dos pequenos partidos teve o papel de contribuir, portanto, para a diversificação do discurso dominante, ampliando o tempo limitado aos pequenos partidos, no horário gratuito da TV.

Mais do que a ampliação do espaço eletrônico a versões diferenciadas da história, porém, a prática das Brigadas de Vídeo representou um momento em que a participação popular encontrou perspectivas de se realizar. Ela possibilitou a interlocução direta aos candidatos que, de imagem, "metamorfosejavam-se" em seres humanos, apresentados ao lado do vídeo - "ao vivo e à cores" - de forma mais vulnerável às interpelações. O registro das declarações do candidato, por sua vez, se transformava em prova documental do seu compromisso com relação à questão enfocada.

O vídeo cumpriu, ainda, seu papel social, ao possibilitar aglutinação e mobilização da população, ampliando a participação na discussão de alguns problemas por ela enfrentados. O vídeo "E se de repente Natal..." é o que melhor comprova esta tese, contribuindo para o processo de conscientização e mobilização dos moradores do bairro ameaçado pelos tanques de gás da Petrobrás. Igualmente ao que ocorreu em "Despedida Nativa", ele foi utilizado judicialmente sendo apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito que se instituiu, para avaliar a situação. O limitado das conquistas, por outro lado, deixa evidente o seu papel de instrumento a serviço de um grupo, sem o qual seu potencial de transformação não pode ser realizado.

Com intuito de apoiar a campanha eleitoral para governo do Estado, em 1990, a TV Memória produziria 52 programas de 6 minutos, representando

um marco no contexto da dominação - e dos meios de comunicação de massa - em Natal. Este constituiu o momento em que a atuação do grupo de vídeo mais se distanciou de uma relação orgânica com os movimentos populares, entrando no ritmo da produção serializada, com objetivo principal de atrair uma audiência massiva.

No contexto da realização de vídeos para exibição na TV, as relações de produção, que até então se mantinham nos moldes quase totalmente tradicionais, caracterizando-se apenas pela inversão do caráter ideológico de quem controla o meio de comunicação - vai apresentar uma ligeira diferenciação, a nível dessa participação. Embora mantenha-se, basicamente, o controle da TV Memória na coordenação dos trabalhos, os partidos, neste momento, passam a ter representantes diretos junto à equipe de produção. Longe de constituir num verdadeiro intercâmbio entre o partido político e a TV Memória, porém, a suposta relação "multidisciplinar" se dá de forma estanque, sem acréscimo integrado das partes para o todo: enquanto o grupo de vídeo "produz", o representante do partido determina as falas e os tempos de duração dos depoimentos.

### **. O conjunto da produção**

Na análise dos quatro primeiros anos que sucedem à compra da primeira câmara de vídeo pela TV Memória, em 1987, as implicações da redução da concepção participativa à produção (implicando, conseqüentemente, numa redução da participação "popular" aos militantes de Direitos Humanos integrantes do CDMP), logo vêm à tona, tão cedo nos debruçamos sobre o conjunto das produções, e tentemos rebatê-lo à luz dos objetivos de atuação da entidade.

De início, chama a atenção a pouca produção voltada para o movimento de direitos humanos (2,6%)<sup>1</sup>. Em seguida, não se pode deixar de

---

<sup>1</sup> Todas as referências quantitativas ao conjunto das produções da TV Memória encontram-se no quadro de totalização, apêndice nº 2.

observar como essa totalidade vai ser direcionada para o registro de eventos relacionados com a organização e mobilização do movimento. Visando a organização do então nascente Centro de Documentação e Memória Popular, a TV Memória realiza "Encontro Regional Nordeste de Direitos Humanos", que registra o depoimento de participantes do Encontro, avaliando o movimento. Pretendendo a mobilização em torno do Comitê em Defesa da Vida, o vídeo homônimo documenta depoimentos de ex-presos políticos e torturados, no momento do lançamento do Comitê, em Natal.

Contrariamente, na linha do registro factual que poderia subsidiar a discussão temática mais ampla, os dois únicos registros realizados com vítimas de tortura policial, não chegaram a ser editados. Sem edição, um dos poucos momentos de registro contemplando os aspectos mais específicos do cotidiano da violação dos direitos humanos é desvalorizado, despotencializado de seus poderes, na medida em que o produto não desenvolve os recursos possíveis para o exercício da memória coletivizada. Mesmo como material bruto, porém, estes registros temáticos representam duas honrosas exceções em meio ao conjunto da produção voltada para o registro de eventos da organização e mobilização.

Com essas formulações, não se pretende defender que o fato de realizar vídeos visando a mobilização e organização dos movimentos populares e sociais represente, por si só, um fator que negue ou diminua o caráter da proposta do vídeo popular. É através deste tipo de registro, aliás, que a memória desses movimentos, considerada uma das mais importantes funções do projeto, vai se realizar, assumindo um importante papel no projeto da TV Memória, ao se concretizar no momento histórico particular, marcado pelo início da desvinculação das organizações trabalhistas do controle do Estado<sup>2</sup>.

Por outro lado, o direcionamento das produções, dessa forma, pode ser completamente justificado na concepção de direitos humanos adotada pela

---

<sup>2</sup> Ver parte II, cap. 2, item 2.1 - TV Memória Popular.

TV Memória. A análise dos estatutos da entidade à qual se vincula, mostra que a concepção e ação em direitos humanos não se isola no contexto específico no qual o Centro atua; ao contrário, se manifesta em uma ampla diversidade de movimentos populares e sindicais, e mesmo junto a partidos políticos. Assim, ao princípio básico da "promoção do ideal de justiça" e da "defesa intransigente dos direitos humanos", se incorpora a diretriz do "incentivo e assessoramento aos movimentos populares, às reivindicações coletivas comunitárias, associações de bairro, sindicatos, escolas, CEB's e demais entidades representativas, através de projetos, planos e programas de ação"<sup>3</sup>, considerada instância necessária à conquista dos princípios anteriormente colocados.

Com base nesta concepção mais ampla, poderiam se somar às produções específicas à área de direitos humanos anteriormente citadas, o conjunto das produções de outros segmentos do movimento popular e sindical - 14,3% que trariam, através das especificidades das reivindicações de professores, mulheres ou quaisquer outros representantes dos trabalhadores urbanos (principalmente) ou rurais, o potencial da luta pela cidadania. A abrangência do conceito poderia incorporar até mesmo os 83,1% das produções relativas aos partidos políticos já que, durante o II Encontro de Avaliação da Comissão de Justiça e Paz, os partidos são incorporados, quando "comprometidos com os movimentos populares" pelo seu papel de "relacionar a questão jurídica com a política, na luta pelos direitos humanos"<sup>4</sup>.

Da mesma forma que não se deve, segundo o CDMP, isolar a luta pelos direitos humanos nos movimentos e entidades (e nas respectivas produções) que tratam especificamente a questão, porém, a abrangência conceitual admitida pela TV Memória, não tem sido explorada na dimensão política pretendida. Ou seja: as produções realizadas para o apoio aos movimentos sociais e populares em geral, como estratégia da reflexão e ação em direitos humanos, não têm sido

---

<sup>3</sup> Parte II, capítulo 2, p. 83.

<sup>4</sup> Ibidem.

canalizadas para os fins da luta pela cidadania. Pelo contrário, quando inseridas no contexto da articulação das diferentes forças que atuam socialmente, as produções de outros segmentos dos movimentos sociais e populares dificilmente chegam a abordar temáticas referentes à questão "direitos humanos". É o que se pode apreender da aferição da tabela em anexo, que mostra entre o total dos 75 programas produzidos, para outros movimentos (sindical, de mulheres, partidos políticos) - 97, 4% da produção desta primeira fase - apenas cinco tem temática voltada para algum aspecto relacionado aos direitos humanos. Os demais mantêm-se atrelados aos objetivos mais imediatos do contexto para o qual foram produzidos como eleições, reuniões da militância, greves...

Uma dessas cinco exceções, o vídeo "Despedida Nativa" reúne os objetivos da denúncia sindical a uma questão de cidadania. Constituindo um referencial de vídeo sindical atípico, "Despedida Nativa" soube explorar com propriedade a questão da violação dos direitos humanos por parte de uma empresa na tentativa de demissão ilegal de uma funcionária em regime de licença-maternidade. Em que pese a postura essencialmente indutiva da repórter, monopolizando por completo a fala, a redundância de suas observações não impede o evidente reconhecimento da culpa, por parte dos representantes da empresa, que permanecem em silêncio, durante o registro do flagrante. Apesar de evitar a problematização mais rica, apostando na solução mais fácil da denúncia com base em uma única versão, é neste vídeo que se dá um dos raros momentos, nesta 1ª fase, em que a denúncia factual é feita em nome do popular comum, no caso, um trabalhador despedido ilegalmente, e não do representante da militância, conforme se pôde verificar, na análise das várias possibilidades de uso que suscitou<sup>5</sup>. É o momento em que a TV Memória melhor faz uso da denúncia a serviço da contrainformação, a outra versão à informação do meio oficial.

Longe dos sindicatos, a ação de embasar debates e a formação

---

<sup>5</sup> Parte II, capítulo 2.

política em torno de temas relacionados aos direitos humanos, que continuará aparecendo de uma forma tênue no conjunto da produção, vai se instalar na parceria com os partidos políticos, no contexto da criação de espaços próprios à reflexão, dado por ocasião das eleições, com as Brigadas de Vídeo. A TV Memória ensaia o exercício do direito à informação, forçando a diversificação do discurso dominante através do apoio aos partidos políticos de oposição: onde mais seria possível questionar o domínio das oligarquias locais, se são elas que controlam os meios de comunicação de massa? Também de forma diferenciada da TV, os bairros periféricos passam a ser mostrados, e seus problemas apontados sem a ditadura do "break" comercial ou a direção política da classe no poder. Alternativas ao poder constituído, aliás, são igualmente colocadas sem meios-termos ou intermediários. Tratam-se dos vídeos "Programa nº 1 da Frente", "SOS Zona Norte", "E se de repente um pedaço de Natal Voasse pelos Ares" e "O Nome é Lula" que abordam, respectivamente, o jogo do poder das oligarquias locais, o direito à habitação, o direito à vida e o direito à uma concepção alternativa de sociedade.

A proposta de utilizar o processo eleitoral como oportunidade para a abordagem de problemas e questões temáticas relativas à luta pelos direitos humanos, vai apresentar, por outro lado, algumas limitações. De pretexto para a discussão, as questões colocadas acabam ficando secundarizadas em função do processo eleitoral que não é apenas o que justifica o programa, mas também o que o conforma - direcionando falas e todos os elementos na construção do conteúdo com um objetivo principal e imediato: o voto. Distanciando-se da postura reflexiva e conscientizadora que a abordagem temática relacionada com os direitos humanos poderia sugerir os programas, de um modo geral, são construídos como pacotes contendo as soluções para os problemas da população. É o que acontece em "SOS Zona Norte" onde os problemas diagnosticados não são canalizados na perspectiva de serem analisados pela população ou pelos moradores do bairro, na busca de soluções: é apresentado pelo candidato a

prefeito que, travestido de repórter, apresenta suas propostas e indicações de solução.

Esta é, basicamente, a mesma estrutura narrativa de outro programa que se dirige a analisar um problema de um outro bairro. Na questão específica do armazenamento de gás, porém, a associação de uma ecologista ao candidato, na narração, promove uma apresentação substancialmente pobre, posto que substitui características essenciais como técnica, dicção e empatia com o público, pelo engajamento político do apresentador. Mais uma vez, o aspecto da militância se sobrepõe, definindo as prioridades do vídeo, em detrimento do oferecimento das condições, agora no nível da produção, para sua utilização, na formação, no contexto mais amplo de participantes.

Se voltar a atenção para os assuntos mais imediatos da coletividade não garantiu ao conteúdo dos programas sobre bairros uma maior aproximação do debate e da reflexão coletiva desses problemas e, portanto, do projeto de cidadania do CDMP, através da TVM, o distanciamento da participação popular fica ainda mais presente quando os programas se destinam à apresentação de propostas dos candidatos, ou do partido. A oportunidade de apresentar questões mais gerais para discussão da sociedade em sua globalidade se perde, fazendo desviar completamente o sentido do trabalho, do ponto de vista da ação pelos direitos humanos.

Neste sentido, "O Nome é Lula" - realizado para a campanha presidencial de 89 - vai evidenciar o caráter instrumental imediatista com que é utilizado o vídeo a serviço da militância, despotencializando-o ideologicamente da ação reflexiva implícita na temática sobre os direitos humanos, apesar da formulação oportuna do ponto de partida. Ou seja: num dos blocos, provoca-se a discussão da estrutura social, partindo da abordagem ao preconceito com relação a uma outra formação social diferente do capitalismo, preconceito que está presente no imaginário coletivo na rejeição ao sistema comunista, ao qual, por sua vez, o candidato objeto de apoio é freqüentemente associado. Contraditório, o

desenvolvimento do argumento, porém, vai se direcionar para a absorção do preconceito, negando uma forma de organização social específica sem sequer chegar a apresentá-la, no vídeo. Na negação à discussão, a quase totalidade dos partidários do candidato, no caso, padres e representantes de várias igrejas, põem-se na defensiva: "não, Lula não é comunista"..., "Lula é homem do povo...". Com esse discurso nada mais fazem do que reafirmar o capitalismo como único modo possível de vida. A única voz dissonante que tenta resgatar o caráter conceitual da questão, por outro lado, fica neutralizada pela edição. Se não chega a passar despercebido, o único depoimento diferenciado, inserido após várias versões enfatizadoras do preconceito ao comunismo, é o contraponto presente mas quase inaudível, que pouco altera a ordem das coisas colocadas em primeiro plano.

Neste momento do vídeo há, portanto, uma mera inversão do conteúdo ideológico onde, do "ataque" a um modo de vida que se opõe à ordem capitalista, corresponde uma "defesa" na mesma linha de raciocínio, sem que o cerne da questão seja analisado. Ao contrário, tangencia-se a questão ideológica, passando ao longo da questão estrutural e, neste contexto, a idéia de "nova sociedade" fica no abstrato: não há convite para pensá-la juntos "militante" e "povo" seja questionando a atual ou construindo a do futuro. Paternalisticamente, o vídeo parece querer sugerir a incapacidade do meio popular em entender a atual estrutura e em participar da elaboração de uma nova: a este setor, compete apenas insatisfazer-se (para o que a conjuntura em muito pode ajudar), e não aceitar o que aí está, absorvendo o que se lhe propõe como novo, sem grandes questionamentos.

Embora não seja objetivo adentrar pela análise semiológica da forma e do conteúdo, não se pode deixar de observar, nesta análise geral do conjunto da produção, alguns aspectos relacionados com a utilização da linguagem no reforço dos objetivos imediatistas de obtenção do voto, colocados anteriormente. Da mesma forma que a linguagem dominante (explorando a

fantasia de forma "regrediente")<sup>6</sup>, se utiliza do testemunho para persuadir donas de casa a consumir determinado produto, a associação se faz, em "O Nome é Lula", através dos trabalhadores que, como modelos a serem seguidos, declaram sua preferência pelo candidato. A postura subverte totalmente o projeto de "auto reconhecimento" do vídeo. No lugar de espelhar realidades e modos de vida que levem o trabalhador ao processo de reconhecimento de si e de seus semelhantes, o voto, a eleição ou a proposta do candidato são valorizados como qualquer mercadoria anunciada na TV, não pelas qualidades que efetivamente possam ter, mas para atingir o fim último da "compra" - no caso, adesão ao "produto" candidatura. Ou seja: de viabilizadora de processos democratizantes, a proposta do vídeo popular se reduz aos objetivos meramente eleitoreiros de obtenção de voto. Elemento reforçador deste discurso, o repórter em nada problematiza. Desprezando a linha de raciocínio delineada pelo entrevistado, porta-se como se lesse um script pré-determinado, onde nenhuma fala pudesse ser mudada; como se a ele coubesse o papel de justificar uma série de falas determinadas "a priori". A música, finalmente, quando acionada, cumpre a mesma função de enfatizar o que foi dito e mostrado.

Estas considerações delineadas em torno do vídeo "O Nome é Lula" constitui um roteiro que pode ser seguido na análise do conjunto da produção que virá com as eleições, em 90, e será exibido durante o horário eleitoral gratuito, na TV. A intensa produtividade e o ritmo da realização dos vídeos, irão contribuir para o distanciamento ainda maior de um projeto de trabalho dedicado à formação política e à reflexão, em nome do objetivo imediato da obtenção do voto.

Resultado desse modo de produção, os programas realizados para a TV, não propõem a discussão das propostas da "Frente", e a negação da valorização da discussão das idéias, se faz acompanhar pela adoção de elementos

---

<sup>6</sup> Parte I, cap. 2, item 2.1.

da linguagem televisual dominante.

A abordagem dos programas se fixa em palavras de ordem que traduzem, numa forma simplificada, a luta dos trabalhadores: reforma agrária, educação, moradia, por exemplo. Os problemas também são conhecidos: a inflação, o êxodo, o desemprego... Eles permanecem, porém, apenas como citações idealizadas não chegando, de um modo geral, a serem explorados a ponto de se tornar um argumento.

Mais precisamente, a estrutura narrativa não estabelece os suportes para problematização. Desta forma, ela vai se reduzir à fala e ao depoimento dos candidatos (a governo e câmaras federal, estadual e municipal) o que, por sua vez, significa a apresentação de sínteses esquemáticas de cada visão de mundo, na forma de soluções para os problemas apresentados. Assim são tratados temas como "Participação Popular e Democratização do Estado", "Fortalecimento do RN", e "Onde Obter Recursos", três dos treze pontos apontados pelo programa de governo. Programa que chega a confundir propostas com críticas incluindo em sua pauta questões como as presentes em "Brasil Novo?", questionando os representantes do poder local, na atual conjuntura, e que se compõem com os adversários da FPP; "A Farsa" - sobre os interesses por trás da ruptura declarada por um dos grupos hegemônicos - e "A Resposta" - a ser dada pela população, no dia da eleição<sup>7</sup>. Tudo devidamente articulado pela lógica idealizadora dos produtores militantes.

Na forma também irão se repetir os mesmos elementos de "O Nome é Lula": a persuasão será explorada à exaustão com o testemunho de populares e líderes a nível local, bem como de liderança e artista a nível nacional. A trilha sonora continuará redundante e agora acrescentará o 'jingle' da campanha presidencial de 89 e um outro especialmente preparado para a eleição. Na narração, aliado ao repórter, o candidato à chapa majoritária continua a fazer as

---

<sup>7</sup> Programa nº 02 da campanha da Frente Popular Potiguar. TV Memória, 1990.

vezes de apresentador enfatizando, com isso, o caráter individualista na ação por transformações sociais. Na seqüência, os candidatos a deputado e vereador falam apenas o suficiente para exibir nome e número na tela. A simbologia máxima do clichê em programas eleitorais, também se acha presente: apertos de mãos, imagens de trabalhadores e crianças em câmara lenta são a constante nas poucas inserções efetuadas.

Estes são, enfim, os elementos mais constantes a caracterizar o conjunto das produções da TV Memória, realizadas no contexto das eleições, nesta primeira fase. Através dela, pôde-se visualizar como o trabalho do grupo de vídeo popular se traduz, muitas vezes, em objetivos de caráter imediatista à frente do que possa contribuir para o enriquecimento de processos de autoconhecimento, seja nas produções "específicas" (aos movimentos de direitos humanos) seja naquelas que pretendem a ação em direitos humanos através do apoio a outros segmentos dos movimentos populares e sociais.

Faz-se ainda importante lembrar que este conjunto de produções foi realizado no interior do movimento de Direitos Humanos, ou seja, por militantes do quadro do CDMP, tendo seu projeto comunicacional restrito à fase de produção.

### **. Os caminhos da transição**

Após toda a série de atividades que direcionou a atuação da TV Memória no ano de 1990, no sentido da gravação de programas político-eleitorais para a TV, e quando vai passar a concretizar, na prática, as estratégias delineadas pela avaliação junto ao GAJOP, a TV Memória inicia o galgar de degraus na direção de sua maturidade profissional (o que vai se refletir, naturalmente, na ação política), realizando uma verdadeira guinada na direção dos objetivos que traçou junto à entidade de direitos humanos, redimensionando o papel da comunicação.

O período de transição que se segue, vai se caracterizar por um processo lento, que não aparece de um dia pro outro. A bem da verdade, da reformulação empreendida pela entidade, em 1991, após a avaliação do GAJOP, em 90, determinando a incorporação de dois grupos de trabalho para melhor dimensionamento da relação da entidade de direitos humanos com a comunicação, até a concretização do primeiro trabalho sintetizando a nova filosofia da entidade, com a criação da TV Comunitária, são passados quase 3 anos.

A brusca diminuição no ritmo da produção (55 vídeos, em 90, e apenas 01, no ano seguinte), proporciona um retrato fiel da nova postura que virá para substituir a produção exaustiva e pontual da 1ª etapa, quando o atendimento aos fins imediatos das reivindicações dos movimentos e partidos políticos, direcionava a atuação da TV Memória. O apoio aos movimentos é agora pensado a partir de um contexto que justifica as produções de forma mais objetivamente vinculada à questão dos direitos humanos, temática que passa a orientar 100% das produções. Este direcionamento temático está presente até mesmo nas chamadas produções "não específicas", quando o fortalecimento da luta é valorizado em função da possibilidade de fazer refletir sobre a temática, ao contrário da abordagem dos aspectos organizacionais.

Apesar da TV Comunitária da Cidade da Esperança se constituir, talvez, no momento mais completo deste crescimento significativo, este período de reformulação se iniciou, na prática, com a produção do vídeo "Vamos Fazer Teatro de Rua?" que valoriza a expressão popular num momento de crise face à substituição da relação direta e participativa com o movimento popular pela mediatização da TV.

Pode-se acrescentar aqui que a declarada "volta às origens" da relação mais orgânica com o movimento popular foi bem mais além do esperado, realizando não só o resgate temático através da re-incorporação do registro - agora direcionado para aspectos da cultura popular - mas pensando sua utilização

para além do contexto imediato da produção, ou seja: pensando sua realização no interior de um projeto político e de valorização cultural do "popular" o que se dá, por sua vez, aliado à luta pelos direitos humanos.

A nível da produção do vídeo, a troca de saber deu o tom da experiência, com a participação do grupo de teatro nos momentos decisórios da pré-produção, contribuindo na elaboração do roteiro e na definição das locações, além da própria realização, sendo objeto de gravação e dirigindo. Pode-se dizer que, neste momento, a "especialização" esteve a cargo do trabalho multidisciplinar. O acesso a um outro tipo de linguagem, para o grupo, proporcionou, por sua vez, um exercício enriquecedor para a interpretação do ator, estabelecendo possibilidades e impondo limites que o forçavam a se superar.

Para além do registro da memória da cultura popular, o vídeo "Como Fazer Teatro de Rua" realizou a integração entre a questão de direitos humanos e o movimento de cultura popular, apresentando aquele aspecto do direcionamento à temática dos direitos humanos nas produções referentes a movimentos populares e sociais de outras categorias, que se sentiu ausente na etapa inicial de construção da TV Memória. Produzido na perspectiva da realização da campanha contra a pena de morte levada à frente pelo Comitê pela Vida do qual o CDHMP faz parte, o vídeo materializa a proposta de fortalecimento comum de entidades populares, estimulando a parceria entre associações diversas.

Nas produções específicas à área de direitos humanos, além do registro de eventos visando a organização do movimento de Direitos Humanos (Década de Lutas e 7º Encontro); a exploração temática é direcionada para aspectos da militância - caso dos dois vídeos sobre repressão, enfocando a questão dos desaparecidos políticos (Emanuel Vive e Tortura Nunca Mais...) até, num crescendo, culminar com a abordagem da questão da violência e segurança pública nos bairros periféricos da cidade (TV Comunitária). Neste último caso, opta-se, ainda, pela abordagem integrada a outros aspectos do bairro, o que

possibilita uma melhor visualização do contexto social em que a violência se (re)produz. Este, aliás, é o momento em que o vídeo, integrado ao movimento de direitos humanos, alcança seu papel mais social.

Neste novo momento, a preocupação com um projeto de utilização posterior do material gravado, passa a ser uma constante.

No caso do vídeo "Vamos Fazer Teatro de Rua?", a produção é completada por um projeto de uso, que inclui as oficinas ministradas pelo grupo "Alegria Alegria": cumprindo com a função de "espelho" a partir do retorno da imagem do grupo, o vídeo viabiliza processos de autoconhecimento que têm inspirado a criação de novos grupos. Levado para fora do estado, o vídeo cumpre com a função de "diálogo", aproximando de possíveis interessados afastados geograficamente, a realidade do teatro popular.

Nesse segundo momento da TV Memória, até o registro de eventos passa a ser explorado numa nova perspectiva, ou seja, visando contribuir para algo além do mero registro da memória para arquivo. Assim, igualmente a tantos eventos registrados anteriormente, a realização do II Encontro Regional de Direitos Humanos, em Natal, representará a oportunidade para a produção de um vídeo avaliando o movimento, a nível local. A diferença é que, a partir do vídeo "Década de Lutas", se incorpora um circuito de exibição no interior do próprio movimento, a nível de sua organização, quando segue para ser exibido no Encontro Nacional, em Brasília.

Com igual proposta de ampliar o âmbito da repercussão, atingindo outras comunidades do interior do movimento de Direitos Humanos, o vídeo "Tortura Nunca Mais: o monumento", concretiza mais uma proposta de parceria da TV Memória. Aliando-se ao Serviço Comunitário de Justiça e Paz, de Recife, que articula a mobilização em torno dos desaparecidos políticos, o GT Comunicação se integra oferecendo a produção videográfica.

O Seminário Política de Comunicação e Direitos Humanos assinala

o auge do processo de autocritica da TV Memória, onde a postura instrumentalista é substituída por um projeto que incorpora a comunicação na direção dos objetivos da luta pelos direitos humanos. Na prática, isso significa integrar o trabalho do GT "Comunicação" com o GT "Violência e Cidadania" com intuito de, através do trabalho sistemático de pesquisa e banco de dados, embasar com dados concretos as denúncias, iniciativa que marca a substituição do panfleto pelo estudo aprofundado. Com a pesquisa "Percepção dos Comunitários", o imaginário coletivo para a questão da violência é investigado e a conclusão final - a existência de uma imagem do movimento de direitos humanos que confunde a luta pela cidadania com a defesa de "bandidos" - passa a direcionar toda uma postura de reformulação desta imagem. O banco de dados, por sua vez, cataloga informações sobre o tratamento dado a temática da violência pela imprensa de Natal. Em fase atual de compilação, a conclusão de algumas linhas de análise do BD, colocará à disposição do GT Comunicação, farto material para ser problematizado, em forma de vídeo, junto às comunidades. Com esta função de garantir o retorno junto à população, aliás, é que a TV Comunitária será criada, na Cidade da Esperança.

A iniciativa de trabalhar a questão dos direitos humanos através da TV Comunitária num dos bairros apontados pela mídia como de "alta periculosidade" já traz, por si só, um alto significado político, ao tentar subverter a visão marginalizada reproduzida pelos meios de comunicação de massa. A resposta favorável da população, seja nos convites para debates, ou na iniciativa prática visando a ampliação do âmbito da atuação da TV Comunitária, para além da praça pública, atestam a importância do projeto.

Fruto, talvez, da inserção maior junto à comunidade (a participação de grupos do bairro é garantida desde a pré-produção com a escolha e seleção de temas, passando pela elaboração prévia do roteiro e realização dos programas e exibição), o primeiro programa da TV Comunitária já apresenta algumas diferenciações com relação ao conjunto de produção da fase inicial, refletindo um

popular que é assumido em suas contradições, diferentemente das idealizações artificiais constantes da expectativa da militância política. Assim, o bloco relativo à cultura popular vai destacar o perfil do sósia e imitador de um dos maiores símbolos da indústria de massa - o "Michael Jackson Cover" que, promovido à condição de 'super star', parece absorver a personalidade do cantor: "realize seu sonho como eu realizei o meu"<sup>8</sup> diz o pseudo - artista que sustenta, com seu salário de marceneiro, mulher e filho. Sem dúvida, um depoimento que resgata, ainda que sem a preocupação com a problematização, uma contradição que é própria da realidade, com relação ao que seria o discurso idealizado pelos militantes do movimento.

O primeiro vídeo da TV Comunitária não se propõe, portanto, a acenar com propostas ou soluções acabadas, para o problema da violência ou qualquer outra temática. Ele se coloca no seu lugar de instrumento a serviço de ações da comunidade que em torno dele tem se organizado para discussão de seus problemas.

Importante de se observar é que a participação da comunidade, a nível da produção, permanece praticamente a mesma. Como na fase inicial da TV Memória, alguns militantes - no caso, de bairro - se incorporam ao projeto da TV Comunitária, assumindo o controle operacional nas fases de pré-produção e no acompanhamento à produção propriamente dita.

É no contexto da utilização posterior, portanto, que o conceito de participação popular passa a incorporar modificações no sentido de se aproximar do conceito comunicacional que confere mais equilíbrio às relações entre emissor e receptor. Na TV Comunitária, é a população que se organiza para a aquisição de vídeo e TV próprios, e institui ambientes internos como novos espaços para exibição, denotando sua preocupação com o caráter formativo do projeto. No momento, enquanto a sistematização da exibição em ambientes fechados aguarda

---

<sup>8</sup> Ver parte II, capítulo 2.

a compra do vídeo cassete, a praça pública vai sendo ocupada sistematicamente para o processo coletivo de autoconhecimento possibilitado com o espelho do vídeo.

Para atingir o ideal de um instrumento de grupo pode-se dizer que falta à TV Memória, apenas um último esforço na direção de uma metodologia que oriente a animação nesta fase de utilização posterior que é, sem dúvida, o que projeta o vídeo para além de mero suporte de conteúdos, fazendo fechar um ciclo de transformações que contribuirão, sem dúvida, no trabalho pelos direitos humanos e junto aos objetivos de formação política e conscientização dos movimentos populares e sociais. Tendo sido promovido, na exibição, ao "estímulo" de uma cadeia de ações, o momento posterior de "desbloqueio" que leva, no processo de grupo, à constituição de caminhos de desenvolvimento, ainda se encontra por realizar. Só com a animação, a prática "descondicionante" viabilizará o processo de identificação e partir do "reconhecimento de si" e de "seus semelhantes", fazendo o vídeo cumprir com sua função de "espelho". Só então, ao permitir grupos e indivíduos "se descobrirem", tomando "distância crítica" com relação a eles mesmos, o vídeo terá, efetivamente, se transformado em fator de transformação<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ver parte I, cap. 2.

## **CAPÍTULO 2**

### **TV GARI**

#### **. A concepção comunicacional orgânico-participativo**

Ao contrário da fase inicial que marcou os primórdios da TV Memória, a TV Gari nasce muito centrada no objetivo maior que justificou sua criação no interior de um sindicato de trabalhadores urbanos de baixa renda, os gariis: ser a voz e a imagem desses trabalhadores, espelhando a realidade de sua luta por melhores condições de trabalho. Conforme se viu na parte II, o grupo de vídeo se constituiu por iniciativa da direção do sindicato que é, por sua vez, quem seleciona os eventos para gravação e indica os militantes sindicais para a produção propriamente dita.

#### **. A prática de uso na produção**

Com este perfil de participantes, a prática da TV Gari manteve-se coerente com o objetivo de registro da memória do movimento sindical, no que se refere à documentação de cada mobilização empreendida pela categoria. A produção de bons momentos de documentação contribuiu para tornar o vídeo, potencialmente, num importante instrumento de denúncia e pressão, no processo de luta do conjunto da categoria.

Neste sentido, a prática de registro das reuniões de negociação entre patronato e movimento sindical mostrou sua eficácia, pelo menos, em dois momentos específicos. Durante o processo de gravação, inibia as declarações e conseqüentemente, as tomadas de posição contrárias aos interesses dos trabalhadores, em função da tentativa de preservação da imagem do poder político constituído, face a atual conjuntura democrática. Neste caso passou-se a criar, com a câmara, um espaço político favorável à reivindicação, onde o objeto de registro, guardião da memória coletiva, se transformava em instrumento

potencial de pressão.

Quando tal situação não chegava a se consolidar e os interesses patronais eram colocados de forma evidente, o documento gravado se transformava numa espécie de "carta de princípios" do empregador, instrumento básico de denúncia, para o trabalhador, das posturas por ele assumidas. Travestida de poder do meio de comunicação, a contrainformação se opõe à informação dominante levando a "outra" informação aos trabalhadores, em oposição ao que ele estaria possibilitado, potencialmente, a conhecer pela TV<sup>1</sup>.

### **. A prática de uso posterior**

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a proximidade com o movimento político do sindicato constitui a maior qualidade da TV Gari, a proposta de contrainformação morre no nível da produção, isto é, antes de chegar ao receptor e, conseqüentemente, ao conjunto da categoria. A subutilização dos programas, refletida na falta de uma prática de uso, traduz a distância entre os objetivos do vídeo vinculado ao sindicato e os interesses da categoria, se entendermos estes últimos como a participação em processos de reconhecimento quanto à sua condição de trabalhador, visando o fortalecimento da luta sindical.

Uma das questões mais polêmicas para os trabalhadores da Urbana - a privatização da empresa - ilustra muito bem a tese. De posse de um material bastante comprometedor - a declaração do prefeito pela não privatização da empresa - a TV Gari desprezou a oportunidade de utilizar o material gravado para melhor instrumentalizar a atuação do sindicato, nas campanhas que promoveu quando a privatização era dada como certa. Na prática, a primeira etapa rumo à privatização chegou a acontecer, com a implantação do processo de terceirização, sem que o material tenha sido utilizado.

---

<sup>1</sup> V. parte 1, cap. 1.

Nesta linha de subutilização do material gravado seguir-se-ão vários registros importantes, como os da CPI que apura irregularidades na Urbana, evidenciando uma postura que relaciona "memória" a arquivo para uma utilização futura num "momento oportuno" que nunca chega. Essa postura - que é também encontrada no momento inicial da TV Memória - promove a defasagem e o conseqüente esvaziamento de todo o material produzido, com relação a seu caráter de denúncia e pressão política.

A estrutura deficitária da TV Gari, por outro lado, não pode ser responsabilizada, com igual peso, em todas as etapas do processo comunicacional - ou pelo menos no que concerne a falta de um projeto de uso melhor definido. Para exibição, além do vídeo e da televisão, a TV Gari conta com um auditório próprio, na sede do sindicato, com capacidade para cerca de 300 pessoas. Com tais recursos, tem-se as condições mínimas necessárias para a utilização sistematizada da produção de terceiros, e a possibilidade de instituir debates com objetivo de formação política, o que não ocorre.

Assim, a falta de um projeto de utilização sistematizado, restringindo a exibição ao material bruto ou captado pelo televisor, em momentos de lazer, denotam, portanto, uma concepção de fazer política que é reduzida aos momentos de maior embate e conflito, como por ocasião de greves, reuniões de negociações, passeatas, entre outras manifestações públicas, reduzindo igualmente o potencial de um instrumento comunicacional com amplas possibilidades de interação. Sem um projeto de formação, o vídeo se limita, mais uma vez, a ser objeto a serviço do movimento sindical em seu nível mais elementar de organização e mobilização, assumindo a fórmula apontada por Prestes Paula que na verdade, quer dizer: educar apenas para mobilizar<sup>2</sup>.

Por todas essas questões colocadas é que diferenciar a postura do sindicato daquela do conjunto da categoria se constitui na sutileza que faz a

---

<sup>2</sup> Alteração nossa. V. parte 1, Capítulo 1, p. 27

diferença. Sutileza que é importante destacar quando se sabe que, nem sempre, a condição de alternatividade ao sistema dominante significa garantia de coerência com os interesses populares<sup>3</sup>.

Assim, à parte a importância inequívoca que constitui, para um sindicato, ser produtor de suas próprias imagens, outros aspectos se fazem importantes na garantia de coerência entre produto e objetivos do vídeo popular.

### **. Aspectos do conjunto da produção: o material bruto**

Refletindo a falta de um projeto de comunicação que leve em conta os recursos do equipamento de vídeo, o material bruto revela a submissão ao caráter de congelamento do tempo característico da fotografia, onde o registro da memória do movimento sindical, reduz-se à captação do momento em que um fato acontece. A falta de utilização dos elementos básicos de argumento e roteirização, denotam o desprezo às características da linguagem videográfica reduzindo, por sua vez, o potencial do vídeo espelho enquanto elemento do processo de construção da identidade do trabalhador gari.

Se a falta de uma ilha de edição contribui indiscutivelmente para a pobreza dos recursos de linguagem implicando, de alguma forma, na articulação em torno do uso dos programas, é forçoso constatar que a edição por terceiros não se constitui em tarefa impossível para a TV Gari que, bem ou mal, conta com recursos do sindicato. Foi através desses recursos que comerciais contra a privatização da Urbana foram veiculados, pela TV comercial, numa campanha que se integrou a mutirões de limpeza, com o objetivo de mostrar à população, as condições da empresa para se auto-gerir, sem interferência do capital privado.

---

<sup>3</sup> Parte I. Capítulo 1, item 1.2.

### **. A produção editada**

Com tais perspectivas na produção, a materialização no produto final, vai evidenciar algumas formas de redução.

Apesar de se propor a refletir o processo de luta da categoria, o vídeo "A Garra do Gari" (I) - um dos três únicos programas a ser editado - praticamente repete a estrutura narrativa do material bruto, com a falta de direcionamento de sentido temático que leve à uma problematização das condições dessa luta, para além do registro.

A pretexto de politizar a festa comemorativa do Dia do Gari, o vídeo vai acabar reduzindo o efeito espelho ao seu nível mais básico de aglutinação. O processo de roteirização, reduzido a uma "costura" de registros pré-gravados, empobrece sobremaneira esta etapa que é, talvez, a mais rica na articulação das idéias em direção aos propósitos do trabalho de militância política com o vídeo. Submetidos ao aproveitamento do material gravado, não existem argumentos que apontem para os processos de identificação e estranhamento necessário ao processo de construção da identidade, conforme sugerem os seguidores da idéia do "vídeo-espelho"<sup>4</sup>.

Também aqui, igualmente ao que ocorreu na primeira fase da TV Memória, não será necessário aprofundar a análise semiológica para perceber a presença de alguns elementos da linguagem dominante, com semelhante intuito de adesão e cooptação, verificados nos métodos comunicacionais da classe dominante. No texto e na imagem, a informação não se presta ao conhecimento mas ao convencimento pela persistência da repetição, e pelo uso de associações. Assim, a redundância é uma constante sobre a figura do presidente do sindicato, eleito símbolo maior da figura do trabalhador. É através da expressão do seu pensamento, que as temáticas se repetirão à exaustão: a questão do salário, a luta da categoria, as justificativas para a greve, a postura do patrão... Ele, o presidente,

---

<sup>4</sup> V. parte I, item 2.1.

é o ator principal das produções editadas e a figura mais constante do material bruto, conforme se pôde constatar.

Pretendidos como sujeitos, os garis aparecem como coadjuvantes de sua própria história para confirmar as "palavras de ordem" do líder maior. A imagem que deles se projeta é a imagem idealizada pela militância, sem lugar para conflitos e contradições: o gari é aquele que, em coro uníssono, reafirma a falta de condições de trabalho, o achatamento salarial, a importância da luta, entre outras questões já delineadas pelo presidente, resultando em vídeos sem problematizações. A imagem projetada neste espelho, portanto, nada de novo revela, e o trabalhador nada vê além do que já conhece. Ele se olha, enfim, mas não se vê.

A pós-produção, por sua vez, só irá acentuar o desempenho no nível da produção básica. Ignorando a formação de sentido possível entre duas imagens, uma edição norteadora de sentido inexistente. O que há, é uma mera junção de partes sem a pretensão com a formação de um todo coerente, onde às pré-gravações e às gravações, durante a referida festa, são anexados os depoimentos posteriores como blocos independentes, sem nenhuma interrelação interior que os justifique. Assim, ao depoimento invariável do presidente do sindicato, e dos garis, seguem-se imagens da festa que são, por sua vez, acompanhadas pelas imagens de uma manifestação pública. Reduzida a uma mera limpeza de excessos, ou de imagens mal captadas, a edição contribui para a construção de um discurso vazio já neutralizado, em parte, pelo caráter de redundância pouco objetivada que domina as cenas gravadas.

Além da forma como produz, o uso posterior também constitui etapa fundamental na garantia de coerência entre produto de vídeo e objetivo do vídeo popular. Neste caso, a prática da TV Gari acompanha, sem um projeto definido, a efemeridade e a fragilidade das lutas empreendidas pelo sindicato, em lugar de se constituir suporte para sua evolução e crescimento.

De instrumento versátil que é, o vídeo reduz-se ao apoio à

organização e à mobilização, como um meio primário, sendo utilizado muito aquém de suas possibilidades. Muito pouco chegou a cumprir com seu papel de "potencialização", ampliando os espaços de atuação para fora do movimento sindical numa única oportunidade, quando imagens locais foram enviadas para um outro sindicato da categoria, na Bahia. Como "diálogo", o vídeo ensaiou a conquista de um importante papel ao sugerir, com as gravações, a possibilidade de intercâmbio entre população e autoridades constituídas. A prática, porém, na sua fase mais importante de exibição e utilização posterior, não se cumpriu<sup>5</sup>.

Esta falta de projeto de uso para além da gravação, aliás, pode ser computada como elemento que coloca o vídeo igual à TV. Sem exibição e discussão posterior, o vídeo perde o sentido de promoção da aglutinação e, portanto, o sentido de instrumento de grupo. Ele permanece vazio, não preenchido pela superficialidade das observações que são apenas coletivizadas, sem seguir rumo ao objetivo do autoreconhecimento, ao contrário da idéia de "terceiro ativo" defendida por Milliard e Willener<sup>6</sup>.

Com tais observações, pode-se considerar que o caráter de classe, na constituição da TV Gari, junto ao sindicato homônimo, não tem garantido a fiel expressão dos interesses do conjunto da categoria dos garis; apesar de "nascer de dentro", como quer Cirotti<sup>7</sup>, nem por isso "A Garra do Gari" deixa de ser pouco problematizador, apresentando o teorema padrão que confronta capital e trabalho na pele de mocinhos e bandidos. No caso, o caráter endogênico do vídeo, acabou por reduzi-lo a produto "de" e "para" um gueto.

---

<sup>5</sup> Parte I, capítulo 2, item 2.1.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> V. parte I, cap. 1, item 1.2.

### *CAPÍTULO 3*

#### **TV GARRANCHO**

A TV Garrancho é o grupo de vídeo popular mais difícil de ser analisado pois mal inicia, de forma organizada e sistemática, suas atividades. Aliados, o pouco tempo de atuação (desde meados de 93) e a precariedade da infra estrutura tem limitado sobremaneira a produção, o que impossibilita uma análise no nível da realizada junto as TV's Memória e Gari. Ainda que bem mais limitado, porém, o estudo se faz necessário; de um lado, para documentar as dificuldades que se colocam nos momentos iniciais do trabalho junto aos movimentos populares e sociais, ao mesmo tempo que registra as bases em que se plantarão o modo e as relações de produção do grupo, no futuro.

No momento em que tudo se acha por fazer, a TV Garrancho evidencia, em sua constituição inicial, o projeto político baseado na visão de mundo de dois militantes dos movimentos populares e sociais e, especificamente, do movimento estudantil, do qual participam mais sistematicamente. Se tal constituição, aliada a uma independência mais formal de qualquer entidade popular (talvez devendo aí incorporar a 'filiação' a partidos políticos de esquerda aos quais os dois integrantes estão pessoalmente vinculados), caracteriza uma proposta política de caráter quase individualizado, por outro lado, já se pode entrever, na TV Garrancho, algumas especificidades que apontam na direção de um projeto comunicacional mais abrangente, ainda que de forma tímida.

#### **. O projeto de vídeo da TV Garrancho**

O que mais marca a importância do trabalho da TV Garrancho é a sua preocupação com a exibição, que já se faz presente mesmo quando a produção se encontra em fase tão incipiente demonstrando, para além da preocupação com o objetivo básico de ser documento do próprio processo do

movimento popular e social, a intenção do grupo de trabalhar a formação política. Além da exibição constante do material bruto nas escolas, onde o vídeo é utilizado como suporte para a realização de debates, a TV Garrancho já chegou a ultrapassar inclusive as fronteiras da capital onde está inserida e até do Estado. Promovendo o que Gauthier definiu como "vídeo-diálogo", a TV Garrancho segue estabelecendo contato entre grupos que não se conhecem ampliando, com isso, as perspectivas dos movimentos conforme aconteceu com os grupos de sem terra de Pernambuco. Com tais preocupações, talvez seja este o grupo mais próximo de exercitar a contento a função de "potencialização", preconizada por Motta como a função que tem por objetivo fazer com que os movimentos tenham "maior repercussão, alcancem públicos externos, cheguem a outras comunidades.." A característica não é suficiente, porém, para fazê-lo atingir o nível de "estímulo" pois, como material bruto, o nível de articulação das idéias não se torna suficiente para promover o surgimento de conflitos e contradições<sup>1</sup>.

A iniciativa, apesar de limitada pela base no material bruto, permite visualizar, portanto, a consciência do vídeo como instrumento de grupo, visando sua utilização para a reflexão e a formação política. Assim, a TV Garrancho é, talvez, e guardada as devidas proporções com as demais experiências, o grupo que mais se aproxima de uma proposta de comunicação" voltada para o "auto-reconhecimento de si e de seus semelhantes." Ainda que esses debates sejam levados de maneira informal, sem uma preocupação de ordem metodológica, o caminho traçado pela TV Garrancho indica, em suas primeiras atitudes, uma apropriação do vídeo para além de mero "registro da memória". Ou seja, mesmo sem chegar a constituir efetivamente um instrumento de reflexão, se limitando apenas a um instrumento de formação política entendida "strito sensu" - ações mais explicitamente entendidas como "políticas" (greve, atos públicos, passeatas ou greves) - a TV Garrancho já demonstra querer ultrapassar os limites de

---

<sup>1</sup> Ver parte I, cap. 2, item 2.1.

atuação voltada para os aspectos mais operacionais da organização e mobilização.

Por outro lado, embora não seja possível falar em produção propriamente dita posto que, a nível do roteiro, não existem idéias para serem desenvolvidas e, de modo geral, não existe uma produção que se cumpra nos termos determinados classicamente, não se pode deixar de observar, nos registros, a tendência para o documento do processo de organização e mobilização dos movimentos. Assim, a constatação denota a dificuldade do grupo em transcender o real social se limitando, como os demais, ao registro de eventos como passeatas, atos públicos, reuniões.

## CONCLUSÕES

### "ou para além da dicotomia entre processo e produto"

A análise dos primeiros grupos de vídeo a se constituírem em função da vinculação aos movimentos populares e sociais, em Natal, permite fazer algumas considerações em torno do fator participação como elemento fundamental na caracterização da experiência do vídeo popular.

Com relação à primeira fase das TV's Memória e Gari, pode-se identificar algumas contradições básicas entre a concepção participativa adotada (e expressa) na prática e no conjunto das produções dos dois grupos, e os objetivos de transformação social pressupostos nos processos de desenvolvimento voltados para o autoconhecimento, inerentes à proposta de vídeo popular.

Um primeiro aspecto a destacar diz respeito à identificação dos atores sociais envolvidos na produção videográfica cuja participação tem sido normalmente associada à democratização do processo comunicacional.

O conceito de democratização da informação está embasado pela idéia de controle dos meios de comunicação - na criação e gestão - pela população - sugerindo uma abrangência que se coloca em oposição à falta de acesso pelo cidadão comum, a esses meios, conforme colocava Motta<sup>1</sup>, referindo-se à persistência desta situação em plena era da "multimídia".

Com uma postura bem mais restrita, a concepção participativa adotada pelas TV's Memória e Gari refere-se, na verdade, à participação de setores da militância dos movimentos que, no primeiro caso, se encontram no interior do CDMP enquanto no segundo, vincula-se ao Sindicato de Trabalhadores da Urbana, sendo dirigida e tendo sua produção realizada por integrantes da diretoria do sindicato. Com um modo de produção tradicional,

---

<sup>1</sup> V. introdução.

caracterizado pela relação vertical entre emissor e receptor, a participação vai se dar ao nível da produção, desprezando - total ou parcialmente - o momento de utilização posterior do material produzido. Com isto, a concepção comunicacional adotada nega esta mesma participação ao conjunto da categoria ou do movimento a que está vinculado.

A concepção participativa restrita, dos dois grupos, confirma as colocações de Fontcuberta<sup>2</sup> quando questiona o fato do meio comunicacional se configurar como opção frente aos grupos política e economicamente dominantes (e que mantêm o controle dos meios de comunicação), como condição básica para aquele meio ser considerado "alternativo" ao sistema.

A redução do vídeo a mero veículo da informação, na produção, desprezando os momentos anteriores e posteriores desta produção, levará a concordar com Gómez<sup>3</sup> quando critica a concepção processual comumente supervalorizada, na prática do vídeo popular. Para o pesquisador, a transferência de tecnologia não garante a obtenção de vídeos verdadeiramente participativos e que reflitam a visão de mundo de seus protagonistas. Defendendo vários níveis de participação, Gómez afirma que aquele modelo tem base exatamente na visão clássica de elaboração da mensagem da TV, que despreza os contextos de utilização posterior e avaliação. Paradoxalmente, estas constituem, exatamente, as etapas mais importantes para a participação, posto que garantem o "feed-back" que, em sua dialeticidade, é o que possibilita o controle popular na busca do respeito pela sua autenticidade.

A análise da fase inicial da TV Memória mostrou a produção de vídeos totalmente desvinculada de um processo de articulação em torno da exibição, responsabilidade que a entidade, deliberadamente, transferiu para o âmbito dos outros movimentos. Exceção à regra, "Despedida Nativa" chega a ser

---

<sup>2</sup> O contexto comunicacional e a formulação de uma referência de análise: a questão da participação, parte I, cap. 1, p. 36

<sup>3</sup> Anos 80: o vídeo é a "anti-TV", parte I, cap. 2, p. 49.

arrolado como prova em processo judicial e as Brigadas de Vídeo, um ano após a criação da TV Memória, vai se constituir na experiência mais ousada de exibição sistematizada, nas ruas do centro da cidade. Neste último caso, onde se elaborou, pela primeira vez, um projeto de comunicação, o caráter imediatista da obtenção do voto fica logo evidente quando, terminado o contexto da eleição em que se desenvolveram, as Brigadas saem de cena para só voltar, com menor intensidade, mas nos mesmos moldes, nas eleições de 89. Esse caráter imediatista só irá se acentuar, chegando inclusive a alterar o caráter de rua das Brigadas, com o programa gratuito eleitoral, na campanha de 1990, onde a anterior possibilidade de interlocução direta do candidato é eliminada, devido à intermediação da TV.

Sem investir de uma forma mais significativa no retorno do material, a postura da TV Memória mostra-se contraditória com os objetivos da formação, que fazem parte da concepção do vídeo popular, pois se respalda naquele esquema tecnológico visualizado por Gómez, como o modelo que "joga todo o peso da elaboração da mensagem na sua execução técnica", e despreza, no caso, nem tanto as definições iniciais mas, principalmente, "os contextos da utilização posterior e a avaliação"<sup>4</sup>. É exatamente na exibição, no entanto, que se faz a "prática descondicionante sem a qual o vídeo permanecerá "vazio", distante das ações coletivas que, em torno dele, deverão se dar, no sentido de conduzir os sujeitos da ação a um "reconhecimento de si e de seus pares"<sup>5</sup>.

Na TV Gari, a falta de um projeto de utilização se apresenta diferentemente já que o sindicato ao qual o grupo se vincula, dispõe de um auditório onde o material bruto é continuamente exibido. Há portanto, a garantia do retorno do material embora este retorno se apresente com outras formas de limitações.

Como coloca Ulloa, não basta ao vídeo ser exibido para ser

---

<sup>4</sup> Anos 80 ..., p. 49.

<sup>5</sup> Idem, p. 49.

considerado "instrumento de grupo". A exibição tem que ser completada pelos encontros que favorecem "aqueles dispositivos de estímulo, espelho e diálogo" - e é com a animação que este encontro se dá: "animação é pôr em contato"<sup>6</sup>, diz Ulloa, um contato onde o vídeo funcione como "pretexto para a mirada sobre a realidade local" chegando à identificação das demandas e necessidades específicas.

Sem um projeto de utilização posterior que incorpore a animação, portanto, o registro da memória do movimento sindical fecha-se em torno de si mesmo, reduzindo o "efeito-espelho" ao seu nível mais básico, sem esgotar o ciclo completo do processo comunicacional envolvendo o receptor.

A participação "de dentro" do movimento - ao nível da produção - não garantiu ao vídeo na forma como foi utilizado pelas TV's Memória e Gari, portanto, ser instrumento de grupo já que, sem um projeto para utilização posterior do material gravado, a idéia de "terceiro ativo" colocada por Willener e Milliard<sup>7</sup> fica só na promessa.

A redução do vídeo a agente de uma comunicação verticalizada, desenvolvida nos mesmos moldes da comunicação feita pela classe dominante vai implicar, conseqüentemente, na redução do papel de "contrainformação" que inspirou o trabalho dos dois grupos, no sentido da contraposição às oligarquias políticas de Natal, perfurando o "feudo" dos meios de comunicação de massa, a nível local.

Neste sentido, pensar a contrainformação a partir do uso d vídeo como instrumento de "denúncia" e "diálogo" para gravações de reuniões de negociação entre sindicato e empregadores, manteve a TV Gari coerente com seu papel de "autodefesa contra a dominação política, cultural e econômica"<sup>8</sup>. O ciclo da contrainformação irá se completar com a exibição do material bruto embora,

---

<sup>6</sup> Anos 80..., p. 49.

<sup>7</sup> Idem, p. 49.

<sup>8</sup> Vide o contexto comunicacional..., p. 36.

sem a instalação, nesta fase, dos "caminhos de desenvolvimento", possíveis a partir de uma metodologia de animação, falte o "estímulo" necessário à evolução rumo ao objetivo do autoconhecimento possibilitado com o "espelho" do vídeo.

Com a TV Memória, a falta completa de uma preocupação no sentido do uso posterior do material gravado, nesta primeira fase (salvo as exceções já colocadas) reduz ainda mais o potencial de contrainformação do vídeo. Como tal, a TV Memória deixa de cumprir seu papel de apoio político-pedagógico no sentido de "orientar" e "ampliar" os movimentos, reduzindo-se ao apoio ao nível mais básico da organização e mobilização, caracterizado pelo imediatismo e efemeridade<sup>9</sup>.

A partir das considerações anteriores, pode-se concluir que a atuação dos grupos de vídeo de Natal, na fase inicial que vai da criação e consolidação das TV's Memória e Gari (de 86 a 90), acompanha o caráter efêmero e fragmentado dos movimentos populares e sociais, conseguindo dificilmente impor um ritmo próprio. Com um caráter mais organizativo e reivindicativo do que formativo, os grupos de vídeo popular têm sua atuação canalizada para o atendimento às necessidades mais imediatas do movimento popular e social aos quais se vincula, em detrimento de um caráter político de "enfrentamento e de resistência frente à imposição massiva ou de afirmação da ideologia popular"<sup>10</sup>. Dessa forma, as propostas de transformação social - seja a nível da luta pelos direitos humanos, de um modo geral, ou dos direitos dos garis, em particular, se fazem suplantar pela busca à conquista dos objetivos mais imediatos.

Assim, apesar de, nesta primeira fase, os produtos de vídeo das TV's Memória e Gari ensaiarem algumas possibilidades de uso como instrumento de registro da memória, denúncia, debate ou diálogo, chegando a atingir, em

---

<sup>9</sup> Vide o contexto comunicacional..., p. 36.

<sup>10</sup> Idem, p. 36.

alguns momentos excepcionais, o nível de estímulo necessário à promoção de "caminhos de desenvolvimento" com o objetivo de estabelecer processos de autoconhecimento, as contradições verificadas na análise das experiências dos grupos de vídeo popular de Natal irão impedir a caracterização dessas experiências como um movimento político.

Nos termos colocados por Bobbio, a conceituação de movimento político se refere à "ação política visando interferir nas modalidades de acesso aos canais de participação política, e de mudanças nas relações de forças"<sup>11</sup>. Neste aspecto, os dois grupos muito pouco interferem na correlação de forças a nível local. Na TV Memória ainda se presencia dois momentos de exceção onde os vídeos "Despedida Nativa" e "E Se de Repente um Pedaco de Natal...", se inserem em projetos (ou pelo menos ações) na luta pela cidadania. A (boa) iniciativa da TV Gari em gravar as reuniões do Sindicato com autoridades e lideranças locais, por sua vez, é neutralizada pela falta de uma política de utilização posterior, que potencialize o impacto dessas informações no sentido da denúncia e da formação política.

Com base nessas reflexões é que se tenderá a inverter, aqui, o sentido da discussão em torno do vídeo-processo e vídeo-produto, levada adiante pelos adeptos do vídeo-popular. Sem desprezar o que representa a participação protagônica de integrantes dos movimentos, na produção, a análise das experiências de vídeo popular em Natal, demonstram que o processo, por si só, não garante a obtenção de vídeos que expressem a visão de mundo dos sujeitos da ação. Sem se fazer acompanhar pela exibição, e pelos processos de desenvolvimento possíveis com a animação, o vídeo-processo pode se reduzir a privilégio de um grupo selecionado. Por seu lado o produto, que teve seu papel desprezado enquanto foi considerado mero suporte da linguagem dominante, principalmente na produção verticalizada da TV, se mostra como o elemento que

---

11 V. o contexto da apropriação do vídeo pelos movimentos populares e sociais, parte I, cap. 1, p. 27

possibilita, em torno de si, as funções que fazem do vídeo, além de um pretexto para aglutinação, instrumento de grupo, conforme se pôde verificar na observação às tentativas de utilização do produto gravado.

Como tal, embora não tenha sido apontado como objetivo, a análise de alguns aspectos referentes aos conjuntos das produções dos dois grupos, se fará presente, através da observação de alguns elementos relacionados ao produto que chamam a atenção, nesta primeira fase, principalmente pelo caráter de antagonismo face os objetivos de transformação social do vídeo popular. Sem pretender, com isso, a defesa de um "modelo ideal" para o produto do vídeo popular, não se pode esquecer que o produto reflete o modo como se faz o vídeo, acrescentando informações sobre seus produtores.

Na TV Memória, a concepção participativa limitada à produção e, conseqüentemente ao grupo que controla o meio comunicacional, com a forma de produção tradicional, se concretiza no completo desvio temático do conjunto da produção, dos objetivos da luta pelos direitos humanos, para se dedicar à temática voltada para aspectos relacionados à militância dos movimentos. A postura, se é justificada, conceitualmente, pelo grupo, como uma forma de entender a luta pela cidadania, irá se traduzir, na maior parte das vezes, no total distanciamento das questões relativas aos direitos humanos, como ilustra bem o percentual de 83,1% de produções voltadas, especificamente, para o objetivo de obtenção de votos em processos eleitorais<sup>12</sup>.

Com a falta de um projeto de utilização posterior ou seja, sem um momento que possibilite a avaliação e o controle sobre o produto, criam-se as condições favoráveis para o discurso voltado para um gueto, para seus próprios produtores. Até apresentar, no primeiro programa da TV Comunitária, uma noção de cultura popular que aponte para a complexidade que o conceito

---

<sup>12</sup> À exceção dos vídeos, "SOS Zona Norte" e "E Se de Repente um Pedaco de Natal..." que, apesar de realizados visando a propaganda eleitoral, exploram diferentes aspectos da violação dos direitos humanos. V. parte III, cap.1: "TV Memória".

comporta, a abordagem dos programas da TV Memória se fará, basicamente, através de um discurso ufanista que promove os eventos da organização e mobilização, ou a tentativa direta de cooptar setores das camadas populares para os fins idealizados como de seu interesse, em lugar de trabalhar para a construção do perfil de um *cidadão* em consonância maior com a complexidade da vida real. Com isso, a entidade de Direitos Humanos nega, mais uma vez, seu papel "político-pedagógico" de "ampliar a capacidade de percepção localista dos movimentos, para visões mais universalistas", mantendo a discussão, sem problematização, no seu nível mais imediato.

Ao contrário da TV Memória e suas produções distanciadas da discussão da temática sobre os direitos humanos, a produção da TV Gari tem 100% de sua produção voltada para questão sindical específica, se mantendo coerente com o papel de grupo "popular" que tem por objetivo a "autodefesa intelectual contra a dominação política, cultural e econômica" dos garis.

Apesar da coerência entre objetivos do grupo e desenvolvimento da temática sindical, a imagem que o "espelho" reflete idealiza, na verdade, a cultura popular, que aparece representada pela figura do ativista político, ao mesmo tempo que renega seus aspectos mais contraditórios, desconsiderando sua forma de ser construída que é, não raras vezes, a partir de sua própria negação, quando absorve os valores da cultura dominante.

Com esta diferenciação básica a nível do desenvolvimento de temáticas, o conjunto das produções dos dois grupos guardam alguns aspectos em comum: de um modo geral, eles se mantêm na superficialidade das lutas empreendidas, sem adentrar na discussão estrutural sobre as causas de sua conformação, o que reflete a incorporação do conceito de classe imposto pela classe dominante<sup>13</sup>.

Na única ocasião em que se debruçou sobre a questão estrutural -

---

<sup>13</sup> V. o contexto da apropriação do vídeo..., p. 27.

com temática sobre comunismo em "O Nome é Lula" - a TV Memória se desviou da discussão saindo pela solução mais fácil da sua negação. Na TV Gari, nem mesmo com a vinculação ao sindicato, que lhe confere um caráter explícito de classe, a menção à questão estrutural evitou de cair no panfletarismo da confrontação imediata com o poder estabelecido. Ainda evidenciando a desarticulação do discurso no sentido de questionar suas bases sociais, o volume das produções, basicamente de denúncias, são mantidos, na sua quase totalidade, na forma de material bruto.

Com essas características, a atuação dos dois grupos de vídeo nesta 1ª fase, não chegaram a constituir o que Bobbio denominou "movimento de classe"<sup>14</sup>. Guiados pelo imediatismo, faltam ações que contribuam para subverter a verdadeira ordem social advinda com a transformação do modo de produção e das relações de classe. Aliado à falta de um projeto de uso posterior, a ampliação da capacidade de percepção dos movimentos populares e sociais, encontra raros momentos de desenvolvimento no conjunto da produção dos dois grupos, onde a exploração da temática possa fazer refletir as questões sociais em seus aspectos mais globais.

A falta de profundidade na tentativa de entender o processo de lutas vivenciadas cotidianamente, pode coincidir com o colocado por Barbero, para quem os adeptos da comunicação popular têm absorvido um conceito de política que trabalha "sobre o manifesto, sobre o imediato" e que, "vindo documentar, dá conta do político na medida que dá conta do fatos políticos, de datas políticas", em detrimento de "outras dimensões da vida real"<sup>15</sup> a dimensão da cultura, do imaginário.

A prática dos adeptos do vídeo popular poderia, assim, se encaixar perfeitamente nesta concepção de política, e ela se reflete também na redução do

---

<sup>14</sup> V. o contexto da apropriação do vídeo..., p. 27.

<sup>15</sup> Anos 80..., p. 49.

instrumento videográfico a elemento aglutinados que vem herdar o caráter essencialmente documental da fotografia - pouco explorando suas possibilidades em função das características que lhes são próprias.

Ainda que formado por registros representados sob a forma de material bruto (TV Gari) ou edição básica, com cortes secos e planos longos (TV Memória), porém, se caracterizando muito mais pela não exploração dos recursos da linguagem - e se distanciando, conseqüentemente, das incursões pelo imaginário, em favor do "real" documental - o produto do vídeo popular se apresenta, não raro, tão alienante quanto aquela produção que canaliza a satisfação dos desejos para o consumo, como forma de manipulação do inconsciente, através do uso "regrediente" da fantasia<sup>16</sup>. Mantendo-se no nível da superficialidade que não penetra na dimensão extrapolítica, a dimensão da cultura que, para Barbero, é a responsável de fato pela raiz dos posicionamentos políticos, pode-se afirmar que o conjunto da produção dos grupos de vídeo popular de Natal, de um modo geral, nesta primeira fase, assume um tom tão essencialmente positivo quanto o dominante.

Todas essas considerações pretenderam resgatar a noção de produto como reflexo de um processo que, nem sempre, garante a coerência dos objetivos no produto, a partir da produção; esta é apenas ponto de partida para a instalação de "caminhos do desenvolvimento" que, a partir do produto gravado, na exibição, irão se dar.

Assim, caracterizando-se como um movimento essencialmente reivindicativo, sem preocupações concretas com o retorno a nível da reflexão, e sim apresentando um conteúdo marcado pela mera inversão de códigos a nível ideológico, as experiências de vídeo popular em Natal, nesta primeira fase, muito pouco oferecem de concreto para contrabalançar a estrutura hegemônica da comunicação a nível local. Através dos meios de comunicação de massa, os

---

<sup>16</sup> Anos 80..., p. 49.

grupos econômicos atuam livremente levando a milhares de natalenses, diariamente, a versão oficial da classe trabalhadora. Através da programação diária, a classe dominante segue com seu projeto de generalizar o seu conceito particular de mundo, com objetivo preciso de manter a estrutura social tal como está, tendo no aparelho estatal fortemente inserido nas organizações populares de Natal, um aliado permanente<sup>17</sup>.

É verdade que toda a rigidez desta avaliação não pode deixar de ser relativizada, pelas dificuldades operacionais, técnicas, financeiras e filosóficas do trabalho social, principalmente em seus momentos iniciais trazendo, obviamente, dividendos para a ação política.

No caso da TV Memória, este primeiro momento assinala sua importância como período de "gestação" da entidade que virá, a partir de diversas iniciativas. A produção videográfica pontual e as Brigadas de Vídeo, iniciando a exibição sistematizada, principalmente, apesar de todas as limitações aqui exaustivamente apontadas, representam todo o avanço que, aquela época, foi possível realizar. A participação em cursos visando a capacitação (não só a nível de treinamento), demonstra a ambição pelo crescimento intelectual, enquanto a associação à ABVP, desde o início, assinala a visão ampla apontando para o intercâmbio e a articulação a nível nacional. A preocupação com a transferência de conhecimento começa a respaldar as iniciativas no sentido do estabelecimento das chamadas "parcerias" a nível local, onde, de participante, a TV Memória passa a articular a promoção de cursos visando a capacitação dos integrantes da TV Gari e do grupo que irá se formar proximamente.

Assim, pode-se dizer que existe, na TV Memória, desde o início, o germe de uma preocupação com base numa concepção comunicacional que acabará por ser imposta, fazendo avançar o projeto de vídeo popular. Tal não acontece com a TV Gari, onde as experiências a nível da capacitação, só para

---

17 V. o contexto do ressurgimento dos movimentos sociais e populares, em Natal, na parte II, cap. 1, p. 84

citar um momento da prática, se limitam a treinamentos para operação de câmara. Mostrando-se muito mais dependente do superativismo do movimento sindical, a TV Gari muito pouco irá acrescentar neste novo momento que irá de 91 a 93. Sua atuação, nesta fase atual, sequer pode ser justificada pelas dificuldades financeiras já que, ao contrário da TV Memória, a vinculação do Sindicato lhe garante o apoio necessário. Apesar dos recursos que possibilitam, com frequência esporádica, a veiculação de chamadas pela TV, porém, o vídeo continua sendo utilizado em função dos objetivos mais imediatos, segundo o próprio diretor de formação sindical, devido à falta de priorização do trabalho de conscientização e do papel da comunicação neste contexto. Estagnada no espelho em seu nível mais básico, a TV Gari evidencia um caminho longo a percorrer.

É, portanto, na TV Memória que irão se dar as mudanças mais significativas a nível do vídeo popular já que o terceiro grupo analisado - a TV Garrancho - apenas a partir de 93 passará a atuar de forma mais sistemática.

O projeto de utilização vai significar a promoção de um verdadeiro salto qualitativo pela TV Memória que, no primeiro momento de sua formação atuou, majoritariamente, em torno de um projeto apenas alternativo ao monopólio da comunicação sem chegar, no entanto, a suprir com a falta de canais de expressão do movimento popular e social em Natal. Trabalhando sobre suas preocupações a TV Memória, no segundo momento que vai se dar a partir de 90/91, passa a assumir uma posição mais próxima de um projeto efetivamente popular, no sentido de uma maior aproximação das camadas populares em seu "conflito pela sobrevivência, no seu enfrentamento à dominação política, cultural e econômica". Assim, vídeos como Emanuel Vive e Tortura Nunca Mais, além de abordarem temas atípicos na TV, subsidiam debates em Encontros e diversos eventos cuja expansão, o estabelecimento de parcerias possibilita. O vídeo sobre teatro de rua, por sua vez, insere-se na campanha contra a pena de morte passando a ocupar praças, calçadas e espaços públicos. Com a TV Comunitária, instala-se um fórum permanente contra a violência e pela conscientização face a

questão, onde a nova concepção atinge seu auge aliando de maneira integrada, pesquisa em direitos humanos e produção videográfica ou, mais exatamente, o GT "Comunicação" ao GT Violência e Cidadania.

Resultando dessa nova fase, o produto do primeiro programa da TV Comunitária, reflete um cidadão popular diferente do modelo anteriormente idealizado. Como resultado de um processo dinâmico, mais independente do controle de quem mantém o meio comunicacional, a elaboração do produto não está livre de incorporar elementos ambíguos e contraditórios, já que eles são elaborados, "num contexto de dominação onde o pensamento das classes populares - mesmo num grau de consciência considerável - está impregnado de valores dominantes, (...) mesmo quando são coletivamente definidos<sup>18</sup>.

Enquanto as TV's Memória e Gari definem seus caminhos próprios, a TV Garrancho, a partir do final disso que se considerou um segundo momento do movimento de vídeo, em Natal, se institucionaliza e lança as bases da sua atuação. Do pouco que se pode concluir, deste início (melhor seria dizer identificar tendências), a atuação da TV Garrancho comprova que as limitações a nível da produção (financeira e de equipamentos) não têm chegado a impossibilitar ou desestruturar a atuação na área de vídeo. Ao contrário, a preocupação com a formação política, mesmo com a produção escassa e a limitação ao material bruto, é concretizada, desde este início, nas exposições de registros como o "Fora Collor", seguido de debates em bairros e escolas públicas da cidade. Investindo na exibição, lançando mão da produção de terceiros (incluindo aí as produções do acervo da TV Memória, e da TV Gari), a TV Garrancho valoriza exatamente o momento da utilização posterior, o momento que justifica todo o esforço da produção em comunicação.

Ainda que a iniciativa do debate seja, neste início, concentrada em militantes dos movimentos Eclesiais de Base e do movimento estudantil, e a

---

<sup>18</sup> V. o contexto comunicacional, parte I, p. 36.

grupos restritos aos movimentos de bairro - sem perspectivas, no momento, de ampliação da participação popular - este já é um trabalho pensado em todas as suas etapas e possibilidades, no sentido da formação política, ao contrário do que se deu com as TV's Memória e Gari, muito melhor estruturadas do ponto de vista material, como de recursos humanos (considerando que esses dois grupos de vídeo contam com a vinculação ao Centro de Direitos Humanos e ao Sindicato, respectivamente). A concepção comunicacional assumida neste breve ensaio de atuação da TV Garrancho, sugere uma postura que leva em conta o vídeo como instrumento de um projeto comunicacional pautado pela necessidade de transformação social. E ainda que muito se vá trabalhar até chegar a uma proposta de método que possa garantir o espaço ideal para a participação e expressão popular, pode-se sentir, neste início, o traçar de um caminho mais aberto às problematizações da interação a partir da relação interlocutor-meio-interlocutor, do que a imposição vertical da relação unilateral entre emissor e receptor.

### **. O vídeo, o projeto de utilização posterior e a TV**

O que é interessante de observar, ao final de todas essas conclusões, é que a valorização da etapa de utilização posterior nada mais faz do que valorizar o vídeo naquilo que lhe é mais característico e, ao mesmo tempo, no que mais o diferencia da TV: o momento da recepção, levado em sua noção mais coerente com a concepção que equilibra as relações entre emissor e receptor.

Conforme se colocava anteriormente, a etapa de utilização posterior inclui não apenas a exigência da exibição mas uma sorte de circuitos integrados em torno de públicos específicos para refletir sobre determinado assunto. A animação que leva à prática descondicionante só é possível - verdadeiramente - com o vídeo: é com ele que se pode "gravar de diversas maneiras, montar pedaços, retomar tudo ou parte de emissões existentes ou de programas feitos pelos outros". A construção de "caminhos de desenvolvimento" que possibilita a

indivíduos e grupos, é conseguida a partir de sucessivos estágios de registro, exibição e discussão, percorridos no processo do "vídeo de grupo"<sup>19</sup>. O controle de recursos, aliado à autonomia face o controle político e econômico da classe dominante, possibilitam ao usuário e à comunidade, seguir seu próprio ritmo.

Em outras palavras, até tomar consciência da importância do projeto de utilização como etapa obrigatória do projeto comunicacional da TV Memória, faltava ao vídeo se impor pelo que lhe é mais característico. A televisão, mais do que qualquer outra linguagem, talvez, sempre apareceu como referência à produção videográfica. Na década de 80 era a "vilã" frente à concepção mais equilibrada da relação interlocutor-meio-interlocutor, possibilitada pelo vídeo, postura que na sua forma mais extrema, levou as produções a se justificarem no próprio processo. Nos anos 90, a TV passa a ser objeto do desejo, degrau a conquistar, ou seja, de veículo da mensagem autoritária que "de um pólo emissor se dirige a um receptor supostamente dócil e permeável ao conteúdo persuasivo", a TV se transforma na sublimação da capacidade de expressão do vídeo, na aura que o cobre de legitimidade e atesta sua qualidade<sup>20</sup>.

Apesar de não poder serem acusadas de aderir à concepção anti-TV, até porque não exploraram os recursos que opõem o vídeo, como instrumento de grupo, à estrutura de transmissão massificada da TV, as escolhas realizadas pelos produtores das TV's Memória e Gari, acabaram por limitar as produções e respectivas experiências a guetos pois se desobrigavam, total ou parcialmente, das etapas de retorno e da avaliação, como bem atesta a análise dos grupos na 1ª fase. Como a vídeo-arte, os videases populares se fecharam em torno de produções voltadas para si mesmos. Mas o mais contraditório disso é que, enquanto os artistas plásticos dedicavam-se a uma prática que traz em sua essência a justificativa para o exercício solitário de autor, os adeptos da experiência de vídeo

---

<sup>19</sup> V. Anos 80..., p. 49.

<sup>20</sup> V. itens 2.1 e 2.2, cap.2, parte I.

popular tinham por pretensão a relação com a classe dominada e, por objetivo, a transformação social - o que, por si só, elege como parceiro o trabalho coletivo. Neste sentido é que se destaca o trabalho da TV Garrancho que, em sua fase inicial, já deixa antever a preocupação com o uso posterior do material gravado, incorporando um sentido de coletividade ao projeto de vídeo.

Apesar de tudo o que se distancia da massificação da produção da TV, portanto, pode-se dizer que, de um lado, o processo endógeno do vídeo não foi capaz de elevá-lo a nível de instrumento de grupo. No caso da maior parte das produções (TV Memória e TV Gari), é o que atesta o número de "registros para a memória do movimento", a abordagem, em geral, do conjunto das produções, restringindo o uso de funções como espelho e diálogo, entre tantas outras, conforme já se verificou anteriormente.

Do lado contrário, quando decidiram se aproximar da TV, as experiências de vídeo popular em Natal, no caso, principalmente as TV's Memória e Gari, mais uma vez, deixaram a impressão de não se fazerem em si próprias, mas pela frustração em não ser um veículo de massa, como sugerem os nomes de um grande número de grupos. Em Natal são "TV" Memória Popular, "TV" Gari e "TV" Garrancho. Para além dos aspectos formais, o que interessa verificar é que nas experiências que tiveram com grandes públicos a TV Gari, pagando publicidade em campanha contra a privatização, e a Memória, na primeira fase com os 52 programas para o horário Eleitoral Gratuito - (ambos veiculadas pela TV comercial) - desviaram-se totalmente dos princípios do vídeo popular, submetendo-se à lógica de produção massiva e ao atendimento aos objetivos mais imediatos do que aos da reflexão.

O momento atual tem sido marcado pela procura de um meio termo na relação entre vídeo - e sua necessidade de atingir públicos massivos - e a TV - promovida pelo movimento a nível "oficial" (leia-se ABVP), a "espaço público" passível de interatividade e tão propícia à noção de "processos de resistência" e

"reelaboração cultural" quanto o primeiro<sup>21</sup>. Este lugar de interseção entre vídeo e TV tem sido o da TV Comunitária que, no Brasil, tem tomado a forma das "TV's de Rua", aliando a participação popular, na elaboração da mensagem e o fechamento do ciclo de reconhecimento, nas exibições em praças públicas ou em circuitos fechados, experiências que a ABVP pretende integrar com o produto de rede nacional de TV's de Rua. A TV Comunitária, em Natal, anuncia, de certa forma a possibilidade deste projeto, aliando a produção e a distribuição pela TV Memória, à dinâmica da exibição de rua, garantindo a difusão numa "interação direta com um número maior de beneficiários"<sup>22</sup>.

Ainda assim, com tudo o que pode proporcionar a combinação entre vídeo e TV, não se pode perder de vista as especificidades de cada veículo, visando os objetivos da proposta comunicacional do vídeo popular: reflexão e conscientização através do reconhecimento de si, só possível com o ciclo completo da interação e "feedback" possibilitado na recepção.

Para além do preconceito que criou a concepção anti-TV, e do simplismo com que alguns vêem a veiculação massificada como solução para a prática do vídeo popular, a conquista - necessária - do uso social do satélite, reivindicada pela ABVP e pelos que lutam, no momento, pela democratização dos meios de comunicação, traz implicações que devem ser consideradas na perspectiva de uma suposta limitação do espaço audiovisual para os que fazem o vídeo popular. O lugar do vídeo é o espaço coletivo onde haja garantia para a participação interativa, como já foi possível visualizar nos diferentes momentos da existência ou não dos projetos de utilização posterior dos grupos de vídeo popular em Natal. Na televisão, é preciso toda a atenção para o perigo de se transformar em simulações de participação à moda do "Você Decide", por exemplo, onde o debate e a reflexão são submetidos a uma forma cosmética de interação. Na TV Comunitária da Cidade da Esperança, a comunidade sentiu o

---

<sup>21</sup> Anos 90: o vídeo "é" a TV, cap. 2, parte I, p. 73.

<sup>22</sup> Idem, p. 73.

problema e instituiu, como complemento à exibição em praça pública, a veiculação em recintos fechados: "na praça não há lugar prá debate..."<sup>23</sup>.

A necessidade de diferenciar o espaço do vídeo do espaço da TV deve se manter, finalmente, sob pena de, submetido à institucionalização do veículo audiovisual e ao controle político e ideológico do sistema social em que se insere, deixar de ser o que é de mais precioso e está na base de sua vinculação aos movimentos sociais e populares: o local de expressão das camadas populares, deixando-se capturar pela linguagem e sistema de produção televisual, perdendo suas características como objeto de comunicação para se transformar em instrumento de manipulação.

De toda essa discussão envolvendo o vídeo e a TV é sempre bom lembrar que, como colocou Gómez<sup>24</sup>, o único objetivo do vídeo não é conquistar (ou mesmo negar) a TV, lembrança oportuna principalmente face à importância atribuída, pela ABVP, à conquista do satélite. Assim, para além do que possa vir a contribuir para a democratização dos meios de comunicação, é necessário que a abertura do espaço monolítico fechado que é a TV, não signifique a imposição de regras ao uso e controle do som e da imagem que venham a interferir na proposta do vídeo popular no que ela tem de mais "subversivo" ao sistema dominante: a total liberdade de expressão e a efetiva participação popular na interação dos espaços coletivos.

Caminhando na direção de um maior amadurecimento político no trabalho comunitário que hoje mais sistematicamente começa a se desenvolver o vídeo - em parceria com a TV ou não - terá, ao assumir suas características, todas as condições para se transformar no instrumento que potencialmente é: ideal para a expressão da cultura e do imaginário popular dando sua contribuição aos processos de desenvolvimento em torno da transformação social.

---

<sup>23</sup> TV Memória, cap. 2, parte II, p. 94.

<sup>24</sup> Anos 80..., p. 49.

*Apêndice nº 1*

**QUADRO DA PRODUÇÃO EDITADA DA TV MEMÓRIA POPULAR**  
**(com dados atualizados pela pesquisa de campo, a partir do catálogo geral do**  
**acervo da videoteca)**

*FASE I - de 1987 a 1990*

ANO:1987- <i>SINDICALISMO URBANO</i>	MIN	CO-PROD.	CONTEUDO	OBS.:
1 - Comerciários 87: a Queda de um Pelego	32	Sind. Com.	-	Fita não localizada
<i>ANO:1988- DIREITOS HUMANOS</i>				
1 - Encontro Nacional Nordeste de Direitos Humanos	23	-	Registro do Encontro Regional Nordeste de Direitos Humanos, acontecido em Natal, com destaque para o momento de avaliação do movimento, pelos participantes.	-
<i>MULHERES</i>				
2 - Dia Internacional da Mulher	23	-	-	Fita não localizada
<i>SINDICALISMO URBANO</i>				
3 - Despedida Nativa	31	Sind. Com.	Flagrante de tentativa de coação, por parte da empresa, à funcionária em regime de licença maternidade, visando sua demissão.	-
4 - II Concut	24	CUT	-	Fita não localizada
5 - A Garra do Gari (I)	08	Sind. dos Garis	Em comemoração ao dia do gari, o vídeo documenta setores do trabalho na Cia. de Serviços Urbanos: a saída dos caminhões e a usina de beneficiamento de lixo, no aterro sanitário. Depoimento do presidente do sindicato e de vários garis sobre problemas existentes e reivindicações.	-
6 - Como Derrubar um Pelego	37	Sind. Const. Civil	-	Fita não localizada
7 - Oposição Têxtil - Chapa 2: "Fibra Têxtil"	34	Sind. Têxtil	Depoimento de integrantes da Chapa 2, de oposição, apresentando suas propostas e concorrendo à eleição para o Sindicato da Indústria Têxtil de Natal.	-
8 - APRN: a Luta Continua	90	Ass. dos Professores	-	Fita não localizada

<i>BRIGADAS DE VÍDEO</i>	-	Frente Popular de Natal	Série de programas para divulgação dos candidatos da F. P. Natal	Eleições Municipais
1 - Programa nº 1	26		Apresentação da proposta da Frente Popular de Natal: a questão das oligarquias. Falas dos candidatos a prefeito e vice.	-
2 - Fazendo o Amanhã	18		Apresentação de proposta de candidato a vereador pela Frente Popular de Natal.	-
3 - SOS Zona Norte: BV "Manuel Torquato"	11		Diagnóstico dos problemas verificados em zona periférica da cidade de Natal, com apresentação pelo candidato a prefeito e participação do candidato a vice prefeito.	-
4 - E se de Repente um Pedaco de Natal Voasse pelos Ares? Brigada "Verde"	17		O problema do armazenamento de gás junto a habitações em bairros populares de Natal. Depoimentos de moradores do bairro e do candidato a prefeito pela Frente Popular de Natal	
5 - B.V. "Alzira Soriano"	-	-	-	Fita não localizada
6 - B.V. "Gregório Bezerra"	-	-	-	Fita não localizada
7 - B.V. "Mário Alves"	-	-	-	Fita não localizada
8 - B.V. "Djalma Maranhão"	-	-	-	Fita não localizada
<i>ANO: 1989- DIREITOS HUMANOS</i>	MIN	CO-PROD.	CONTEÚDO	OBS:
1 - Comitê em Defesa da Vida	40		Lançamento do Comitê em Defesa da Vida, em Natal, com depoimentos de ex-prespos políticos e torturados.	-
<i>SINDICALISMO URBANO</i>				
2 - A Garra do Gari II	40	Sind. Garis	-	Fita não localizada
3 - III Concut	15	CUT	-	Fita não localizada
<i>BRIGADAS DE VÍDEO</i>		Frente Brasil Popular	-	Eleições presidenciais
1 - O Nome é Lula	22		1 - "Defesa" do não comunismo de Lula; 2. Declaração de voto de populares; 3. Depoimento de Lula sobre "guerra ideológica" contra o PT; 4. Denúncia de compra de votos pela candidatura adversária; 5. O programa de arrecadação de fundos para a campanha.	-
2 - Lula em Natal			A chegada do candidato da Frente Brasil Popular em Natal. O percurso do aeroporto até o palanque onde será realizado comício, no bairro do Alecrim. Trechos do comício.	

ANO:1990- SINDICALISMO URBANO	MIN	CO-PROD.	CONTEÚDO	OBS:
1 - A Garra do Gari III	-	Sind. Gari	-	Fita não localizada
BRIGADAS DE VÍDEO		Frente Popular Potiguar	-	Eleições para governador, senador, deputado federal e estadual
1 - Sem Medo de Ser Feliz...			-	Fita não localizada
2 -B.V "Mário Pedroza"			-	Fita não localizada
HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO	06 min	Frente Popular Potiguar	Críticas e denúncias à chapa adversária. Programa de governo da Frente Popular Potiguar	Série de 52 programas para o horário eleitoral gratuito, na TV.

TOTAL DE VÍDEOS PRODUZIDOS: 77

TOTAL DE VÍDEOS LOCALIZADOS: 63

TOTAL DE VÍDEOS ANALISADOS NESTA FASE: 33 (11 + 22 da série para o HEG)

### FASE II - de 1991 a 1993\*

TÍTULO:	ANO	MIN	CO-PROD.	CONTEÚDO	OBS.
1 -Vamos Fazer Teatro de Rua	1991	17	Cia. Teatral Alegria Alegria	Ator da Companhia Teatral "Alegria, Alegria", fala sobre a prática do teatro de rua	-
2 -Emanuel Vive!	1992	06	-	A chegada, em Natal, dos restos mortais de militante político do interior do Rio Grande do Norte, morto pela repressão. Enterro e homenagens.	-
3 -Década de Lutas	1992	14	-	Avaliação dos 10 anos do Movimento de Direitos Humanos. Com depoimentos dos delegados reunidos em Brasília.	-
4 -Movimento Nacional de Direitos Humanos: 7º Encontro Nacional	1992	18	-	Registro do 7º Encontro Nacional de Direitos Humanos, em Brasília. Síntese das reuniões e homenagem a frei Leonardo Boff. Presença de Lula e Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos - ABC paulista.	-
5 -TV Comunitária da Cidade da Esperança: programa nº 01	1993	14	Moradores do bairro	1 - Depoimentos de moradores mais antigos sobre o bairro, no início; 2 - Entrevistas sobre o problema da violência no bairro; 3 - Apresentação de "Michael Jackson Cover" e entrevista com o sócia.	-
6 -Tortura nunca mais: o memorial	1993	14	Serviço Comunitário de Justiça e Paz, Recife	Inauguração, em Recife, de monumento aos mortos e desaparecidos pela repressão é o pretexto para a discussão da violência institucionalizada no País. Depoimentos de familiares de vítimas da repressão e do governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes.	-

\* até a data de 18 de novembro de 1993.

TOTAL DE VÍDEOS PRODUZIDOS: 06

TOTAL DE VÍDEOS ANALISADOS NESTA FASE = 06 => 100%

*Apêndice nº 2*

**TOTALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA TV MEMÓRIA POPULAR:**

*PERÍODO DE 1987 A 1990*

MOVIMENTO	QUANT. TÍTULOS	%
Direitos Humanos	02	2,6
Movimento Popular (Mulheres)	01	1,3
Movimento Sindical	10	13,0
Partidos Políticos	64	83,1

TOTAL: 77 programas => 100,0%

**REGISTROS VOLTADOS PARA A ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES.**

MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS => 02 (Registros de eventos):

- Encontro Nacional NE de Direitos Humanos
- Comitê em Defesa da Vida

OUTROS MOVIMENTOS => 11 (mulheres e sindical)  
 Temática sobre direitos humanos => 1 (Despedida Nativa)

**REGISTROS PRODUZIDOS PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA - Partidos políticos**

BRIGADAS DE VÍDEO => 8 (1988) + 2 (1989) + 2 (1990) = 12  
 Temática sobre direitos humanos => 4

- E se de repente um Pedaco...
- SOS zona norte
- Lula em Natal
- O nome é Lula

=> PROGRAMA ELEITORAL GRATUITO => 52  
 Temática sobre direitos humanos => 0 (zero)

*PERÍODO DE 1991 a 1993*

MOVIMENTO	QUANT. TÍTULOS	%
Cultura Popular	01	16,7
Direitos Humanos	04	66,6
Comunitário (bairro)	01	16,7

TOTAL: 06 programas => 100,0%

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cândido José Mendes de. **Uma nova ordem audiovisual: novas tecnologias em comunicação.** ed. São Paulo: Summus, 1988.
- \_\_\_\_\_, . **O que é video.** São Paulo: Brasiliense, 1985, 96p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VÍDEO POPULAR - ABVP. Boletins da ABVP: São Paulo n°s. 09, 10, do 12 ao 28..
- BARBERO, Jesús Martín. **Comunicación popular y los modelos transnacionales.** Entrevista efetuada por Luiz Gonzaga Motta. Revista Chasqui, s/d, Mimeo.
- BELLONI, Maria Luiza, coord. Programa formação do telespectador: uma educação para mídia. Brasília: Universidade de Brasília, s/d.
- CIPRIANI, Ivano. **Ipotesi di lavoro sur video e la televisione.** Apresentação no Encontro Latino Americano de Vídeo Popular realizado em Montevideú, em agosto de 1990. Mimeo.
- CIROTTI, Giuseppe. **El lenguaje alternativo: el video como proceso y el video como producto.** Encontro Latino Americano de Vídeo Popular: Montevideú: 1990, Mimeo.
- COMMUNICATIONS. Revista da École Pratique de Hautes Études/Centre d'Études Transdisciplinaires. Seuil, 1974, n° 21.
- DINAMARCA, Hernán, org. **Experiencias en el espacio audiovisual: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai.** Montevideú: CEMA, 1990, 106p.
- DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. **Camadas médias, movimentos sociais e a "abertura": a emergência dos movimentos sociais em Natal/RN no pós-64 (1979).** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFRN, Natal, 1987.
- ESPAÇO E DEBATES: \_\_\_\_\_, n° 08.

- FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo et alii. Relatório parcial da pesquisa **"Estado e Movimentos Sociais Urbanos: o caso de Natal"**. Natal: UFRN, 1989.
- FESTA, Regina et SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**, 2 ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986, 266p.
- FONTCUBERTA, Mar. **Alternativas en comunicación**. Barcelona: Editorial Mitre, s/d.
- GIRON, Gabriela Cáceres. **Vídeo popular: problemas de la modernidad, soluciones de la modernidad (diagnosticos y alternativas para el video popular en el Peru)**. Lima: Comision de investigación/associación de video de Lima, 1991.
- GÓNGORA, Augusto. **Video alternativo y comunicación democrática**. Documento de trabajo. Chile: ILET, 1989.
- GRINBERG, Maximo Simpson, org. **A comunicação alternativa na América Latina**, 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1987, 128p.
- INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR - IMS - **Comunicação e Sociedade**. São Paulo: Ed. IMS, 1994, ano XII, nº 20.
- LIMA, Fernando Barbosa et alii. **Televisão e Vídeo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, 77p.
- MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**, 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, 225p.
- \_\_\_\_\_. **Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: EDUSP, 1993, 313p.
- MARCONDES FILHO, Ciro, org. **A linguagem da sedução: a conquista das consciências pela fantasia**. São Paulo: Perspectiva, 1988, 193p.
- MEJÍA, Alberto López. **O vídeo e a educação popular**. Rio de Janeiro: Fase, s/d, apostila.

- Movimento popular e os meios de comunicação de massa.** Relatório final do Seminário ocorrido entre 30 de novembro e 1º de dezembro de 1991. Recife: Etapas/SOS Corpo, s/d.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do, org. **Brasil Urbano: cenário da ordem e da desordem.**
- PIEL, Jacques. **Culture et action culturelle.** França: mimeo, s/d.
- Projeto. São Paulo: Arco Editora, 1985, nº 44.
- Proposta: Experiências em educação popular.** Rio: Fase, nºs 28, 43 e 58.
- Revista Brasil Revolucionário.** Curitiba: CEDEPOS, 1993. Ano IV, nº 12.
- SANTORO, Luiz Fernando. **A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil,** 2 ed. São Paulo: Summus, 1989, 135p.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico,** 14 ed. São Paulo, Cortêz Editora, 1986, 237p.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito Além do Jardim Botânico,** São Paulo: Summus, 1985..
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM - **Cadernos Intercom:** São Paulo: Cortêz Editora, 1982, ano I, nº 4.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA - SBPC. **Ciência Hoje,** vol. II, nº 62, março de 1990.
- SODRÉ, Muniz. **O vídeo popular e a televisão.** Palestra proferida no IV Encontro Nacional, realizado em Alcoçoba, Bahia, em 21/03/1990. Mimeo.
- ULLOA, Yéssica et URBINA, Roberto. **El video en la animación socio-cultural:** informe del primer encuentro de rede de video-animación. Santiago: Ceneca, 1987.

VELLEGGIA, Susana. **Algunas consideraciones teoricas sobre el video en la educación popular**: um enfoque comunicacional. Argentina: mimeo, s/d.

VIDÉAZIMUT: coalición, internacional audiovisual para el desarrollo y la democracia. Canadá, Quebec, Montréal (secr. geral) n°s 0 (zero) e 1, de 1992.

ZENTENO, Raúl Benítez, coord. **As classes sociais na América Latina**: problemas de conceituação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 235p.

***ANEXOS***



# COMISSÃO ARQUIDIOCESANA JUSTIÇA E PAZ

## ARQUIDIOCESE DE NATAL

### E S T A T U T O S

#### CAPITULO I

Da denominação, sede, duração, natureza e objetivos:

Artº 1º - Sob a denominação de Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz, é constituída, na Arquidiocese de Natal, uma Comissão de estudos e de trabalho, com sede em Natal/RN., e duração por tempo indeterminado.

Artº 2º - A Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz, da Arquidiocese de Natal é criada como correspondente, em Natal, da Seção Brasileira daquele organismo internacional instituído pelo Motu Próprio "Catholicam Christia Ecclesiam", de 06 de janeiro de 1967.

Artº 3º - A Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal, é constituída para assegurar a consecução, na Arquidiocese de Natal, em estreita e permanente cooperação com a Comissão Nacional e, por intermédio dela, com a Comissão Internacional, dos seguintes fins e objetivos:

- a) analisar e interpretar as encíclicas e documentos relacionados com os ideais de Justiça e Paz, visando converter aquelas aspirações em conquistas de cada homem e de cada Nação.
- b) estabelecer as bases de uma estreita cooperação, quer seja com a Seção Brasileira da Pontifícia Justiça e Paz e, por intermédio dela, com o órgão Central da Comissão Pontifícia Justiça e Paz em Roma - quer com sub-Seções Regionais, instituições religiosas ou seculares com os mesmos objetivos, no Brasil ou em outras partes do mundo.



COMISSÃO ARQUIDIOCESANA JUSTIÇA E PAZ  
ARQUIDIOCESE DE NATAL

- c) coligir e interpretar dados e informações a respeito de problemas relacionados com o desenvolvimento do país, as causas e conseqüências do atraso econômico e cultural de algumas regiões do País, e transmitir os resultados de tais estudos aos organismos interessados;
- d) participar, juntamente com a Seção Nacional e todas as outras seções e sub-seções da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, no esforço comum de formulação de uma "teologia do desenvolvimento";
- e) submeter à Hierarquia Eclesiástica, por intermédio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e aos poderes e órgãos do Estado, as recomendações de entender oportunas e convenientes para a consecução dos seus objetivos próprios e específicos;
- f) buscar a cooperação dos organismos e agências seculares que em qualquer parte do mundo venham se ocupando das questões econômicas, políticas e sociais ligadas, direta ou indiretamente, às aspirações de Justiça e Paz, nos termos preconizados na Constituição Pastoral "Gaudium et Spes" e na Encíclica "Populorum Progressio", e
- f) adotar quaisquer medidas e providências que entender necessário à realização dos seus fins e objetivos.

§ 1º - No cumprimento das suas finalidades a Comissão Arquidiocesana dará ênfase especial às reivindicações do Sínodo Episcopal de outubro de 1971 sobre a "Justiça no Mundo", e aos problemas fundamentais que suscitam, concernentes aos desníveis do desenvolvimento ao atraso comparado entre as nações e aos direitos individuais no mundo moderno.



## COMISSÃO ARQUIDIOCESANA JUSTIÇA E PAZ ARQUIDIOCESE DE NATAL

- § 2º - No exercício de tais atividades, a Comissão Arquidiocesana enviará, sempre que julgar oportuno, estudos, pareceres e sugestões, de modo a manter permanente intercâmbio com a Comissão Nacional, cooperando para a real execução, no território brasileiro, das finalidades consignadas no "Motu Próprio Catholicam Christi Ecclesiam", de 06 de janeiro de 1967.
- § 3º - Deverá, outrossim, a Comissão Arquidiocesana, enviar relatório semestral à Comissão Pontifícia Justiça e Paz - Seção Brasileira, a respeito de sua atividade no período

### Capítulo II

Dos membros efetivos e da administração:

- Art. 4º - A Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz, a nível Diocesano, é formada de 8 (oito) membros efetivos e suplentes até esse número, nomeados pelo Arcebispo de Natal, os quais exercerão as suas funções, organizados em Conselho, sob a designação de Conselheiros Delegados.
- § UNICO - Os Conselheiros-Delegados exercerão os seus mandatos pelo prazo de dois anos, podendo ser reconduzidos.
- Art. 5º - O Arcebispo é membro nato da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Natal, com voz e voto nas deliberações do seu Conselho de Delegados, ou seu representante, especialmente designado.
- Art. 6º - O Conselho de Delegado da "Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de Natal" poderá nomear tantos assessores e consultores técnicos quantos entender necessários para o eficiente desempenho de suas atividades.
- Art. 7º - Compete ao Conselho de Delegados da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz:
- a) eleger em cada biênio o seu Secretário Arquidiocesano e seu Sub-Secretário, podendo haver reeleição;

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA POPULAR  
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

01.

ESTATUTOS DO CENTRO DE  
"DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA POPULAR. (C D M P)"

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA POPULAR - CDMP.  
SUA INSTITUIÇÃO E FINS.

Art. 1º O Centro de Documentação e Memória Popular, abreviadamente CDMP, é uma Entidade Cultural e Sócio-Política, de caráter civil, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa-financeira, sem fins lucrativos e com duração interminada, a qual se regerá pelas normas emanadas dos presentes estatutos.

Art. 2º Fica estabelecido, que o CDMP, fundado em 02/12/86, terá Sede, Foro e Administração nesta cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, podendo compor-se por um número ilimitado de Membros, sem quaisquer distinções de raça, credo, nacionalidade, profissão ou filiação político-partidária;

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CDMP.

Art. 3º Os princípios e objetivos do Centro de Documentação e Memória Popular (CDMP) são os seguintes:

I Como Entidade Cultural e Sócio-Política, o CDMP, além das suas atribuições específicas, terá como diretrizes básicas:

a) A promoção do ideal de Justiça e defesa intransigente dos Direitos Humanos;

b) A Pesquisa e a Divulgação sistemática das lutas e conquistas do Povo Oprimido em sua caminhada de Libertação;

c) O Incentivo e o Assessoramento aos movimentos populares, às reivindicações coletivas comunitárias, Associações de Bairro, Sindicatos, Escolas, CEBs, e, demais Entidades Representativas, através de projetos, planos e programas de ação;

II - Todo ato de violência, de injustiça e opressão que for cometido contra qualquer Ser Humano, será, em defesa da Paz, da Liberdade e da Democracia, objeto de firme denúncia e reprovação por parte do CDMP;

III - Constituir e preservar acervos documentais, de caráter público ou privado, na forma escrita, oral, fotográfica, audiovisual, em filmes e documentários cuja natureza sejam doações ou aquisições;

IV - Apoiar, estimular e promover a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesses dos Movimentos Populares, bem como as lutas pelos Direitos Humanos no Brasil e no Mundo;

V - Aprofundar através de debates, palestras e discussões, o conhecimento sobre a importância dos Movimentos Populares e as conquistas de novos direitos por parte das classes trabalhadoras, operárias, camponesas e de um modo geral, das demais classes de baixa renda das zonas urbanas e rurais do Brasil e América Latina;

VI - Elaborar, divulgar e publicar catálogos, livros, livretos, folhetos informativos, revistas, periódicos, jornais, cartilhas educativas, bem como, manter arquivos de informações através de banco de dados, produzir audio-visuais, gravações, filmes e documentos em vídeo casete, sobre temas relacionados com a luta pelos Direitos Humanos e Movimentos Populares;

VII - Documentar, organizar, registrar e pesquisar os

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA POPULAR  
NATAL - RIO GRANDE DO NORTE

03

Movimentos Populares ocorridos no Estado do Rio Grande do Norte e região Nordeste, em especial, analisando a trajetória e o papel histórico e participativo da Igreja, junto a esses movimentos;

VIII - Organizar sistemas de informações a fim de subsidiar Movimentos Populares, Entidades ligadas a grupos de direitos humanos e outras representativas já mencionadas no Item I, letra C, destes estatutos;

IX - Estimular as mais variadas formas de intercâmbio entre Entidades similares, objetivando a melhor formação do acervo documental, estabelecendo ainda, convênio, acordo e assistência mútua com outras instituições e entidades;

X - Tornar acessível a todas as entidades e organizações populares neste presente instrumento já citadas, todo o acervo documental disponível, desde que sob a supervisão e orientação de qualquer membro do CDMP, responsável pelo setor material;

XI - Fica proibido nos termos destes preceitos estatutários, o empréstimo ou a venda de material ou equipamento pertencente ao CDMP, sem a autorização expressa por escrito do presidente, após prévio conhecimento e aprovação dos membros do Conselho Deliberativo;

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS, SEUS DEVERES E DIREITOS:

Art. 4º Poderá ser proposto membro do CDMP, qualquer pessoa maior, de ambos os sexos, de caráter bem formado, de boa reputação, que se dedique a uma atividade idônea qualquer.

PARÁGRAFO 1º É expressamente vedado aos membros do CDMP, convidar candidatos a novos integrantes, ou dar-lhes ciência de que foram aceitos ou não, antes da comunicação oficial da entidade;

PARÁGRAFO 2º Os membros não responderão subsidiariamente pelo CDMP.

ESTATUTO DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO DA SEDE E FORO

*Original*  
Estatuto do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular  
01/08/1986

Art. 1º O Centro de Direitos Humanos e Memória Popular, abreviadamente denominado CDHMP, é uma Entidade sócio-cultural, de caráter civil, com personalidade jurídica própria e autonomia administrativa-financeira, sem fins lucrativos e com prazo de duração por tempo indeterminado, a qual se regerá pelas normas emanadas destes Estatutos.

Art. 2º. Fica estabelecido que o CDHMP, fundado em dois de dezembro de mil novecentos e oitenta e seis (02.12.1986), tem sede; foro e administração nesta cidade de Natal-RN, capital do Estado, podendo compor-se por um número ilimitado de socios, sem quaisquer distinção do sexo, raça, credo, ideologia, nacionalidade, profissão ou filiação político-partidária.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO CDHMP

Art. 3º. Os princípios e objetivos fundamentais deste Centro são os seguintes:

I) Como diretrizes básicas, além das atribuições específicas:

a) Contribuir na construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária;

b) Promover, defender e difundir os Direitos Humanos em todos os níveis;

II) Contribuições específicas, sem prejuízo de outras que vierem a ser aprovadas pela Assembléia Geral:

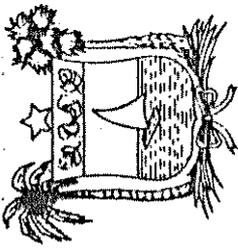
- UASTO*  
*Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular*
- a) Lutar pela implantação de políticas que respeite o direito à vida e o interesse de toda sociedade, sem prejuízo das classes empobrecidas;
  - b) Defender em articulação com outras entidades da sociedade civil, pela propagação de uma educação comunitária, jurídica e política, visando conscientizar o povo da sua cidadania;
  - c) Apoiar e inserir-se nas lutas dos trabalhadores, visando especialmente sua organização e o desenvolvimento de suas entidades associativas;
  - d) Contribuir para a promoção e a defesa do meio ambiente;
  - e) Promover e estimular a realização de estudos, pesquisas, debates e palestras sobre os temas que digam respeito a seus fins e outros de interesse da sociedade;
  - f) Documentar, divulgar e publicar catálogos, livros, cartilhas, folhetos, revistas, periódicos, audio-visuais, gravações e vídeos sobre os temas relacionados com seus objetivos gerais e específicos, mantendo arquivos desses registros que constituem a memória popular;
  - g) Tornar acessível a todas as entidades e organizações populares, as informações produzidas ou captadas através dos meios do alcance do CDHMP, com vistas a solidificar a cultura popular.

### CAPÍTULO III

#### DOS MEMBROS, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art. 4º. O quadro de sócios desta entidade, compreende duas categorias a saber:

- a) Os sócios fundadores ou Natos, os quais levam seus nomes relacionados ao final destes estatutos;
- b) Os sócios colaboradores ou consultivos.



# DIÁRIO OFICIAL

Estado de  
Rio Grande  
do Norte

ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. JOSÉ AGRIPINO MAIA, GOVERNADOR

ANO 59

NATAL, 20 DE JUNHO DE 1992 — SÁBADO

NÚMERO: 7.805

## PODER EXECUTIVO

REFORMA ESTATUTÁRIA DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA POPULAR-CDMP, - aprovada por AGE de 15.06.92, com nova denominação de CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA POPULAR-CDHEMP, fundado por tempo indeterminado em 02.12.85, com sede e foro na cidade de Natal-RN tendo, como finalidade principal, o desenvolvimento de atividades de caráter educacional, cultural, informativo, de pesquisa, de documentação, de preservação da memória, de promoção da cidadania, de defesa dos direitos humanos, de promoção da justiça democrática e igualitária; b) promover, defender e difundir os direitos humanos em todos os níveis; c) contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população em geral, visando à promoção da cidadania, à defesa dos direitos humanos, à promoção da justiça democrática e igualitária; d) promover a educação popular, a cultura, a arte e o lazer, visando ao desenvolvimento integral do povo da cidade de Natal-RN; e) promover a defesa dos direitos humanos, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; f) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; g) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; h) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; i) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; j) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; k) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; l) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; m) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; n) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; o) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; p) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; q) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; r) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; s) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; t) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; u) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; v) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; w) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; x) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; y) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária; z) promover a documentação, a preservação da memória, a promoção da cidadania, a defesa dos direitos humanos, a promoção da justiça democrática e igualitária.

AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Nº E - 22/88

CONTESTAÇÃO COM RECONVENÇÃO

BENEDITA LOPES BARBOSA, brasileira, casada, tecelã(operadora de máquina), residente e domiciliada na rua Serra dos Caiapós, nº 1141, Soledade II, nesta cidade, portadora da CTPS nº 73.608, série 209, por seu advogado, infra-signatário, com procuração anexa, vem apresentar sua

CONTESTAÇÃO à Ação de Consignação em Pagamento com RECONVENÇÃO em Reclamação Trabalhista,

em face de NATAL SUL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, qualificada nos autos, nos seguintes termos:

I. PRIMEIRA PARTE: A CONTESTAÇÃO

INOBSERVÂNCIA DE FORMALIDADE LEGAL

INTELIGÊNCIA DO ART. 477, DA C.L.T., COMBINADO COM O ART. 391, DA C.L.T., E ART. 896, INC. II, DO C.P.C.

JUSTA RECUSA

01. trabalho com a SUPPLICANTE no dia 05 de junho de 1987, malgrado constar assinalado em sua CTPS o dia 27 de julho de 1987 como data-início do pacto laboral, sendo o dia 14 de julho de 1988 a data do rompimento abrupto do contrato de trabalho.

A SUPPLICADA celebrou contrato de trabalho com a SUPPLICANTE no dia 05 de junho de 1987, malgrado constar assinalado em sua CTPS o dia 27 de julho de 1987 como data-início do pacto laboral, sendo o dia 14 de julho de 1988 a data do rompimento abrupto do contrato de trabalho.

02. Considerando o início da atividade laboral e o seu término, a SUPPLICADA soma mais de 1(um)ano de vínculo empregatício com a SUPPLICANTE, sem que seja necessário mencionar o tempo do aviso prévio, e ainda, o período constante da Cláusula 8ª, letra a, da Convenção Coletiva de Trabalho de 1988, de que nos ocuparemos adiante, ambos incorporáveis ao tempo de serviço da SUPPLICADA.

Deflui-se, daí, em inequívoca leitura, a inobservância da formalidade preceituada no Art. 477, § único, da CLT, que impõe a assistência sindical ou órgão do Ministério do Trabalho nas homologações de rescisões de contratos de trabalho vigentes há mais de 1(um)ano, o que é, ademais, consonante com a regra proibitiva do Art. 391, da C.L.T

03. Os efeitos processuais invocados pela SUPPLICANTE, promotora da Ação de Consignação em Pagamento, visando extinguir obrigação, não encontram, na verdade, substrato legal à sua perfeição, restando ineficazes.

04. Na realidade, a SUPPLICADA usou da autorização genérica da norma constitucional contida no Art. 5º, Inc. II, da Constituição Federal, segundo a qual "ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei", cujo dimensionamento, na lei ordinária, se acha inserto no Art. 477, § único, da C.L.T., licenciador da escusa elencada no Inc. II, do Art. 896, do C.P.C.

05. Acrescente-se<sup>o</sup> diafragma legal a circunstância fática de se achar a SUPPLICADA no gozo de sua licença gestante há apenas 20(vinte)dias, no oitavo dia de convalescença de cirurgia cesariana, ainda debilitada ao leito, no resguardo da filha que dera à luz.

A "visita" da SUPPLICANTE foi violenta e desumana, ilegal e moralmente condenável; seus métodos coativos e sua intenção capciosa, existindo flagrante fotográfico, e em vídeo, já amplamente exibido em portas de fábricas, a cargo do Centro de Documentação e Memória Popular, da Arquidiocese de Natal.

06. Tal amparo legal, tal realidade fática tornam, indiscutivelmente, justa a recusa, em assinar a rescisão.

**AS PARCELAS RESCISÓRIAS  
TENTATIVA DE QUITAÇÃO A MENOR**

**DEPÓSITO INSUFICIENTE - ART. 896, INC. IV, DO C.P.C.**

07. A SUPPLICANTE exhibe, em seu documento rescisório, acostado aos autos, parcelas de rescisão em que pretente o adimplemento de suas obrigações trabalhistas para com a SUPPLICADA, elencando:

- a... aviso prévio no valor de Cz\$12.444,00(doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzados);
- b... 13º salário -7/12, no valor de Cz\$7.259,00(sete mil, duzentos e cinquenta e nove cruzados);
- c... férias vencidas e proporcionais, nos valores, respectivamente, de Cz\$2.074,00(dois mil e setenta e quatro cruzados), e Cz\$414,00(quatrocentos e quatorze cruzados);
- d... prejudgado 14/65, atinente a 60(sessenta)dias, no valor de Cz\$24.888,00(vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e oito cruzados);
- e... demais parcelas atinente ao FGTS.

08. Cumpre salientar, de pronto, que os valores da rescisão elencados não se subordinam à realidade salarial do contrato de trabalho, e das obrigações decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho celebradas nos anos de 1987 e 1988, das quais é signatária a SUPPLICANTE, via Entidade Sindical Econômica, no período de vigência do contrato de trabalho da SUPPLICADA.

Ali, por força do convencionado(Cláusula 3ª, letra b, da Convenção de 1988), o Piso Salarial da categoria, no respeitante aos operadores de máquinas, não poderá ser inferior a 2.0(dois vírgula zero)do S.M.R.(Salário Mínimo de Referência), a partir de 1º de junho de 1988, o que corresponde a Cz\$ 16.752,00(dezesseis mil, setecentos e cinquenta e dois cruzados), em salários de julho.

09. Este o valor da última contraprestação devida. Por ele deveria ter se guiado a SUPPLICANTE ao elaborar os valores da rescisão, realmente devidos.

Por conseguinte, o valor total de Cz\$ 49.721,80(quarenta e nove mil, setecentos e vinte e um cruzados e oitenta centavos)consignado em depósito não é integral, em razão do que requer, a SUPPLICADA, a improcedência da Ação de Consignação em Pagamento, com inidênciã dos efeitos processuais pecuniários sobre a SUPPLICANTE.

## II. SEGUNDA PARTE: A RECONVENÇÃO

ART. 315, e SEGS., DO C.P.C.

### RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

10. A SUPPLICADA-RECONVINTE, com contrato de trabalho celebrado tacitamente no dia 05 de junho de 1987, somente teve sua CTPS anotada, e irregularmente, no dia 27 de julho de 1987, consignando-se, ali, essa data como a do início do pacto laboral.

11. Sob a vigência de Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 1987, não recebia, a SUPPLICADA-RECONVINTE, o Piso Salarial estipulado para sua função -Operadora de Máquina-, inscrito na letra b, da Cláusula Trigésima Primeira.

O mesmo se deu quanto ao Piso Salarial estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho do ano de 1988, como se infere do escrito letra b, da Cláusula 3ª.

12. Aliás, a SUPPLICANTE-RECONVINDA jamais pagou, sequer, o salário mínimo legal ao longo do pacto laboral, nem mesmo sob a sistemática adotada com a edição do Decreto-Lei nº 2.351, de 07.08.87, que instituiu o P.N.V. (Piso Nacional de Salários), sendo injustificável, e defesa em lei, a redução salarial (Art. 377, da C.L.T.).

13. A jornada semanal de trabalho estipulada em ambas as Convenções Coletivas, 87 e 88, é fixada em 46 (quarenta e seis) horas, nas Cláusulas Décima Sétima, e 22ª, respectivamente.

Entretanto, a SUPPLICADA-RECONVINTE trabalhava 48 (quarenta e oito) horas, durante o Contrato, perfazendo, sempre, 2 (duas) horas extras semanais, a respeito do que ambas as Convenções Coletivas prevêm, respectivamente, o valor de 30% (trinta por cento), Cláusula Trigésima Segunda (CC-87), e 35% (trinta e cinco por cento), Cláusula 4ª (CC-88), sobre o valor da hora normal trabalhada.

14. O trabalho era executado em local sem ventilação, abafado e quente, em razão de cobertura de telhas brazilite, operando máquinas de tecelagem, com exposição permanente ao pó do algodão em beneficiamento, e ao barulho das máquinas, sem qualquer Equipamento Individual de Proteção, prescrito na Portaria do Ministério do Trabalho, nº 3.214, de 08 de junho de 1978, NR-6, o que caracteriza trabalho marcadamente insalubre.

### A C.F. E OS DIREITOS AUTO-APLICÁVEIS VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO ABRANGÊNCIA E EXTENSÃO DOS DIREITOS

15. O contrato de trabalho da SUPPLICADA-RECONVINTE, à época da promulgação da nova Constituição Federal, estava em plena vigência. Sua licença maternidade iniciara no dia 25 de junho de 1988, com término previsto para o dia 16 de setembro de 1988.

Ocorre que, por força do pactuado na Convenção Coletiva de Trabalho, em vigor por ocasião da rescisão, se obriga a SUPPLICANTE-RECONVINDA a garantir o emprego ou salário da empregada gestante até 60 (sessenta) dias após o término do afastamento legal. Isso estende o contrato de trabalho, juridicamente, até o dia 15 de novembro de 1988 (Cláusula 8ª, letra a).

Mais ainda: a mesma alínea, da Cláusula retro mencionada, estabelece a dação do aviso prévio previsto em lei. Ou seja: mais 30 (trinta) dias de salários, cujo tempo incorpora-se ao contrato de trabalho, o que estende ao dia 16 de dezembro de 1988, o vínculo.

16. Por via de consequência, o tempo de serviço computável da SUPPLICADA-RECONVINTE para com a SUPPLICANTE-RECONVINDA data de 05 de junho de 1987 a 16 de dezembro de 1988, estando, pois, abrangida pelos direitos consagrados na Carta Magna recém promulgada, vez que estes são auto-aplicáveis.

## CONCLUSÃO

Face ao exposto, reclama:

- XXI, da C.F.;
- a... aviso prévio proporcional, consoante ao art. 7º, Inc.
  - b... pagamento de 60(sessenta)dias de licença maternidade;
  - c... pagamento de 60(sessenta)dias de salários, conforme es-  
tabelece a Cláusula 8ª, letra b, da Convenção Coletiva de 1988;
  - d... pagamento de diferença salarial, atinente a todo perí-  
do contratual;
  - e... pagamento de férias integrais e férias proporcionais,  
com acréscimo de 1/3(um terço), consoante ao art. 7º, Inc. XVII, da CF;
  - f... pagamento de horas extras, à razão de 2(duas)horas se-  
manais, por todo o período contratual, segundo valores estipulados nas  
Convenções Coletivas de '87 e de 88;
  - g... pagamento de adicional de insalubridade, em grau máxi-  
mo;
  - h... pagamento de 40%(quarenta por cento), sobre o FGTS;
  - i... integração salarial e repercussão de horas extras e do  
adicional de insalubridade sobre os demais títulos rescisórios;
  - j... integração ao tempo de serviço dos períodos de lincen-  
ça maternidade, 60(sessenta)dias Convenionais, e aviso prévio proprcio-  
nal;
  - l... retificação da CTPS;
  - m... liberação das AMs do FGTS, após correção do valor.

Espera a improcedência da Ação de Con-  
signação em Pagamento, e a procedência da Reconvenção, para os fins de  
ver a SUPPLICANTE-RECONVINDA condenada ao pagamento dos direitos traba-  
listas suso descritos e arrolados, à SUPPLICADA-RECONVINTE, com incidên-  
cia de correção monetária, juros de mora, custas processuais, e demais  
cominações legais.

Requer a intimação da SUPPLICANTE-RECON-  
VINDA, nos termos do art. 316, do C.P.C., para contestar a presente Re-  
convenção, querendo, pena de revelia, e confissão quanto à matéria de  
fato.

Requer, outrossim, os benefícios da  
Justiça Gratuita, por ser pobre, nos termos da lei.

Protesta por todos os meios de prova  
em direito admitidas, testemunhal, pericial, documental, bem assim como  
pelo depoimento pessoal do representante legal da SUPPLICANTE-RECONVINDA  
protestando, ainda, pela exibição das Folhas de Pagamento, com base no  
Art.355, do C.P.C., através das quais se provará a diferença salarial  
pontada.

Dá-se á presente, para fins de alçada  
o valor de Cz\$50.000,00(conquenta mil cruzados).

Termos em que,  
P. deferimento.  
Natal, 17 de outubro de 1988

João Régis Cortês de Lima  
Advogado/OAB/Nº 1712

Adl.  
Andre Luiz -  
Coc. e 227655